

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**EVELYN OLIVEIRA CARDOSO SANTOS**

**EDUCAÇÃO POPULAR: A CONTABILIDADE COMO FERRAMENTA DE  
CONSOLIDAÇÃO DA AUTOGESTÃO NA COOPERATIVA DE PRODUÇÃO DE  
MATERIAL RECICLÁVEL DE TANGARÁ DA SERRA – COOPERTAN**

**CÁCERES-MT**

**2021**

**EVELYN OLIVEIRA CARDOSO SANTOS**

**EDUCAÇÃO POPULAR: A CONTABILIDADE COMO FERRAMENTA DE  
CONSOLIDAÇÃO DA AUTOGESTÃO NA COOPERATIVA DE PRODUÇÃO DE  
MATERIAL RECICLÁVEL DE TANGARÁ DA SERRA – COOPERTAN**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador professor Dr. Sandro Benedito Sguarezi

**CÁCERES-MT  
2021**

Observações:

1) A ficha catalográfica será elaborada pela(o) bibliotecária(o) a partir das informações da **folha de rosto** e do **resumo** final da dissertação, os quais deverão ser enviados pelo mestrando ao e-mail da secretaria do PPGEdU para a confecção da ficha catalográfica;

3) Esta ficha será impressa no verso da segunda folha da dissertação, e não é contada para efeito de formatação de paginação das seções;

4) Os dados da ficha catalográfica oficial devem ser colocados nesta caixa de texto.

5) Essas observações devem ser apagadas, cedendo lugar aos dados da ficha catalográfica.

**EVELYN OLIVEIRA CARDOSO SANTOS**

**EDUCAÇÃO POPULAR: A CONTABILIDADE COMO FERRAMENTA DE  
CONSOLIDAÇÃO DA AUTOGESTÃO NA COOPERATIVA DE PRODUÇÃO DE  
MATERIAL RECICLÁVEL DE TANGARÁ DA SERRA – COOPERTAN**

Dissertação de Mestrado aprovada no Programa de  
Pós-Graduação em Educação da Universidade do  
Estado de Mato Grosso, para obtenção do título de  
Mestre em Educação.

**BANCA EXAMINADORA DE QUALIFICAÇÃO**

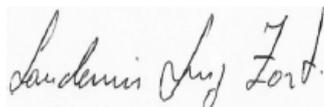


Dr. Sandro Benedito Sguarezi (Orientador – PPGedu/UNEMAT)



Dra. Cristiane Betanho (Membro Externo – PPGGO/UFU)

Suplente: Dr. Washington Jose de Sousa (Membro Externo – PPGA/UFRN)



---

Dr. Laudemir Luiz Zart (Membro Interno – PPGedu/UNEMAT)

---

Suplente: Dra. Edir Antônia de Almeida (UNEMAT)

**APROVADA EM: 25 de agosto de 2021**

*Com muita gratidão, dedico esta dissertação a minha mãe, que não mediu esforços para que eu conseguisse realizar meus sonhos. Ao meu flamenguista preferido, meu primo-irmão Baxinho (in memoriam), aquele que era um dos meus grandes incentivadores e que, com certeza, estaria cheio de orgulho por me ver concluir mais essa etapa na minha vida. Dedico, ainda, aos cooperados da COOPERTAN, vocês coloriram meus dias cinzas!*

## *Agradecimentos*

Escrever esta página significa que mais um sonho está sendo realizado, sonho este que foi possível graças ao apoio e solidariedade de muitas pessoas. Sendo assim, agradeço, primeiramente, a Deus, o qual chamo carinhosamente de Pai, que colocou todos estes anjos sem asas (pessoas que fazem parte da minha vida) abaixo, para me guardarem. Sua bondade e misericórdia para comigo são tão grandiosas, que enviou as pessoas certas quando eu mais precisei.

À minha família, que é minha base; especialmente à dona Eliane, minha mãe, que mesmo sozinha, educou suas filhas, com respeito, humildade e amor, foi resiliente e nos mostrou sempre o melhor caminho. Obrigada, mãe, pelo colo, ajuda, colaboração e pela compreensão nos diversos momentos de aflições pelos quais passei. A minhas irmãs Kelvia e Larissa, pela paciência. A tia Beth e tio Aquino, meu pai Vilson, pelas palavras de foça e carinho. Obrigada por acreditarem em mim, quando no momento que eu não acreditei ser capaz. Sem vocês, família, eu não chegaria tão longe.

Aos companheiros do Núcleo Unemat-Unitrabalho; onde tudo começou, ainda na graduação, permitindo que eu conhecesse a autogestão, transformando a minha realidade. Por me proporcionarem o conhecimento e se tornarem grandes amigos, devido a isso, tenho enorme admiração; em especial aos professores Laudemir, Eliane Martinez, Marcia Cruz, pela atenção, companheirismo e amizade.

Ao Hospital Regional de Cáceres - em nome da minha coordenadora Luzinete Hughes - no qual trabalhei nos últimos 3 anos, pela compreensão de minhas ausências no trabalho, por me incentivar na caminhada profissional e principalmente pela amizade que construímos.

Ao meu orientador, professor Sandro Benedito Sguarezi, por acreditar no meu potencial, escolher-me como orientanda, e por mostrar-me os caminhos para construção desta dissertação e trazer para esse processo leveza e humanidade. Bem como, por todos os momentos de paciência e compreensão, principalmente pela empatia nos momentos dolorosos e angustiantes nesse processo, minha gratidão.

À COOPERTAN e seus cooperados, meu reconhecimento pela luta diária, agradeço pela oportunidade em compartilhar momentos ímpares de aprendizagem e amizade, os quais levarei como aprendizado de vida, e por permitirem, hoje, fazer parte dessa história de resiliência e dissertar sobre ela.

Gostaria de agradecer, também, ao grupo de pesquisa Desenvolvimento Regional Sustentável (GDRS), em que pude participar durante essa caminhada, que fundamental no processo de aprendizagem, construção do conhecimento e colaboração para minha evolução. Em especial, aos grandes amigos Douglas Alexandre e Sonia Ximenes pelas discussões, solidariedade e companheirismo; principalmente por terem segurado minha mão nos momentos mais difíceis, e não me deixarem cair.

Aos amigos da vida que compartilharam comigo esses momentos de aprendizado e loucura, vivendo comigo esse sonho, em especial à Brenddha, Francieli, Ana Paula, Wesley e ao Gabriel que, mesmo distantes, estiveram sempre ao meu lado, motivando-me e demonstrando-me, diariamente, o valor de uma amizade.

À UNEMAT, por me tornar sua “filha” novamente, agora na Pós-graduação.

Agradeço a aqueles que partiram durante essa caminhada, deixando saudades, em especial ao meu primo-irmão Baxinho, tio Luiz e a minha grande amiga, prof. Andreia Marcia, pelos legado incrível que me deixaram.

Finalizo meus agradecimentos concordando com Cora Coralina: “Nada do que vivemos tem sentido, se não tocarmos o coração das pessoas.” Sou grata por poder contar com todos que colaboraram comigo, de uma forma ou de outra, nesse processo de formação, que Deus os abençoe. Digo, ainda, que essa dissertação não é só minha, é nossa!

Gratidão a nós! Beijos da Eve!

## RESUMO

O objetivo desta pesquisa consiste em analisar a contabilidade em Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). Apesar dos avanços após a Constituição Federal de 1988, a legislação, os marcos legais, as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs) e as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica (NBCT), no Brasil, geralmente atendem aos interesses das grandes corporações e empresas ligadas à lógica hegemônica de mercado. Nesse contexto, o problema de pesquisa que se apresenta é como ocorre a apropriação do conhecimento contábil pelos Trabalhadores/as sócios/as das cooperativas de Catadores/as de materiais recicláveis. Ainda, como se dá a participação desses (as) trabalhadores/as no processo de gestão contábil de EES; qual a importância da contabilidade na construção de transparência para efetivação da autogestão nas cooperativas. O objetivo geral da investigação consiste em analisar como ocorre a apropriação de conhecimentos contábeis por parte dos(as) trabalhadores/as sócios/as da COOPERTAN no processo de autogestão da cooperativa. Os sujeitos da pesquisa são os Catadores/as de materiais recicláveis da Cooperativa de Produção de Material Reciclável de Tangará da Serra – COOPERTAN, representados por suas lideranças, técnicos da Incubadora de Organizações Coletivas Autogeridas, Solidárias e Sustentáveis – IOCASS e o contador da cooperativa. A COOPERTAN está organizada pelos princípios da Economia Solidária (ES) e pelos princípios do cooperativismo e é incubada pela IOCASS desde a sua criação. O aporte teórico conceitual que subsidiou a análise girou em torno das temáticas Educação Popular e Economia Solidária. Buscou-se, por meio de um processo dialógico de investigação, uma estreita interação entre os sujeitos pesquisados e a pesquisadora, de modo a compreender e apreender a visão desses sujeitos acerca do processo de apropriação dos conhecimentos contábeis em uma organização autogestionária. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, descritiva, com base em um estudo de caso. Este estudo está fundamentado na pesquisa participante, na pesquisa documental, em questionários semiestruturados e entrevistas em profundidade e análise de conteúdo, com suporte no *software* Iramuteq, que permitiu a análise lexicográfica básica e o processamento de análises estatísticas textuais, o que gerou cinco classes analíticas: organização administrativa; cooperativismo autogestionário; governança; demandas contábeis; Formação/Educação. Com base em tais classes, foram criadas três categorias analíticas: a) Educação Popular: formação e apropriação do conhecimento; b) Cooperativismo autogestionário; e c) Resiliência: a luta pela consolidação do processo de Autogestão na COOPERTAN. Os resultados mostram que os Cooperados/as da COOPERTAN, apesar de não terem recebido formação e conhecimento técnico-científico contábil, apropriaram-se dos conhecimentos mínimos de contabilidade, a partir das formações básicas oferecidas pelos técnicos da incubadora. Apesar de básicos, esses conhecimentos permitiram a participação na gestão da cooperativa, assim, o desafio do cotidiano demandou que esses trabalhadores, juntos, construíssem possibilidades de dialogar e aprender com os técnicos, com o contador e com os outros sócios. Evidenciou-se que a maior apropriação decorreu em torno do processo de participação na prestação de contas, no exercício coletivo de superação dos problemas do cotidiano. Constatou-se, também, que o aprendizado mais significativo ocorreu no processo da construção da autogestão. Desse modo, limites como os problemas internos de organização, ausência de capacitação técnica-científica específica, deficiência dos profissionais da contabilidade, em relação ao domínio de técnicas contábeis ligadas ao cooperativismo autogestionário, foram superados, sobretudo pela resiliência dos cooperados/as em não desistir do processo de organização coletivo. Conclui-se, portanto, que os Catadores/as estão fazendo da autogestão um processo, que ensina não só a se apropriar de conhecimentos contábeis, mas a superar a visão hegemônica imposta pela sistema capitalista.

**Palavras-chave:** Educação Popular, Economia Solidária, Cooperativismo, Autogestão, Contabilidade, Catadores.

## ABSTRACT

The object of this research is to analyze the accounting in Solidarity Economic Enterprises (EES). Despite advances after the 1988 Federal Constitution, legislation, legal frameworks, the Brazilian Accounting Standards (NBCs) and the Brazilian Technical Accounting Standards (NBC T) in Brazil generally serve the interests of large corporations and companies linked to logic market hegemony. In this context, the research problem that arises is: how does the appropriation of accounting knowledge by workers who are members of cooperatives of collectors of recyclable materials occur? How do these workers participate in the accounting management process in these EES? What is the importance of accounting in building transparency for effective self-management in cooperatives? The general objective of the investigation is to analyze how the appropriation of accounting knowledge by the workers who are members of COOPERTAN takes place in the cooperative's self-management process. The research subjects are the Recyclable Material Collectors of the Recyclable Material Production Cooperative of Tangará da Serra – COOPERTAN, represented by their leaders, technicians from the Incubator of Self-Managed, Solidarity and Sustainable Collective Organizations – IOCASS and the cooperative's accountant. COOPERTAN is organized by the principles of Solidarity Economy (ES) and by the principles of cooperativism and has been incubated by IOCASS since its creation. This is a qualitative, descriptive research, based on a case study based on participant research, documental research, semi-structured questionnaires and in-depth interviews and content analysis supported by the *Iramuteq* software that allowed textual statistical processing and analysis. Through a dialogic process of investigation, an interaction between the researched subjects and the researcher was sought, in order to understand the view of these subjects about the process of appropriating accounting knowledge in a self-managed organization. The conceptual theoretical contribution that supported the analysis revolved around the themes: Popular Education, Solidarity Economy, Cooperatives and Accounting. Based on analysis categories, the results show that COOPERTAN Cooperative Members, despite not having received training and technical scientific accounting knowledge, appropriated the minimum knowledge of accounting from the basic training offered by the incubator's technicians. Although basic, this knowledge allowed them to participate in the management of the cooperative, the daily challenge demanded that these workers, together, build possibilities for dialoguing and learning with the technicians, the accountant and the other partners. It was evident that the greatest appropriation took place around the process of participation in accountability, in the collective exercise of overcoming everyday problems, it became evident that the most significant learning took place in the process of building self-management. Limits such as internal organizational problems, lack of specific scientific technical training, limitations of accounting professionals in relation to the domain of accounting techniques linked to self-managed cooperativism were overcome mainly by the resilience of the members in not giving up on the collective organization process, he concludes It should be noted, therefore, that the Collectors are making self-management an unfinished pedagogical process, which has been teaching them not only to appropriate accounting knowledge, but also to overcome the hegemonic vision imposed on them by the capital.

**Keywords:** Popular Education, Solidarity Economy, Cooperatives, Self-management, Accounting, Collectors

## LISTA DE SIGLAS

ABCOP – Aliança Brasileira de Cooperativas

ACI – Aliança Cooperativa Internacional

AFC – Análise Fatorial de Correspondência

AGO – Assembleia Geral Ordinária

ASCAPAN – Associação Cacerense de Catadoras e Catadores/as de Materiais Recicláveis do Pantanal

ASSCAVAG – Associação dos Catadores/as e Catadoras de Materiais Recicláveis de Várzea Grande

CHD – Classificação Hierárquica Descendentes

COFINS – Contribuição para o Financiamento de Seguridade Social

CONAES – Conferência Nacional de Economia Solidária

CONCRAB - Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil

COOPCHAMAR – Cooperativa Chapadense de Materiais Recicláveis

COOPERTAN – Cooperativa de Produção de Material Reciclável de Tangará da Serra

CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

ES – Economia Solidária

ESS – Empreendimentos Econômicos Solidários

FATES – Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social

FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

INCUBEES – Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis

INSS – Instituto Nacional de Seguro Social

IOCASS – Incubadora de Organizações Coletivas Autogeridas, Solidárias e Sustentáveis

IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados

IR – Imposto de Renda

IRAMUTEQ – Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires

IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica

ISS – Imposto sobre Serviço

ITG – Interpretação Técnica Geral

LTDA - Limitada

MNCR – Movimento dos Catadores/as e Catadoras de Materiais Recicláveis

NBC – Normas Brasileiras de Contabilidade

NBCT – Norma Brasileira de Contabilidade Técnica

NECOMT – Núcleo de Pesquisa, Extensão e Estudo das Complexidades no Mundo do Trabalho

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras

PECSOL – Programa de Educação do Cooperativismo Solidário

PIS – Programa de Integração Social

PNES – Política Nacional de Economia Solidária

PNRS – Política Nacional de Resíduos Sólidos

PRONACOOP – Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho

RATES – Reserva Assistência Técnica Educacional e Social

REDE CATAMATO – Rede de Cooperativas e Associações de Catadores/as de Resíduos Sólidos do Estado de Mato Grosso

SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto

SEMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária

SESCOP – Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo

SIES – Sistema Nacional de Informação em Economia Solidária

ST – Segmentos de Texto

UNASCO – União Nacional das Associações de Cooperativas

UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso

UNICAFES – União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia  
Solidária

UNICOPAS – União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Sujeitos da Pesquisa .....	32
Quadro 2 - Síntese da pesquisa.....	34
Quadro 3 - Evolução dos princípios cooperativistas de acordo com a Aliança Cooperativa Internacional – ACI .....	56
Quadro 4 - Órgãos sociais componentes da estrutura básica de uma cooperativa segundo a Lei 5.764/71 .....	75
Quadro 5 - Agentes de governança em cooperativas .....	80
Quadro 6 - Principais diferenças entre a sociedade Mercantil e as Cooperativas .....	82
Quadro 7 - Caracterização da sociedade cooperativa.....	89
Quadro 8: Produção COOPERTAN 12/2020 a 04/2021 .....	94
Quadro 9 - Produções científicas realizadas na COOPERTAN, no período de 2008 a 2020	101
Quadro 10 - Categorias de Análise.....	110
Quadro 11 - Síntese Limites e Possibilidades .....	136

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição nacional dos Empreendimentos Econômicos Solidários por tipo de organização.....	47
Gráfico 2 - Principais desafios dos EES .....	70

## **LISTA DE FOTOGRAFIAS**

Fotografia 1 – Atual sede da COOPERTAN.....	96
---	----

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Local de estudo .....	30
Figura 2 - Síntese conceitual sobre Educação Popular e Trabalho Associado .....	40
Figura 3 - Síntese conceitual Economia Solidária.....	44
Figura 4 - Princípios da Economia Solidária.....	49
Figura 5 - Correlação entre os Princípios Cooperativistas e Economia Solidária.....	60
Figura 6 – Duas principais maneiras de estruturar cooperativas segundo o Manual de Gestão das Cooperativas.....	77
Figura 7 - Organograma estrutura por processo .....	78
Figura 8 - Organograma estrutura governança corporativa.....	78
Figura 9 - Estrutura básica de governança cooperativa.....	80
Figura 10 - Organizações representativas.....	83
Figura 11 - Síntese do processo de constituição de Cooperativa .....	85
Figura 12 - Tributos incidentes às sociedades cooperativas.....	88
Figura 13 - Escolaridade e estado civil dos Catadores/as da COOPERTAN.....	97
Figura 14 - Diagnóstico organizacional da COOPERTAN.....	98
Figura 15 - Nuvem de palavras .....	103
Figura 16 - Análise de similitude .....	104
Figura 17 - Dendograma classificação Hierárquica Descendente .....	106
Figura 18 - Dendograma da Classificação Hierárquica Descendente com suas respectivas palavras.....	107
Figura 19 - Análise Fatorial por Correspondência .....	109
Figura 20 - Análise de similitude da palavra organização.....	111
Figura 21 - Árvore de similitudes da classe Governança .....	115
Figura 22 - Árvore de similitude da classe Cooperativismo Autogestionário.....	118
Figura 23 - Árvore de similitude da classe Demandas contábeis .....	122
Figura 24 - Árvore de similitude classe Formação.....	126
Figura 25 - Análise de Similitude da palavra difícil.....	131

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>19</b>
<b>1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E APROXIMAÇÃO COM O TEMA DE PESQUISA.....</b>	<b>21</b>
<b>1.2 O CAMINHO PERCORRIDO NA PESQUISA: ASPECTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>25</b>
<b>1.2.1 Local de Estudo .....</b>	<b>30</b>
<b>1.2.2 Sujeitos da Pesquisa .....</b>	<b>31</b>
<b>2. EDUCAÇÃO POPULAR, TRABALHO ASSOCIADO E AUTOGESTÃO: CONTRADIÇÕES ENTRE A BUSCA DA AUTONOMIA FRENTE À AUTORIDADE DO ESTADO.....</b>	<b>35</b>
<b>2.1 EDUCAÇÃO POPULAR E TRABALHO ASSOCIADO.....</b>	<b>35</b>
<b>2.2 ECONOMIA SOLIDÁRIA E AUTOGESTÃO .....</b>	<b>43</b>
<b>2.2.1 A Incubação como Processo Educativo.....</b>	<b>52</b>
<b>2.3 COOPERATIVISMO: RAÍZES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA .....</b>	<b>55</b>
<b>3 CONTABILIDADE E AUTOGESTÃO EM EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS (EES).....</b>	<b>64</b>
<b>3.1 CONTABILIDADE: CONTEXTO E ASSIMETRIA COM A AUTOGESTÃO EM EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS (EES).....</b>	<b>64</b>
<b>3.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DAS COOPERATIVAS .....</b>	<b>75</b>
<b>3.3 COOPERATIVAS AUTOGESTIONÁRIAS: MARCOS LEGAIS E O TRATAMENTO CONTÁBIL</b>	<b>81</b>
<b>3.3.1 Aplicação da Contabilidade as Cooperativas .....</b>	<b>87</b>
<b>3.3.2 PRESTAÇÃO DE CONTAS NAS COOPERATIVAS .....</b>	<b>90</b>
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÕES .....</b>	<b>93</b>
<b>4.1 DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO DA COOPERATIVA DE PRODUÇÃO DE MATERIAL RECICLÁVEL DE TANGARÁ DA SERRA – COOPERTAN .....</b>	<b>93</b>
<b>4.2 A APROPRIAÇÃO DO CONHECIMENTO E A PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES/AS NO PROCESSO DO CONTROLE CONTÁBIL DA COOPERTAN .....</b>	<b>102</b>
<b>4.2.1 Cooperativismo Autogestionário .....</b>	<b>110</b>
<b>4.2.2 Educação Popular: formação e apropriação do conhecimento .....</b>	<b>120</b>
<b>4.3 RESILIÊNCIA: RESISTÊNCIA E LUTA PELA CONSOLIDAÇÃO DO PROCESSO DE AUTOGESTÃO DA PELOS CATADORES/AS DA COOPERTAN .....</b>	<b>130</b>

<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>139</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>144</b>
<b>APÊNDICE – A .....</b>	<b>156</b>
<b>APÊNDICE – B.....</b>	<b>160</b>
<b>APÊNDICE – C .....</b>	<b>161</b>
<b>APÊNDICE – D .....</b>	<b>163</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa, intitulada *Educação Popular: a contabilidade como ferramenta de consolidação da autogestão na Cooperativa de Produção de Material Reciclável de Tangará Da Serra – COOPERTAN*, está inserida no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu), da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), na linha de pesquisa Educação e diversidade. Assim, o objeto de estudo abarca a contabilidade como ferramenta na consolidação de empreendimentos, em um *lócus* específico, a Cooperativa de Produção de Material Reciclável de Tangará da Serra – COOPERTAN. E, nela, os/as Catadores/as de materiais recicláveis que se organizam na lógica do trabalho associado, com base nos princípios da Economia Solidária (ES).

A constituição de cooperativas de Catadores/as tem se tornado a principal estratégia de luta dos/das Catadores/as frente à realidade de mercado excludente do capital. A crescente organização de cooperativas e associações tem ajudado a situar os/as Catadores/as nos debates públicos que os/as afetam diretamente. Também, a pautar a agenda política para assuntos que envolvam questões referentes às políticas públicas de trabalho, inclusão social, ordenamento urbano e meio ambiente. A COOPERTAN é resultado de um processo de resistência e de lutas, podendo ser considerada um dos empreendimentos exemplos no campo do cooperativismo solidário no estado de Mato Grosso, pelo trabalho que vem realizando há 15 anos, na cidade de Tangará da Serra-MT.

Os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) são uma alternativa de produção e se encontram em um processo de superação à sociedade capitalista, na busca de uma resposta para o desemprego estrutural, para a sustentabilidade social, econômica e ambiental, a partir de uma visão diferenciada do trabalho e do uso dos recursos naturais das relações sociais vigentes. A Economia Solidária dialoga com a Educação Popular. A Educação Popular, por sua vez, apresenta um conjunto de metodologias que oportunizam a organização do trabalho associado e a geração de renda e trabalho mais digna. Desse modo, desenvolvendo, junto aos trabalhadores, experiências que efetivam a melhoria da qualidade de vida dos sujeitos que fazem parte dela. Com efeito, a Educação Popular, pela exploração das contradições do sistema capitalista, busca a construção da autonomia dos sujeitos perante o sistema hegemônico, por isso, a Economia Solidária só se efetiva dialogando com esses conceitos.

Nesse contexto, considerando essa proposição formativa dada pela Educação Popular e pela ES, é preciso evidenciar as competências necessárias para que se alcance a autonomia.

Essa ação é concebida por meio da autogestão nos EES que possuem em seu núcleo, a participação, e permite a discussão dos assuntos inerentes às necessidades.

Para o desenvolvimento da ES, é necessário que os EES façam uso das ferramentas, tecnologias sociais e informações de forma adequada, para que possam oferecer eficiência e sustentabilidade ao empreendimento. A contabilidade, por meio de ferramentas que auxiliam na transparência, no controle e no fornecimento de informações para tomada de decisão, assume um papel relevante, por possibilitar aos/às associados/as dados que permitem acompanhar os atos e fatos do empreendimento. Além disso, permitem explicar e planejar situações de natureza econômico-financeira para a devida administração dos recursos, processos de prestação de contas e, principalmente, por auxiliar na efetividade da Autogestão.

Assim, há a necessidade, então, de que o sujeito participe e se organize, para que apreenda os conceitos e, conseqüentemente, difunda-os. Frise-se que esse processo ocorre através da Educação Popular. De maneira dialógica e participativa, a Autogestão torna os EES um centro formativo, em que os/as trabalhadores/as, a partir dos erros e acertos, vão se estruturando em busca de um trabalho mais satisfatório.

A dificuldade nas interpretações e no desenvolvimento de informações contábeis é um desafio, de acordo com os autores (ALMEIDA, 2006; TIRIBA, 2007; NASCIMENTO, 2016; BAPTISTA, 2017), os empreendimentos possuem como obstáculo para um bom gerenciamento o uso da contabilidade. Diante dessas situações, surgem demandas em que se destacam a transparência de procedimentos contábeis e as metodologias na aplicabilidade da contabilidade, que podem ser dialogados a partir das necessidades dos EES.

Partindo desta compreensão e do campo teórico estudado, esta pesquisa propõe problematizar a realidade dos EES, na ótica da contabilidade; de modo especial, uma cooperativa de catadores de materiais recicláveis. Diante desse cenário e das problemáticas apresentadas, o problema de pesquisa desta investigação se dá com base na seguinte pergunta de partida: Como ocorre a apropriação de conhecimento e a participação dos/as Trabalhadores/as no processo do controle contábil de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) no segmento das cooperativas de Catadores/as de materiais recicláveis?

O objetivo geral da pesquisa consistiu em analisar como ocorre a apropriação de conhecimentos contábeis por parte dos/as Trabalhadores/as sócios/as da COOPERTAN, no processo de autogestão da cooperativa. Para alcançar o objetivo geral, a pesquisa se propõe a trabalhar os objetivos específicos: Caracterizar o perfil socioeconômico dos associados da

COOPERTAN; Identificar os limites e as possibilidades encontradas no processo de formação referente à gestão contábil na COOPERTAN; Analisar a participação dos/as Catadores/as associados/as da COOPERTAN no processo de prestação de contas.

Por meio de um processo dialógico de investigação, procurou-se envolver os sujeitos pesquisados, incluindo a pesquisadora, em busca da compreensão da perspectiva dos sujeitos acerca do processo de apropriação dos conhecimentos contábeis. Para isso, a pesquisa, com base nos conceitos associados aos objetivos, buscou aporte teórico conceitual relacionado dentro das temáticas de Educação Popular, Economia Solidária e da Contabilidade.

Trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa, descritiva, estudo de caso, fundamentado na pesquisa participante, pesquisa documental, utilizando questionários semiestruturados e entrevistas em profundidade. Os dados coletados foram processados por meio da análise lexicográfica básica, apoiada no software IRAMUTEQ - *Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*, que permite os processamentos e análises estatísticas textuais.

Com a intenção de que a abordagem parta de uma perspectiva que contribua com a discussão sobre o conhecimento contábil aos EES, esta dissertação, esta dissertação estrutura-se em 4 (quatro) partes: seção introdutória, contextualizando os temas centrais da pesquisa; seus objetivos, justificativas, entre outros elementos característicos. O tópico seguinte apresenta o referencial teórico sobre Educação Popular – o propósito é fazer a contextualização com a ES e o cooperativismo. Em seguida, desenvolve-se o aporte teórico da contabilidade conduzida para empreendimentos de autogestão – não só conceituando, mas também como ferramenta que auxilia para efetiva autogestão dos EES. Em seguida, no quarto capítulo, são apresentados os resultados preliminares da pesquisa, subdivididos por subcapítulos, em que o primeiro descreve os procedimentos metodológicos, com o perfil socioeconômico da COOPERTAN e seus cooperados, e, posteriormente, a discussão preliminar dos dados oriundos das categorias determinadas para análise na pesquisa.

### **1.1 Contextualização e aproximação com o tema de pesquisa<sup>1</sup>**

Faz-se importante mencionar que minha trajetória como pesquisadora teve início na graduação, quando fui bolsista de pesquisa e extensão e tive a satisfação de integrar o Núcleo

---

<sup>1</sup> Essa seção foi elaborada na 1ª pessoa do singular, por se tratar da trajetória de formação pessoal e profissional da pesquisadora mestranda.

UNEMAT-UNITRABALHO<sup>2</sup> e, a partir de então, conhecer essa “outra economia”. Desse modo, a condição de ser bolsista no Núcleo foi um divisor de águas em minha vida, pois pude vivenciar inúmeras experiências que me mostraram um outro sentido da vida, principalmente em relação à graduação que estava cursando, por ser tão hegemônica. Pude perceber que meus olhos brilhavam ao fazer pesquisa e extensão, ministrando oficinas de contabilidade, participando de rodas de conversa, nos diálogos com os produtores, nos empreendimentos.

Ao longo das formações que ministrei, juntamente com a equipe da incubadora INCUBEES,<sup>3</sup> durante o processo de incubação,<sup>4</sup> tive a oportunidade de conhecer de perto cada empreendimento e suas particularidades, vivenciar conflitos, limites, possibilidades, conhecendo suas histórias e conquistas. Entre as vastas aprendizagens e oficinas, foram surgindo inquietações, o que me possibilitou estar atenta aos grupos da Economia Solidária (ES).

Com isso, identificamos uma demanda nos EES. Observou-se que as pessoas, os/as sócios/as demonstravam dificuldades nas interpretações, na organização de documentos. Em outros termos, faltava compreensão sobre a relevância dos documentos contábeis e do desenvolvimento de informações contábeis. No entanto, à medida que os/as sócios/as passavam por formação e aprendiam a importância e a finalidade de uma planilha de custos, da solicitação de uma nota fiscal; que aprendiam, também, a importância da contabilidade; a partir desse momento, surgia a presença do conhecimento dessas questões, assim, a maioria das pessoas tornava-se mais empoderada durante o processo de tomada de decisão.

Um de meus últimos trabalhos com a incubadora foi com o programa Cáceres Recicla<sup>5</sup>, no qual o público-alvo era formado por Catadores/as em situação de exclusão da sociedade, em sua maioria vindos do lixão do município. Durante o processo formativo, pude observar que os/as Catadores/as tinham dificuldades com as leituras, alguns não se sentiam à vontade para falar, às vezes, não compareciam às oficinas de formação, no entanto, alguns, quando se tratava

---

<sup>2</sup> Localizado em Cáceres-MT, realiza atividades de ensino, pesquisa, extensão; coordenadas pelo professor Dr. Laudemir Luiz Zart, via a Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis (INCUBEES).

<sup>3</sup> Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários Sustentáveis

<sup>4</sup> Consiste em uma ferramenta metodológica, a qual é utilizada na formação e assessoria aos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) com ênfase administrativa, técnica, jurídica e política, sendo além uma de ação de inclusão econômica, também um processo educativo e interativo entre os agentes (educadores e educandos) (EID, 2003; VAILANT *et al*, 2006; OLIVEIRA, 2014).

<sup>5</sup> Programa criado a partir da Lei 12.305/2010, a fim de promover a formação para o associativismo e cooperativismo de Catadores/as do município de Cáceres-MT, partindo dos fundamentos da Economia Solidária e do trabalho associado (Núcleo UNEMAT-UNITRABALHO, p. 05, 2016).

de discussões das práticas de trabalho ou assuntos ligados à reciclagem e separação, demonstravam grande conhecimento. Diante dessa experiência, que considero diferenciada, identifiquei-me instigada, motivada a aprofundar os estudos, a compreender, a aprender as limitações e potencialidades desse grupo, porém, devido ao término do projeto pelo fim de recursos financeiros, o meu vínculo de bolsista com o projeto foi findado.

Por conseguinte, essa motivação virou angústia profissional. Mesmo atuando como contadora em uma organização hospitalar, foi constante a preocupação de como colocar a ciência da Contabilidade a serviço da ES, a serviço dos sócios/as dos EES. Então, Em âmbito profissional surgiu uma questão: se a contabilidade tem como objetivo fornecer informações aos seus usuários, por que não instruir esses usuários no uso de tais informações? Até porque o perfil do contador que as entidades necessitam, atualmente, é de profissionais que desempenham mais do que um papel burocrático e as obrigações acessórias e multidisciplinares, mas que atuem também como agentes educativos sociais (KARLING; LUCONI, 2014).

Com a possibilidade de continuar os estudos no mestrado, surgiu a oportunidade de dar continuidade à pesquisa e, através do convite do Professor Sandro, em um dos empreendimentos incubados pela Incubadora de Organizações Coletivas Solidárias e Sustentáveis (IOCASS), pude conhecer a COOPERTAN e ver o trabalho incrível por eles realizado. Assim, novamente, pude me instigar com a contabilidade nos EES. Por meio da IOCASS, pude mais um vez vivenciar momentos de muitas reflexões e aprendizagem, que me fizeram sentir provocada, enquanto profissional e pesquisadora da contabilidade, em realizar trabalhos que os incluísse, tornando assim a motivação pessoal e meu compromisso profissional com o meu objeto de pesquisa.

Além do aspecto pessoal, ao propor esta pesquisa, consideram-se aspectos fundamentais a relevância social; a relevância acadêmica e científica; bem como a relevância econômica e ambiental; por se inserir no ambiente organizacional do ESS. Ainda, com o fruto da pesquisa demonstrar a contabilidade como uma ferramenta no apoio à gestão democrática do ESS.

Diante dessas situações, surgem demandas das quais destacam-se a transparência de procedimentos contábeis e metodologias na aplicabilidade da contabilidade, que devem ser pensadas a partir da necessidade dos EES. No caso das cooperativas autogestionárias, o cenário não se difere, sendo, dessa maneira, fundamental para uma gestão transparente, haja vista que,

através da Autogestão, é possível a participação dos seus integrantes no processo de decisão de maneira justa e igualitária.

A relevância social da presente pesquisa consiste em aprender a como tornar a contabilidade acessível, com metodologias participativas, relacionando a Educação Popular com os princípios do cooperativismo nos EES que atuam com a Autogestão.

Esse desafio foi alocado junto aos/às cooperados/as sócios/as da Cooperativa de Produção de Material Reciclável de Tangará da Serra – COOPERTAN, posteriormente, explicaremos, na metodologia, os critérios de escolha desse ESS. Certo é que, independentemente do grau de escolaridade, classe, etc., os/as trabalhadores/as podem, de alguma maneira, apropriar-se dos conhecimentos contábeis, pois todo indivíduo é capaz de se desenvolver, de apreender. Contudo, nesse sentido, o que lhe falta, muitas vezes, é a oportunidade para que se dê a apropriação desses conhecimentos para tomada de decisão e aplicação nas práticas cotidianas da cooperativa.

A partir do momento em que as informações contábeis se tornarem acessíveis, ou seja, desburocratizadas e compreensíveis, influenciarão na participação dos associados. Assim, poderá aumentar o nível de transparência nos processos de gestão, tendo como resultado o fortalecimento do empreendimento e, ainda, podendo contribuir para a efetividade da Autogestão. O fortalecimento da participação no processo de decisão, nomeadamente Autogestão, influencia positivamente na participação dos resultados da cooperativa. Isso fortalece os EES e possibilita a autonomia das pessoas. Desse modo, sugere-se que a contabilidade pode e deve ser uma ferramenta utilizada nesse intento.

Grando (2019) afirma que há poucos estudos relativos às sociedades cooperativas, pelo fato de elas representarem uma proporção menor das entidades sujeitas à contabilidade. Nessa ótica, a relevância acadêmica e científica está em produzir um estudo interdisciplinar no quesito de empréstimo teórico<sup>6</sup> para discussão acadêmica entre a contabilidade, a ES e o cooperativismo. Estudos de autores como AZERÊDO (2012), MORAIS, BASIC (2020) identificam que os EES possuem potencial, porém observam-se fragilidades estruturais que contemplam aspectos financeiros e contábeis, o que leva à necessidade de uma contabilidade solidária tomada pelo cunho político da Autogestão, que requer estudos aprofundados. Podemos

---

<sup>6</sup> Trata-se do intercâmbio entre o campo de estudos organizacionais e outras especialidades acadêmicas, originárias de diferentes áreas disciplinares, (MATITZ, VIZEU, 2012; CASTRILLON JR, 2020).

afirmar que não existe uma contabilidade, um fundamento jurídico contábil, um marco legal contábil para os EES autogestionários.

Os estudos sobre a contabilidade são escassos, mesmo havendo leve avanço no ano de 2015, devido às mudanças ocorridas na legislação contábil de entidades do terceiro setor, a qual estão inseridos os EES (LIMA, 2019; ARAÚJO, 2016). Muitos EES estão inseridos no terceiro setor. No caso das associações, a legislação não permite a obtenção de receitas financeiras, notas fiscais, por não possuírem fins econômicos e lucrativos. Consequentemente, torna-se este o problema, tendo em vista que estas não podem emitir documentos fiscais, partilharem sobras etc. No caso das cooperativas, por exemplo, que são enquadradas como empresas na Junta Comercial e perante o órgão de fiscalização, e tributários do estado, não existe nenhum benefício, ou mesmo uma norma contábil que abrigue essas iniciativas dos EES. Dessa forma, dificulta sobremaneira a utilização da contabilidade pelos seus sócios, uma vez que a contabilidade tem uma linguagem empresarial própria.

Um dos fatores iniciais que estimularam a escolha desta pesquisa foi a possibilidade de contribuir cientificamente com mais um trabalho voltado ao desenvolvimento dessa economia contra-hegemônica<sup>7</sup>, em um tema que ainda é pouco explorado. Assim, oferecendo não uma contabilidade pautada na maximização do lucro, aos moldes da economia capitalista dominante, mas sim uma contabilidade que identifique e desvele, segundo Almeida (2011), novos processos e modelos de demonstrações, geração de informações e divulgação contábil, conforme a característica de cada empreendimento e, sobretudo, que se torne uma ferramenta de empoderamento e emancipação dos trabalhadores pelo fortalecimento de seus EES.

## **1.2 O caminho percorrido na pesquisa: aspectos metodológicos**

A concepção da metafísica contempla que a pesquisa deva possuir uma metodologia linear, lógica, harmoniosa, com análise neutra e objetiva. Por focar apenas no fenômeno, ela acaba se restringindo apenas às superficialidades do objeto. No entanto, a concepção

---

<sup>7</sup>A hegemonia na lógica do capitalismo mundial é sustentada pelo projeto de liberalismo burguês, que é o projeto da elite dominante, se trata de uma luta desigual travada, principalmente, contra a sistema dominante que construiu um senso comum alienado. A contra-hegemonia é um projeto popular que nasceu do coletivo dos trabalhadores, oriundo da histórica luta dos trabalhadores e avançou com a criação do cooperativismo de autogestão em plena fase da I Revolução Industrial, foi organizado nos sindicatos e pelos movimentos sociais, e posteriormente avançou para a sociedade incluindo aí as universidades. A luta contra hegemônica se traduz em organização e busca por dentro do capitalismo construir formas para superar a hegemonia capitalista, como por exemplo a Economia Solidária e a Educação Popular (ZART, 2004; LABALE, 2014; SQUAREZI, 2020).

materialista visa superar essa superficialidade, indo além do objeto. Autores como Goeth e Hegel foram os pensadores desse método e, com Marx, surge com o materialismo histórico-dialético, que consiste no conjunto de leis ou princípios que governam a totalidade da realidade (GOMIDE, 2019).

A pesquisa se concentrava no produto, com o tempo, passou-se a investigar o processo do produto. Nessa viés, a dialética materialista pode ser entendida como uma epistemologia ou teoria crítica do conhecimento (MASSON, 2007), à medida que apresenta importantes subsídios para a análise da produção científica, em um contexto social amplo.

Os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) pautados pelos princípios do cooperativismo e da Economia Solidária fundamentais da Autogestão possuem certa particularidade, no caso, apresentam muitas diferenças quando comparados às demais empresas regidas pela lógica hegemônica do capital. Essa particularidade acontece pelo fato de que os atores envolvidos (trabalhadoras e trabalhadores) devem participar e se apropriar das formas de produção e democraticamente tenham o discernimento necessário para tomada de decisões no empreendimento, reconfigurando, nesse sentido, as relações sociais determinadas pelo capital (TIRIBA, 2008).

A base lógica de investigação que forneceu estrutura a esta pesquisa, nesse sentido, foi o método dialético, por levar o pesquisador a interpretar a realidade, envolver-se, transformar-se e, quiçá, transformá-la. No processo dialético de conhecimentos da realidade, o que importa substancialmente não é a crítica pela crítica, o conhecimento pelo conhecimento, mas a crítica e o conhecimento para uma prática que altere e transforme a realidade anterior no plano do conhecimento (FRIGOTTO, 1991).

O estudo, desenvolveu-se através de uma *práxis*, uma relação dialética entre os sujeitos da pesquisa, em um espaço no qual a pesquisadora se relaciona e reflete com os sujeitos participantes do estudo. Assim, trazer para o plano de estudo a dialética do real, investigando a essência do fenômeno, aquilo que está além da aparência, ou seja, o caráter conflitivo, dinâmico e histórico da realidade, é um desafio (FRIGOTTO, 1991). Esse desafio está em apreender os limites e as possibilidades da contabilidade própria e necessária para os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) e sua compreensão por parte dos que a constituem.

Segundo Triviños (2008), divergente do ponto de vista empírico e positivista, a filosofia marxista não enfoca a prática como experiência sensorial subjetiva do indivíduo, como experimento do científico etc., mas como atividade e como processo objetivo de produção

material, que constitui a base da vida humana. E, também, como atividade transformadora revolucionária das classes e como outras formas de atividade social, práticas que conduzem a mudança do mundo.

O materialismo histórico é a ciência filosófica do marxismo que estuda as leis sociológicas que caracterizam a vida da sociedade, de sua evolução histórica e da prática social dos homens, no desenvolvimento da humanidade. O materialismo histórico significou uma mudança fundamental na interpretação dos fenômenos sociais que, até o nascimento do marxismo, se apoiava em concepções idealistas da sociedade humana (TRIVIÑOS, p. 51, 2008).

Essa abordagem ressalta a força das ideias, capaz de iniciar mudanças nas bases econômicas que as originaram. O sujeito é concreto e socialmente construído. A abordagem trata da coisa em si, entretanto não se manifesta imediatamente ao homem, pois evidencia-se na realidade em que ele está inserido, bem como em sua historicidade. Ao dialogar e buscar compreender o Movimento dos/das Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis (MNCR), observa-se uma construção histórica enquanto movimento e luta de classes, itens que são o princípio da metodologia marxista. O fato de conseguirem resistir e sobressair das amarras e discriminações da sociedade capitalista mostra que colaboraram, de alguma forma, com um conjunto de conhecimentos práticos, oriundos do duro contato com a realidade em que estavam inseridos. Desse modo, parece-me importante que os/as Catadores/as se apropriem da contabilidade como um dispositivo de empoderamento, de emancipação, e não como uma ferramenta que escraviza.

Este aspecto está ligado às práticas sociais que, para o materialismo dialético, não se trata apenas de uma categoria histórica, mas de algo essencial para a evolução do indivíduo, como afirmam as autoras Markoni e Lakatos (2003, p. 101): “para a dialética, as coisas não são analisadas na qualidade de objetos fixos, mas em movimento: nenhuma coisa está “acabada”, encontrando-se sempre em vias de se transformar, desenvolver”. Tais práticas se conectam ao movimento da Educação Popular, pela *práxis* que, segundo Freire (1996), é pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática.

O processo de Educação Popular deve-se à observação do grupo e da sua realidade interligando os saberes (BETTO, 2000). Ao estabelecer o olhar Freiriano sobre a pesquisa, buscar-se-á a representação subjetiva de uma *práxis*, de uma realidade objetiva – como ela é, não como ela aparenta ser, pela crítica transformadora, por meio da qual se busca produzir uma consciência transformadora, uma consciência para si, para a libertação, para a emancipação,

para a superação das relações opressivas (FREIRE, 1987). E, nesse contexto, a contabilidade pode ser uma ferramenta a serviço dessa consciência transformadora.

Freire (1987) relata como é difícil permanentemente educar o educando e educar o educador, pois o educador se educa a partir do educando, visto que o educando traz consigo memórias e saberes os quais o educador possa não ter aprendido na Academia. E isto é Educação Popular, conceitualmente libertadora, com uma prática colonizadora (BETTO, 2000). Por isso, o desafio de aprender juntos com os/as Catadores/as da COOPERTAN.

A metodologia adotada para analisar o objetivo geral da pesquisa foi a abordagem qualitativa, a qual permite que o fenômeno seja compreendido a partir do cenário que os sujeitos vivem e sejam compreendidos dentro da ambiência do problema (STRAUS; CORBIN, 2009; SANTADE 2020).

Empregou-se a abordagem qualitativa pelo tipo de investigação e o tipo de dados utilizados nesta pesquisa, que foram: dados textuais, a partir de visitas e entrevistas para representação dos casos, que, segundo a ótica de Creswell (2007), têm como artifício usar fonte de dados em seus procedimentos de investigação. Por meio dessa abordagem, a inquietação do pesquisador não foi somente com as expressões numéricas do grupo pesquisado, mas com interpretações que possam ir além de quantificações, de modo a apreender e explicar as dinâmicas dos vínculos do grupo social, de uma trajetória, descrever momentos e significados rotineiros e problemáticos na vida dos indivíduos (STRAUS; CORBIN, 2009; ROUDGARD, 2011). Entende-se, ainda, que, por meio da abordagem qualitativa, realiza-se melhor conexão com a temática que envolve Educação Popular, Economia Solidária e Contabilidade.

Conforme a pesquisa foi realizada, encontraram-se novos significados e respostas para os problemas investigados. A partir do momento em que se realizou a coleta de dados em um ambiente natural – campo de pesquisa, deles é possível retirar significados tanto indutivos quanto dedutivos (CRESWELL, 2014). Ainda, a realidade empírica dialogou com os conceitos e, ao mesmo tempo, fez-nos aprender novos conceitos.

Considerando a abordagem qualitativa no que se refere aos objetivos, o presente estudo se caracteriza como uma pesquisa descritiva (GIL, 2008; SANTADE, 2020). Trata-se de um estudo de caso, que, na visão de Cuntill (2014, p. 40), “refere-se a uma investigação empírica que investiga um fenômeno em profundidade e no contexto”. Utilizando o estudo de caso como estratégia de pesquisa, tem-se uma amplitude quanto à compreensão do fenômeno, considerando diferentes instrumentos de coleta de dados.

O estudo de caso é uma das principais modalidades da pesquisa qualitativa, sendo caracterizado pela investigação empírica de um fenômeno atual em seu ambiente real, especialmente quando há situações não esclarecidas e/ou não definidas entre. Através do estudo de caso, o pesquisador consegue se aprofundar no objeto, penetrar na realidade social, ação não alcançada pela análise estatística (GOLDENBER, 2004; YIN 2005).

Recorreu-se também à observação participante, que pode ser definida como a técnica pela qual se chega ao conhecimento da vida de um grupo a partir do seu interior (GIL, 2008). Para esta pesquisa de campo, foram realizadas visitas *in loco* no EES, no mês de junho/2019, para que se fizessem os primeiros contatos com os/as cooperados/as. A partir de então, mais duas visitas ocorreram ao EES, nos meses de outubro/2019 e dez/2020, passou-se a utilizar caderno de campo, considerando a particularidade do coletivo, haja vista que a observação é um instrumento autêntico e valioso no processo da investigação científica (LUDKE; ANDRÉ, 1986, SANTADE, 2020).

Nesse segundo momento da pesquisa, foram realizadas ainda visitas, reuniões institucionais dentro e fora do ambiente do empreendimento, no intuito de explorar o fenômeno pesquisado no contexto em que ocorre e em uma perspectiva ampla, considerando todos os aspectos vivenciados, suas lutas e dificuldades. Segundo Andaloussi (2004), a observação é uma ferramenta que oferece informações para que o pesquisador possa auxiliar os sujeitos na resolução de possíveis problemas. As observações consideraram os momentos de reuniões, assembleias, formações, trabalho, momentos festivos e demais espaços institucionais e/ou não formais aos quais estão ligados à COOPERTAN, sendo eles: Centros de formação; Escritório de Contabilidade. Além disso, complementou-se com a participação em diversas lives<sup>8</sup> de articulação do empreendimento, no período do mestrado.

Analysaram-se, também, os documentos, bem como legislações vigentes, relacionadas ao enquadramento do empreendimento, seus relatórios contábeis, atas das deliberações e demais arquivos que se fizeram necessários.

A pesquisa documental apresenta uma série de vantagens. Primeiramente, há que se considerar que os documentos constituem fonte rica e estável de dados. Como os documentos subsistem ao longo do tempo, tornam-se a mais importante fonte de dados em qualquer pesquisa de natureza histórica (GIL, 2002, p. 46)

---

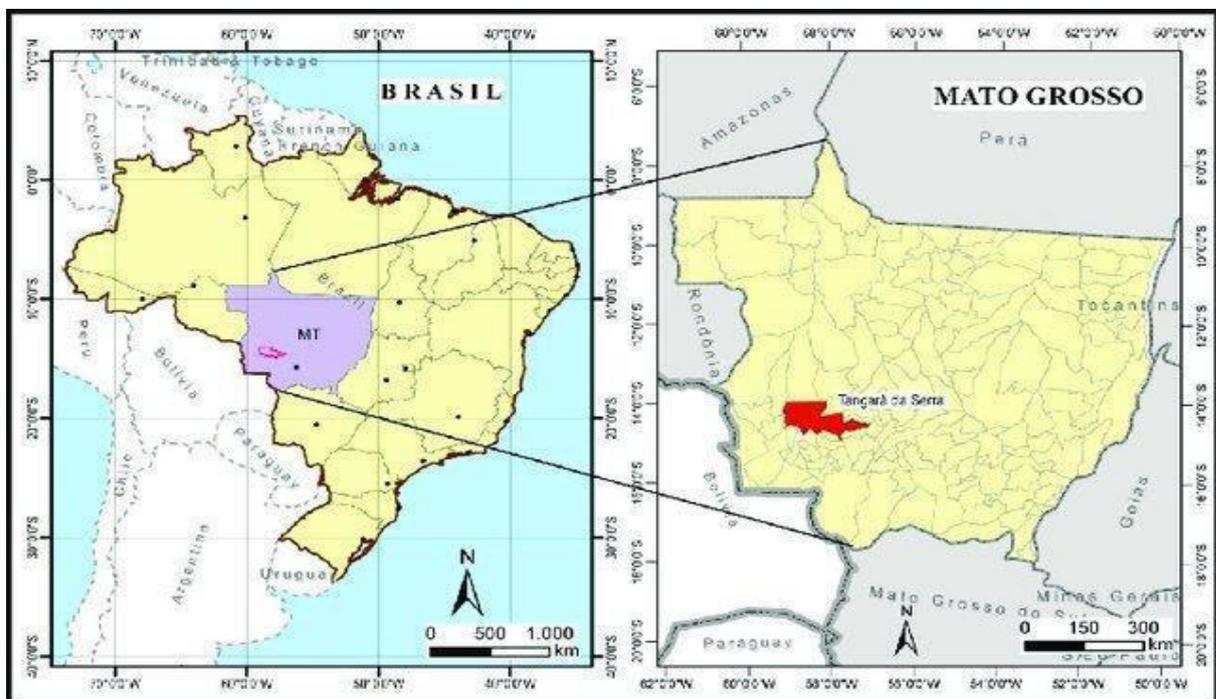
<sup>8</sup> Essas atividades foram incluídas no processo, devida situação de pandemia que ocorreu durante o ano de 2020/2021, impossibilitando os encontros presenciais.

O questionário pode ser definido como uma técnica de estudo que inclui uma série de questões ao serem submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, etc. (GIL, 2008). Assim sendo, foi aplicado questionário, com base no Sistema de Informações da Economia Solidária – SIES (Apêndice A) com perguntas abertas e fechadas, ao representante do EES, a fim de diagnosticar a situação atual perante o nível formativo da contabilidade e Autogestão, bem como as características gerais do EES.

### 1.2.1 Local de Estudo

A Cooperativa de Produção de Material Reciclável de Tangará da Serra (COOPERTAN) é um Empreendimento Econômico Solidário (EES) atuante no campo da reciclagem de resíduos sólidos urbanos e localiza-se no Centro Oeste do estado de Mato Grosso, na cidade de Tangará da Serra, a 250 km da capital Cuiabá-MT (Figura 13), com uma população estimada de 105.711 habitantes (IBGE, 2020).

Figura 1 - Local de estudo



Fonte: Criado por: Almir José Azevedo, desenhista técnico cartográfico. Cartas Topográficas IBGE/DSG, Imagens de Satélites, dados Disponibilizados pela SEMA/MTSEMA/MT

Tangará da Serra é o sexto maior município do Estado de Mato Grosso e foi o primeiro município a implementar a lei municipal de Economia Solidária. Desse modo, favorecendo o aporte aos Empreendimentos Econômicos Solidários e tornando-se referência para os demais municípios (VERONESE; SQUAREZI & MARTINS, 2011; SQUAREZI, 2011; 2020). A Lei nº 2.460/2005<sup>9</sup>, que institui a Política Municipal de Fomento à Economia Popular Solidária, no Município de Tangará da Serra, e dá outras providências, foi instituída em 2005.

### 1.2.2 Sujeitos da Pesquisa

Para compreender como ocorre a apropriação de conhecimentos contábeis pelos/as trabalhadores/as, no processo de Autogestão do EES, faz-se necessário definir os sujeitos desta investigação: quem são esses/essas trabalhadores/as? Durante as observações de campo, foi possível identificar os sujeitos da pesquisa. São os/as trabalhadores/as e técnicos da incubadora, o contador, que estão envolvidos ou se envolveram no processo de autogestionário da COOPERTAN. Afinal, são eles que vivenciam diariamente as angústias e dificuldades citadas no campo contábil, como mencionado por Senger e Sguarezi (2010); Lima (2010); Karling (2008), os/as Catadores/as que constituem a COOPERTAN possuem origens e histórias diferenciadas, com processos de luta com seus pais<sup>10</sup> desde o lixão, técnicos e o contador da incubadora, que estiveram durante o processo de constituição, legalização, estruturação da cooperativa, etc.

A cooperação dos sujeitos durante o processo de construção de uma pesquisa empírica é fundamental, pois é deles que vêm as necessidades e deles partem os principais desprovidimentos, dados que melhoram o trabalho de campo. Diante dessa relação sujeito-pesquisador, são construídas as relações de confiança, de empoderamento, consciência de classe e quebra de paradigmas.

Nesse contexto, percebendo que toda a riqueza das experiências históricas da organização do trabalho não seria apreendida por completo somente nos relatos das produções acadêmicas e nos registros documentais, foram realizadas, também, entrevistas em profundidade com Catadores/as de materiais recicláveis da Cooperativa de Produção de

---

<sup>9</sup>TANGARÁ DA SERRA. **Lei nº 2.460/2005, de 16 de dezembro de 2005.** Institui a Política Municipal de Fomento à Economia Popular Solidária no Município de Tangará da Serra, e dá outras providências. Tangará da Serra-MT, dez., 2005.

<sup>10</sup> Na COOPERTAN existem filhos de Catadores/as/as que estavam no lixão que estavam na fundação da COOPERTAN. Dos 20 fundadores da cooperativa, que atuavam no lixão de Tangará da Serra até 2004 e depois no Aterro Sanitário em 2005, hoje existem 08 Catadores/as trabalhando na cooperativa. Sendo uma remanescente do lixão a presidente da COOPERTAN.

Material Reciclável de Tangará da Serra – COOPERTAN, representados por suas lideranças, técnicos da incubadora e pelo contador da cooperativa.

**Quadro 1 - Sujeitos da Pesquisa**

Pessoas	Crítérios
Catadores/As (5)	Lideranças/Corpo Diretor
Técnicos da Incubadora (3)	Área de atuação com o EES
Contador (1)	Prestador de serviços

Fonte: Elaborado pela autora, (2021)

Assim, foram elaborados, a partir dos objetivos de pesquisa e discussões delineadas no referencial teórico, eixos norteadores para a realização das entrevistas com os sujeitos da pesquisa. Estes eixos ilustram as categorias, os aspectos considerados no decorrer da entrevista e as técnicas para a coleta e análise dos dados, conforme Quadro 1.

Os dados coletados foram gravados e, posteriormente, transcritos e analisados a partir do método de análise de conteúdo. Essa análise consiste em examinar os dados com vistas a alcançar derivações organizadas de um material qualitativo ou quantitativo, a fim de relacionar ideias categóricas a partir do conteúdo (BARDIN, 2016). Por meio da análise de conteúdo, é possível descrever sistematicamente conteúdo das comunicações, refletir a interação conceitual dos dados coletados, bem como suas relações (ROUDGARD, 2011). Dessa maneira, a análise de conteúdo permitiu organizar os dados coletados (entrevistas, diário de campos, documentos do EES) com base em categorias da própria temática.

De acordo com Bardin (2016), as técnicas para o desenvolvimento de tal processo de análise consistem em três etapas, sendo elas: a) *pré-análise*; essa etapa é a fase de organização e direcionamento da busca dos documentos; b) *exploração do material*, nessa fase de exploração, acontece a categorização do conteúdo a ser analisado. Tal ação pode ser realizada de forma manual ou com suporte de software estatístico; e c) *inferência e interpretação dos dados*, etapa em que é definida a interpretação dos dados. Considerando essas etapas, a análise desta pesquisa foi realizada utilizando-se o *software* gratuito de análise de IRAMUTEQ - *Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*. A escolha do *software* ocorreu em razão da eficiência de suas funções e acessibilidade ao pesquisador. Ainda, tendo em vista que permitiu processamentos e análises estatísticas textuais produzidas através de Nuvem de Palavras; Classificação Hierárquica Descendente (CHD); Análise Fatorial de Correspondência (AFC); Análise de Similitude; (CAMARGO; JUSTO, 2013). Além disso, o software fornece um painel visualmente claro com representações gráficas

nas análises lexicográficas, que vêm sendo usadas por alguns pesquisadores da Economia Solidária (SILVA, 2018; SILVA, SOUZA, COSTA, 2018; COSTA, 2018).

Ainda, nesta pesquisa, utilizou-se, na etapa de *pré-análise*, leitura em caráter flutuante de documentos que referenciam os programas ligados ao EES, leis, decretos, atas de constituição, artigos e demais trabalhos que envolvam levantamento documental, a fim de constituir o *corpus* da pesquisa, que, segundo Bardin (2016), é o conjunto de documentos a serem analisados. Frise-se que sempre levando em conta as principais regras citadas por Bardin (2016), tais como a homogeneidade e pertinência.

Realizou-se também a transcrição de áudios gravados nas entrevistas, bem como leitura dinâmica, que, pela contundente relação com os dados, atendeu à regra de exaustividade. Na etapa de *Exploração do Material*, o *corpus* textual foi codificado e categorizado de modo que, nele, fossem incluídas as linhas de comando que estariam subordinadas às linhas elementares, as quais dividem o texto em *cluster* para que o *software* pudesse fazer outros processamentos.

Para esta investigação, a pesquisadora foi a campo com perguntas direcionadoras, objetivos e categorias de análises já definidos, os quais estão descritos no Quadro 2, a partir do referencial bibliográfico sobre a temática e conhecimento da gestão democrática e transparência nos EES. O quadro 8 mostra uma síntese da pesquisa, com o objetivo de evidenciar a trajetória percorrida.

É importante salientar que as atividades de campo foram realizadas após 28 de junho de 2020, sempre com a autorização prévia dos participantes, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido, conforme o CAAE 33492120.1.0000.5166 e Parecer: N°. 4.121.356 do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado de Mato Grosso (CEP-UNEMAT). Nas atividades de campo, que ocorreram durante a pandemia do Covid-19, foram adotadas as precauções indicadas pelos protocolos das autoridades sanitárias, tais como: distanciamento social, uso de máscaras, utilização de álcool gel, dentre outras.

Quadro 2 - Síntese da pesquisa

Síntese da Pesquisa				
Problema	Como ocorre a apropriação do conhecimento contábil em cooperativas de Catadores/as de materiais recicláveis? Como se dá a participação desses/as Trabalhadores/as no processo de gestão contábil nesses de EES? Qual a importância da contabilidade na construção de transparência para efetivação da Autogestão nessas cooperativas?			
Objetivo Geral:	Analisar como se dá a apropriação de conhecimentos contábeis por parte dos/as Trabalhadores/as sócios/as da COOPERTAN no processo de Autogestão da cooperativa			
Objetivos Específicos:	Conceitos, temas associados aos objetivos	Principais Referências	Instrumentos de coleta de dados	Categorias Analíticas
Caracterizar o perfil socioeconômico dos associados da COOPERTAN	<b>Educação Popular</b> - Trabalho Associado - Autogestão - Incubação no processo formativo	Freire (1987; 2013) Singer (2003); Zart, 2006); SIES (2013); Gadotti (2012); Tiriba (2009), Gaiger (2013); Cançado (2004)	Questionários SIPES-UNEMAT/NECOMT-IOCASS Pessoa Jurídica e Física;	Educação Popular: formação e apropriação do conhecimento
Identificar os limites e possibilidades encontradas no processo de formação referente à gestão contábil na COOPERTAN;	<b>2. Economia Solidária</b> 1.1 Empreendimentos Econômicos Solidários 1.2 Cooperativismo Autogestionário	Singer (2003); SIES (2013); Zart (2003; 2012) Gaiger (2013); Pinho (1966; 2004) Cançado (2004); Sguarezi (2011; 2020)	Pesquisa bibliográfica, levantamento documental, atas de constituição	Cooperativismo autogestionário
Analisar a participação dos/as Catadores/as associados/as da COOPERTAN no processo de prestação de contas;	<b>3. Contabilidade</b> - Contabilidade na Autogestão - Aplicabilidade da contabilidade para as cooperativas - Estrutura Organizacional	Almeida (2016); Padovese e Baptista, (2017); Cappelari e Drei, (2020); Grando, (2019)	Entrevistas em profundidade com os cooperados/as que compõe com o corpo diretor, contador, formadores da cooperativa;	Resiliência: a luta pela consolidação do processo de Autogestão na COOPERTAN

Fonte: elaborado pela autora, 2021.

## **2. EDUCAÇÃO POPULAR, TRABALHO ASSOCIADO E AUTOGESTÃO: CONTRADIÇÕES ENTRE A BUSCA DA AUTONOMIA FRENTE À AUTORIDADE DO ESTADO**

### **2.1 Educação Popular e Trabalho Associado**

A educação é como um fenômeno, concreto, vital, referindo-se a sujeitos concretos que, segundo Schmitz (1984) necessitam de princípios que os direcionem para suas próprias escolhas, bem como para a orientação de outros sujeitos, além disso, a educação configura-se como um processo da prática consciente dos valores e habilidades humanas. Esse fenômeno, embasado nas teorias da educação liberal, resulta na exploração e alienação da sociedade, tornando-os atores submissos ao sistema hegemônico, de modo que, suas habilidades sejam potencialmente direcionadas a servir o Estado e o capital (SGUAREZI, 2020). Visto que, mesmo antes da Revolução industrial, mas principalmente com ela, que o Estado intensifica sua estreita ligação com o mercado e a espoliação dos trabalhadores

Esse processo de espoliação organizado pelo Estado, a serviço do capital, resultou na criação das primeiras cooperativas e na organização dos trabalhadores em sindicatos. Intensificando, assim, iniciativas de trabalho associado, que necessitavam de educação e da formação, posteriormente incluídas no quinto princípio do cooperativismo. A luta dos trabalhadores, ainda que muito organizada, sofre intensos ataques. Essa tendência aumenta, à medida que a globalização econômica financeira<sup>11</sup> avança e políticos neoliberais de ultradireita assumem governos. Veja-se o caso do Brasil que, após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, presenciou a intensificação desse processo que coloca a organização do Estado brasileiro a serviço do desmonte das políticas sociais, educacionais e ambientais. Para Saad-Filho *et al.* (2021, p. 1),

No Brasil, a primeira grande onda neoliberal dos anos 1990 tencionou a lógica da redemocratização, marcada pela inédita ampliação do arcabouço de direitos civis, políticos e sociais na esteira da Constituição de 1988. A partir dos anos 1990 ocorreram “confluências perversas” da lógica neoliberal com formas de participação

---

<sup>11</sup> Com a ultradireita no controle do governo, a articulação e capacidade para legislar em função de suas próprias necessidades mercadológicas, sem que haja nenhum controle dos órgãos competentes é absurdamente desempenhada pelas grandes corporações. Privilegiando as grandes economias e desfavorecendo assim as menores, que também contribuem para o desenvolvimento da economia. (DOWBOR, 2020).

democrática e com políticas sociais, dando origem a combinações variadas e resultados distintos de políticas e processos sociais (DAGNINO,2002). Mais recentemente, o neoliberalismo se radicalizou e aprofundou suas reformas, engendrando novas estratégias e instrumentos (ANDRADE, 2019A). Sob Bolsonaro (precedido por Temer), mescla-se o legado ultraliberal (Macpherson 1979; Fonseca, 2005) herdado da experiência chilena com um pacote de valores conservadores, pré-Iluministas e anticientíficos. Trata-se do hibridismo neoliberal (ONG, 2006; PECK 2010; GAGO, 2018) à brasileira, que transcorre desde 2016. As políticas públicas foram as primeiras estruturas atingidas em sua dimensão constitucional.

Dowbor (2017) explica, com muita propriedade, como o capitalismo financeiro se movimenta, como a volatilidade da especulação financeira afeta a vida das pessoas, ceifa espaços de trabalho, promove o avanço nos processos de privatização, retira direitos e, ao mesmo tempo, concentra a maior parte da riqueza nas mãos de uma minoria. A forma que o capitalismo se alia ao Estado, usando-o na ampliação dos processos de exploração dos trabalhadores, efetivou-se de forma muito explícita no Brasil a partir de 2016.

Para os autores que trabalham na organização de um número especial da renomada *Revista Cadernos Gestão Pública e Cidadania da Fundação Getúlio Vargas*, a ser publicado ainda em 2021 e, que, versa sobre políticas públicas, neoliberalismo e democracia, o processo de desconstrução que está sendo implementado precisa ser compreendido e problematizado.

A desconstitucionalização tem sido a estratégia de desconfiguração do Estado de Bem-Estar brasileiro – no contexto da derrogação do caráter (neo)desenvolvimentista do modelo econômico/social –, sinalizado no documento “Uma Ponte para o Futuro”, do PMDB, publicado em 2015, que apontou para a agenda desestruturante do pacto de 1988: reforma trabalhista ampla e profunda, teto dos gastos sociais, reforma previdenciária (FAGNANI, 2017; ROSSI, DWECK; OLIVEIRA, 2018; LEITE; FONSECA 2018), terceirização irrestrita, privatização, desnacionalização e desindustrialização, entre inúmeras outras propostas e ações em desenvolvimento (SAAD-FILHO *et al.*, 2021, p. 1).

Ou seja, mais do que nunca se faz necessária a organização dos trabalhadores, e o trabalho associado pela Autogestão é uma alternativa que surgiu no seio do nascimento da Revolução Industrial e precisa ser retomado. Para isso, é indispensável a Educação Popular, uma vez que, compreender esse desmonte, compreender a aliança que existe entre Estado e o capital é essencial para que os trabalhadores se conscientizem da importância de unirem-se para criar seu próprio trabalho, por meio da Economia Solidária.

Dowbor (2020) defende que, diante da destruição ambiental, a ascensão cada vez maior da desigualdade, o caos financeiro e da pandemia do COVID-19<sup>12</sup>, o capitalismo se desloca e se organiza em novas arquiteturas sociais, em que as grandes indústrias e detentores

---

<sup>12</sup> Doença infecciosa causada pelo Coronavírus, descoberta no início de 2020 que teve um avanço avassalador mundial, ocasionando a perda de milhares de pessoas pelo mundo, mexeu na estrutura mundial economicamente, socialmente, e principalmente pelos sentimentos obscuros por ser um vírus que até então não tinha cura.

de poderes econômicos ditam as regras. No entanto, ele acredita que é o início de uma transformação social maior, a ponto de gerar uma sociedade do conhecimento, uma sociedade que tenha condições de compreender a extensão do que está acontecendo e, assim, se apropriar não apenas dos meios de produção, mas também do conhecimento.

Ao nosso ver, a consolidação dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), que tem como objetivo o trabalho associado e como princípio a Autogestão, só irá avançar quando houver a superação do paradigma do emprego e da lógica do mundo do trabalho pelos trabalhadores e, com isso, apropriar-se dos meios de produção. Contudo essa organização depende de uma educação emancipatória, princípio da Educação Popular. Pois:

A educação é pensada, desde então, relacionada ao trabalho e o que está no mundo do trabalho deve ser apropriado por ela e nos processos educativos, muitas vezes de forma velada como, por exemplo, as ideias de qualificação, de perfil dos trabalhadores, das habilitações necessárias, oriundas do taylorismo e do fordismo. O próprio mundo do trabalho conduz à reflexão sobre o que está acontecendo hoje e sua relação com a educação e seu desenvolvimento, porém a partir de uma lógica econômica neoliberal-empresarial. Observa-se, inclusive, que há, nesse cenário atual, a busca de uma nova cultura baseada e centralizada nos princípios do liberalismo, básico do individualismo. Coloca-se a responsabilidade do desemprego nas pessoas. Este discurso da empregabilidade empresarial está baseado em alguns princípios congruentes com o mesmo. O desafio é buscar caminhos sobre a relação mundo do trabalho e educação integral do povo (RODRIGUES, 2006, p. 221m).

Nessa ótica, surge a necessidade de uma educação emancipatória (FREIRE, 1987), que segundo as autoras Oliveira; Machado (2014), uma ação educacional com propósito emancipatório é um desafio aos preceitos do desenvolvimento social do sistema do Capital, provocando transformações sociais a partir do fato de a classe trabalhadora ter acesso à educação, não apenas acesso ao atual conhecimento elitizado, mas principalmente à condição de desenvolver novos conhecimentos, o respeito aos seus saberes, em termos de conteúdo, formas e aplicabilidade, ou seja, uma educação que tenha realmente o cunho de conscientizar, conceder autonomia e condições de serem sujeitos de suas histórias. É nessa perspectiva que surge a Educação Popular:

[...] Construída nos processos de luta e resistência das classes populares, é formulada e vivida, na América Latina, enquanto uma concepção educativa que vincula explicitamente a educação e a política, na busca de contribuir para a construção de processos de resistência e para a emancipação humana, o que requer uma ordem societária que não seja a regida pelo capital (PALUDO, 2015, p. 220).

Para os autores Rosa e Silva (2017), o contexto latino-americano é um importante cenário para a origem do movimento de Educação Popular, cenário onde emergiu, no final do século XIX, como uma alternativa emancipatória, com base nos processos de luta e resistência

das classes populares. O capitalismo neoliberal na América Latina levou à modificação da situação socioeconômica da região e, suas ações e políticas exerceram efeito diretamente nas classes trabalhadoras, que tiveram agravamento em suas condições de vida e trabalho, as quais já eram difíceis mesmo antes da implantação do projeto neoliberal.

No Brasil, as práticas desse movimento contra hegemônico surgiram na década de 20, como uma forma privilegiada da participação dos trabalhadores na política (GADOTTI, 1983), porém, teve maior ascensão nos anos de 1960, através do educador Paulo Freire, o qual é citado por diversos autores como sendo o pioneiro da Educação Popular a nível internacional. Nesse momento, a Educação Popular, que teve sua base na política e na transformação da sociedade, redireciona-se para questões do sujeito, sua cultura e representatividade. Depara-se com a concepção de uma educação que aceita e legitima a diferença, a transformação do ser humano, seu papel na construção e crítica permanente da realidade social e cultural em que se inscreve (HOLLYDAY, 2006).

A Educação Popular, como área de conhecimento e prática educativa, constrói-se como uma atividade permanente de crítica ao sistema atual, ou seja, de maneira oposta à por ele estabelecida. Envolvendo práticas pedagógicas problematizadoras, baseando-se na realidade da população, disseminada pelos movimentos sociais, visando, além da construção de saberes, o fortalecimento das organizações populares. Por isso, é considerada uma importante ferramenta no incentivo às transformações ou manutenção das estruturas sociais (CARRILLO, 2011).

Sabe-se que a educação, de forma geral, sofre cada vez mais impactos da lógica excludente do capital, porém, como salienta Freire (2013, p. 96), é necessário entender a educação sempre como uma “forma de intervenção no mundo”, de modo a “implicar tanto o esforço de reprodução da ideologia dominante quanto o seu desmascaramento”, pois assim, por mais condicionada que ela esteja pela ideologia dominante, os sujeitos poderão encontrar saídas e, através de práticas emancipatórias e problematizadoras, conscientizar-se, superar, intervir nos processos, provocando a transformação necessária.

A conscientização, a dialogicidade, a amorosidade para com os sujeitos era até então tida como bases para o desenvolvimento da Educação Popular, mas as ações e reflexões sobre a prática da Educação Popular levaram a incorporar outra categoria não menos importante: a da organização (GADOTTI, 2012), pois, não basta apenas conscientizar para transformar alguma realidade, é preciso, também, organizar as classes populares, os sujeitos. O empenho da Educação Popular para com os excluídos do sistema dominante levou à valorização produtiva

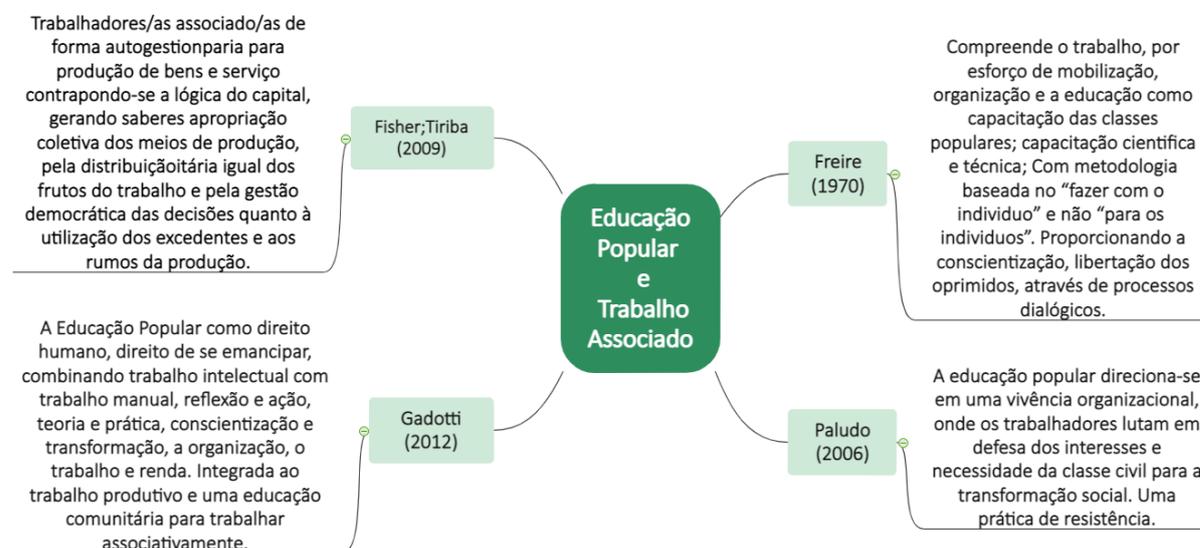
da vida, reconhecendo o trabalho como meio de emancipação, libertação e autonomia, a fim de que maneiras diferenciadas de produção fossem pensadas. Nesse contexto, emerge o Trabalho Associado como prática social. Portanto, é imprescindível que a Educação Popular se vincule às lutas do resgate do trabalho, pois, o conceito do Trabalho Associado está atrelado à análise das relações históricas do trabalho e da educação (FISCHER; TIRIBA, 2009).

Zart (2006) aponta que é preciso desenvolver uma educação crítica e emancipatória que supere os processos operacionais e promova um sistema mais dialógico. Através da concepção de Paulo Freire, em sua obra *Pedagogia do Oprimido* (1987, p. 34), de que o desejo do opressor “é transformar a mentalidade dos oprimidos e não a situação que os oprime”, compreende-se que nos espaços de Trabalho Associado possa, ainda, haver certa resistência dos trabalhadores com relação às práticas educativas, visto que, suas concepções têm sido moldadas por compreensões lineares e hierárquicas que o sistema capitalista – opressor – os impõe.

A educação crítica amplia as possibilidades do processo educativo dialógico, oposta à educação bancária, de forma emancipadora, reflexiva e prática, contribuindo para a superação de dogmas pré-existentes, isto é, o pensamento absoluto sobre situações já vivenciadas. Assim, oportuniza aos trabalhadores uma reconstrução dos saberes, fazendo com se reestruturem a partir de uma atuação solidária e coletiva.

Apresenta-se abaixo (Figura 2) uma síntese conceitual da relação que fundamenta o diálogo entre a Educação Popular e o Trabalho Associado, de forma que possamos apreender sua significação, não apenas como conceito teórico, mas como *práxis* cotidiana, a partir das concepções de alguns teóricos:

**Figura 2 - Síntese conceitual sobre Educação Popular e Trabalho Associado**



Fonte: Elaborado pela autora (2020)

O Trabalho Associado emerge à medida que os trabalhadores se organizam coletivamente e, essa organização é promovida por meio da Educação Popular. Visto que, a Educação Popular busca problematizar as contradições do capitalismo, em oposição à Educação liberal que educa para o emprego<sup>13</sup> e a subserviência. A Educação Popular busca educar os/as trabalhadores/as com a finalidade de instituírem um sistema de cooperação autônomo ou para si, dado a síntese conceitual, a força de trabalho não é considerada como mercadoria no Trabalho Associado.

Ao compreender essa organização, Freire (1970) mostra que a Educação Popular tem graus e formas diferentes e que o saber acontece no interior de um “saber fazer” próximo a esses grupos. A partir dessas concepções é possível verificar que o Trabalho Associado está ligado não só à mudança social, mas tem forte compromisso com a transformação social, e que se faz necessário articular trabalho e educação, de maneira a contribuir com a formação, para que os trabalhadores associados possam mobilizar suas atividades em torno de ações econômicas que favoreçam a autonomia do trabalho sobre o capital e a construção de saberes.

<sup>13</sup> Por mais que o trabalhador tenha suas garantias de liberdade constitucionalizadas pelas legislações trabalhistas, essa liberdade é limitada no capital, por meio das condições contratuais onde o empresário estabelece o que o trabalhador pode ou não fazer. Ou seja, é uma astuciosa maneira do capital continuar a escravizar o trabalhador e chamá-la de emprego liberal (SGUAREZI; BORGES, 2011).

Os trabalhadores precisam, cada vez mais, apropriar-se de conhecimentos, técnicas, ferramentas do capital e colocar isso a serviço dessa emancipação e a Educação Popular, pelos seus princípios e estratégias, coopera com essa demanda, com essa luta dos trabalhadores/as.

O objetivo da Educação Popular não é o de contribuir para aliviar a pobreza e muito menos o de ajustar as “competências básicas” dos trabalhadores para que consigam competir com o mercado, desconsiderando as necessidades reais e imediatas das camadas socialmente desfavorecidas, mas o de oportunizar a apropriação do conhecimento, para que as pessoas tenham amplitude dos mecanismos econômicos, da sociedade, do processo produtivo, ao qual estão inseridos, para que possam se posicionar como cidadãos conscientes e capazes de uma transformação social (TIRIBA, 2007).

Para Freire (1993), a conscientização é um dos pontos inerentes a uma educação libertadora e promotora de autonomia. Pois quando a Educação Popular se vincula a um ensino que parte de temas que envolvem as práticas de vida, ele começa a se indignar, quer identificar conhecimentos para compreender a origem de tais problemas, de que maneira usar os conhecimentos para efetivar alguma ação.

Tiriba e Fischer (2013) sustentam a ideia de que a produção associada é a principal escola para o aprendizado da Autogestão do trabalho e da vida social, ou seja, as vivências culturais, políticas e existenciais deixam marcas e saberes nos indivíduos e que coletivamente vivenciam modos de ser, produzir e se reproduzir culturalmente e socialmente. Partindo dessas vivências, vão se construindo novos saberes e práticas que conseqüentemente geram novos grupos e instituições. Ao modo que, se considera as vivências dos trabalhadores nesse processo, as autoras alegam se constituir também os saberes do Trabalho Associado. O compartilhamento de informações revela que o coletivo constrói saberes a partir do drama ali vivenciado, compartilhado (PEREIRA; MENDES, 2017), o que é identificado por Guevara (2006) como “um processo dialético de conhecimento a partir da prática”.

Existir humanamente é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar. Não é no silêncio que os homens e mulheres se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão (FREIRE, 1987 p. 92).

A Educação Popular, nesse aspecto, é uma ferramenta que auxilia os/as trabalhadores/as na obtenção de conhecimentos necessários para o desenvolvimento das práticas no trabalho associado. Nesse caso, a busca de uma *práxis* que envolva a unidade entre os objetivos econômicos e os objetivos sociais é uma das chaves da educação dos trabalhadores

associados, a qual, é compreendida como processo permanente e resultado provisório, como mencionado também por Tiriba (2007) a ação-reflexão-ação, ou seja, que permita o trabalhador pensar por si próprio tornando-se condutor de suas transformações, através da apropriação dos conhecimentos adquiridos e reflexionados a partir da realidade na qual estão inseridos.

Conforme Paludo (2012, p. 286), “entende-se a necessidade de reconhecer "o movimento do povo em busca de direitos como formador, [...] a luta é formadora. Ela se constituiu, ao mesmo tempo, como uma ação cultural, um movimento de Educação Popular e uma teoria da educação”. Para a autora, a Educação Popular considera a vivência do trabalhador, de modo que, não se prevalece, exclusivamente, o conhecimento técnico, pois deve ser considerado conforme a realidade que ele se encontra, as aprendizagens que eles apropriaram no tempo de trabalho.

Experiências de geração de trabalho e renda, caracterizadas pela construção de novas relações sociais de produção por meio do Trabalho Associado e autogestionário, surgiram como células que se multiplicaram e conduziram ao que se denominou Economia Solidária. A Educação Popular com a Economia Solidária exige a invenção de novas práticas, pois, de acordo com Paulo Freire, cabe à primeira difundir a segunda entre aqueles que a realidade dinâmica do capitalismo exclui do espaço econômico (GADOTTI, 2017). Nessa ótica, é perceptível o desafio da Educação Popular, uma vez que essa demanda ampliada traz consigo a incumbência de ressignificar, em uma de suas vertentes, o trabalho educacional vinculado às grandes reivindicações presentes na comunidade internacional. Para isso, Picon (2006) acredita ser necessário um desenvolvimento metodológico que responda a uma concepção de vida, de sociedade, de Estado, de educação, em uma visão transformadora.

Contudo, a questão é mais complexa e se torna necessário avançar para além da idealização em debates a respeito da educação e o trabalho ou, até mesmo, contentar-se com uma democracia representativa ineficiente, é preciso, como aponta Sguarezi (2020, p. 156), “avançar para a democracia participativa”. Inadiavelmente, é preciso compreender, saber arquitetá-la e, principalmente, materializá-la no dia a dia da produção, juntamente com os sujeitos na busca por autonomia frente ao Estado. Promovendo, então, aprendizado coletivo, desenvolvendo maior consciência do que se passa na organização em que estão inseridos e condições de assumir novos desafios, proporcionando, assim, autonomia aos indivíduos (GADOTTI, 2012), conduzindo-os, dessa maneira, ao que Sguarezi (2011, p. 23) chama de “emancipação dos trabalhadores, à construção de outra sociedade e de outro mundo possível”

Ao apontar que produzir de forma associada no mundo do trabalho "é princípio e fim educativo, é fonte de produção de conhecimento e de novas práticas sociais, é fonte de produção de bens materiais e espirituais", Tiriba (2001, p.210), conduz à reflexão de que é necessário ampliar os espaços educativos que estimulam novos saberes e novas práticas sociais para que, como afirmado por Coragio (2000), compreendam não apenas produção associada como esfera educativa, mas também as formas organizativas que esses trabalhadores vêm realizando no sentido além do capital, gerando uma percepção de "reprodução ampliada da vida".

Assim, ao interligar a Educação Popular com os Empreendimentos da Economia Solidária, que produzem o trabalho associado e experimentam a Autogestão como processos emancipatórios, é imprescindível o estudo dos ideais de Paulo Freire. Pois, dificilmente eles se consolidam sem a devida formação intermediada pela Educação Popular, uma educação que dialoga com a Economia Solidária, com o Trabalho Associado e com a Autogestão. Para isso, é necessário que se esclareça alguns conceitos que são essenciais para reflexão dessa ligação, os quais serão discutidos nas próximas sessões.

## **2.2 Economia Solidária e Autogestão**

De acordo com o Plano Nacional de Economia Solidária (2015/2019), a Economia Solidária é um movimento que surge como alternativa à economia capitalista, trazendo consigo novas formas de organizações que, inserido no capitalismo, procura construir a autonomia dos/as trabalhadores/as pela lógica da Autogestão, sendo um conceito amplamente utilizado, não só no Brasil, como também em outros países.

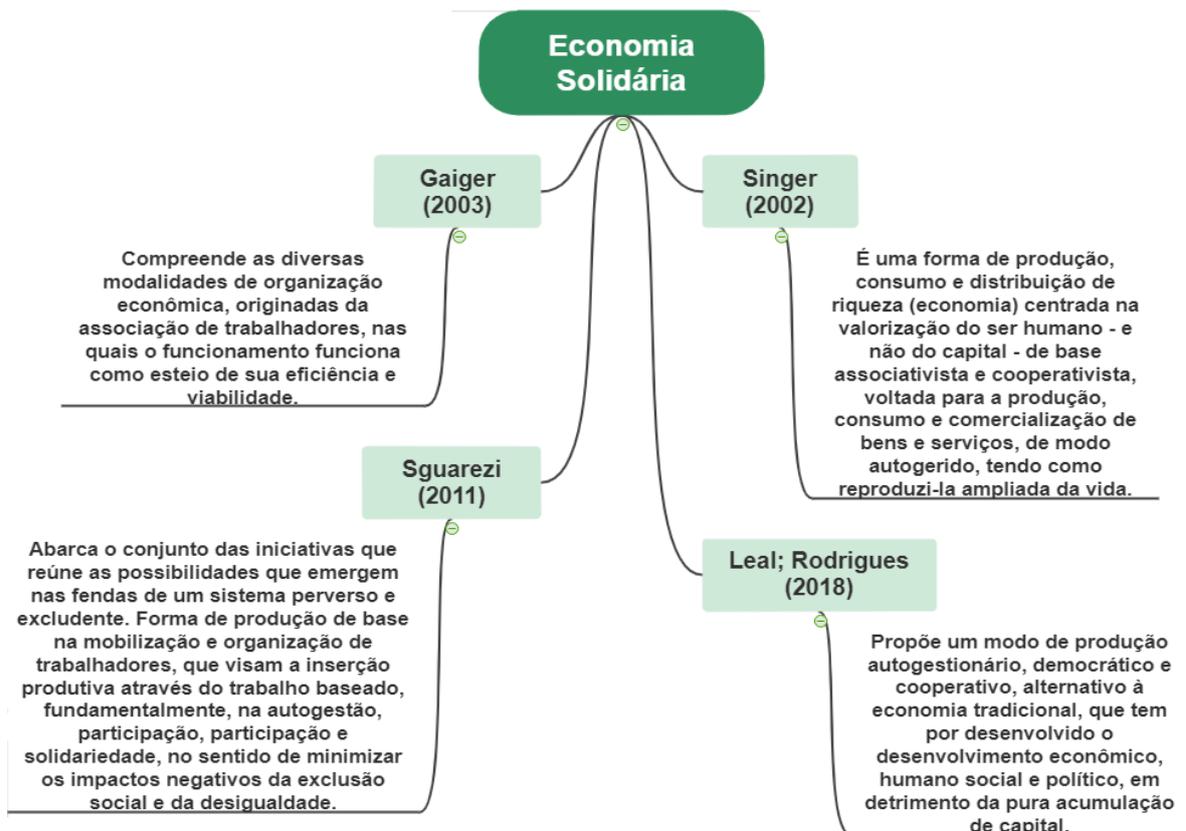
As bases históricas da Economia Solidária, enquanto movimento social, iniciam-se no século XIX na Europa e possui como antecedente o cooperativismo operário, que surgiu através das lutas de resistência contra a Revolução Industrial. Robert Owen (1771-1858) e outros pensadores como Charles Fourier (1772-1865) e Saint Simon (1760-1825) fizeram importantes fundamentações teóricas que regem o cooperativismo em todo o mundo, porém, limitaram-se a iniciar escolas de pensamento, enquanto Owen buscou colocar em prática suas proposições nos âmbitos sociais e econômicos (SINGER, 2002; OLIVEIRA, 2005).

No Brasil, a Economia Solidária começa a se despontar, somente, no ano de 1980. Devido à crise da dívida externa, empresas com alto potencial produtivo, como é o caso da fábrica de fogões Wallig, citada em entrevista por Singer, em que o governo (capitalista) se

empenha em solucionar os problemas para salvar a empresa. Nesse intuito, surgiu a ideia de que os ex-empregados, estando organizados, poderiam arrendar e gerir a empresa que tinha ido à falência, porém não haviam identificado qual seria a representação jurídica para essa organização de trabalhadores. Após isso, identificaram que a cooperativa seria a representação ideal, pois poderia representar tantos trabalhadores e de forma equitativa. Em decorrência, essa experiência acabou por reinventar a Economia Solidária, que vai de encontro à crise do desemprego que estava se instaurando entre os trabalhadores (SINGER, 2008).

Posteriormente, houve outros casos na lógica do trabalho coletivo em que trabalhadores/as assumiram as empresas falidas ou, o que autor nomeia “empresas recuperadas”<sup>14</sup>, que também foi referendado Pires e Lima (2017). Com o intuito de estabelecer uma correlação dos autores que versam sobre a Economia Solidária, de modo visual, apresenta-se, na Figura 3, uma síntese conceitual da temática:

**Figura 3 - Síntese conceitual Economia Solidária**



Fonte: Baseado em Sguarezi, Dutton e Martins (2019, P. 136); Leal, Rodrigues (2018) e Sguarezi (2011; 2020).

<sup>14</sup> Organizadas, em sua maioria, na década de 1990. Essas fábricas foram estruturadas ora como cooperativas, ora como formas híbridas de gestão, num contexto de reestruturação econômica e aumento do desemprego estrutural, para manter postos de trabalho. Em geral, elas tiveram apoio de sindicatos, e progressivamente se inseriram no movimento de Economia Solidária.

Assim, a Economia Solidária torna-se mais que um simples sistema econômico, mas um sistema econômico social, que busca a integração entre os indivíduos, de forma hegemônica, além da acumulação de riqueza ou do pensamento individualista do capital (LEAL; ROGRIGUES, 2018), configurando-se em uma resposta à economia capitalista excludente, em que trabalhadores e trabalhadoras se organizam coletivamente na busca por uma nova fonte de renda e bem viver (SGUAREZI, 2011; 2020).

A Economia Solidária reorganizou uma série de práticas já existentes, que em sua articulação, passaram a se constituir como uma base animadora de outras tantas iniciativas, em um contexto marcado pela crise do desemprego, pela liberalização dos mercados e pela intensificação dos processos de exclusão social (MOTA, 2004). Por este ângulo, a proposta da Economia Solidária vem a agregar o real sentido do vocábulo economia, – que em sua essência busca a organização do trabalho e da produção, – a políticas de desenvolvimento econômico justo, entre outras visões, mas que distorcidamente têm sido utilizadas para ressaltar o capitalismo e a acumulação de riqueza material. Nessa ótica, a Economia Solidária tem por objetivo, tanto o desenvolvimento de uma economia popular, quanto da organização da Educação Popular dos sujeitos, constituindo espaços para o exercício da cidadania. (VASCONCELLOS, 1998; ARRUDA, 2003; SGUAREZI, 2011; 2020).

Para Singer (2002), a Economia Solidária assume um importante papel na luta contra o desemprego ao inserir os trabalhadores excluídos do capital, sendo fomentada, inicialmente, pela sociedade civil, seguindo com as instituições do terceiro setor, como a igreja católica, as universidades, movimentos sociais e sindicatos. Nessa linha de raciocínio Tiriba (2018), compreende que a reprodução ampliada da vida como principal finalidade da Economia Solidária esteja pautada na “cultura do trabalho associado entremeadas por singularidades de gênero, raça e etnia que vão se entrelaçando, tendo a criação da sociedade de produtores livremente associados como horizonte” (TIRIBA, 2018, p. 85).

Nesse contexto, a Economia Solidária é gerenciada pelos próprios trabalhadores, os quais são os maiores favorecidos, pois, através de práticas econômicas de iniciativas livremente associadas, criadas e recriadas periodicamente pelos que se encontram, ou correm o risco de ficar marginalizados do mercado de trabalho (GAIGER, 2003). Aqui cabe a máxima da Economia Solidária: “Não existe patrão, nem empregado”. Por isso, é possível afirmar que as experiências de trabalho associado, de Autogestão e de Economia Solidária engendram um processo de transformação social por dentro da lógica do capitalismo.

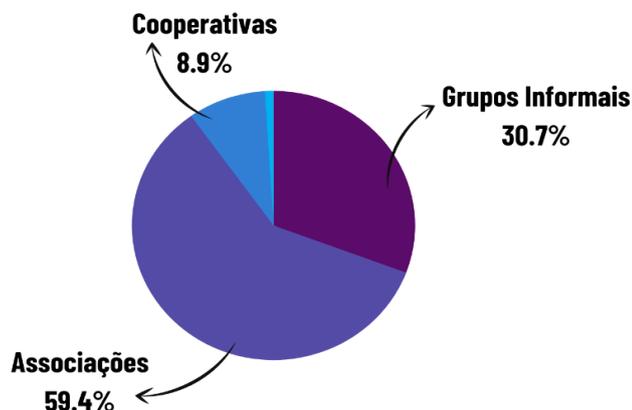
Assim, a reapropriação dos meios de produção, trocas e reprodução social do conhecimento, podem proporcionar acesso a maiores recursos na luta para a construção de uma economia justa. Nesse contexto, destacaram-se grupos com iniciativas econômicas, de práticas autogestionárias, em sua maioria constituídos por grupos informais que, a princípio, não eram regidos por nenhuma norma legal, possuindo apenas normas internas estabelecidas pelos próprios grupos, originando, em meados de 1990, o conceito de Empreendimentos Econômicos Solidários - EES (GAIGER; FERRARINE; VERONESE, 2018; GAIGER, 2003).

Pautado em uma concepção de trabalho, os Empreendimentos Econômicos Solidários se mostram sustentáveis na perspectiva econômica, social, ambiental, cultural e política. No aspecto econômico gera riqueza, desenvolvimento local, inclusão das pessoas na produção e no consumo, orientado pela lógica da solidariedade e não do consumismo, potencializando um sistema endógeno de produzir. Na dimensão do social gera trabalho (associado), que não deve ser confundido com emprego, com base em tecnologias sociais, além de oportunizar as pessoas voz e vez, permitindo o acesso e construção do conhecimento (ZART, 2006).

Do ponto de vista ambiental, preocupam-se com o uso sustentável dos recursos, proporcionando uma relação entre homem e natureza harmoniosa, respeitando os ecossistemas e a preservação do meio ambiente. No campo cultural, contribui com a mudança de paradigmas impostos pelo sistema hegemônico, no que diz respeito à forma de ver o mundo, de produzir, de se relacionar, na perspectiva que esse trabalho considera e valoriza o estabelecimento de relações igualitárias entre as pessoas, independente de raça, gênero, idade, escolaridade, etc. Todos esses elementos conduzem à emancipação política, sobretudo, devido a movimentos como os fóruns, conselhos, em que há discussões de forma democrática, na luta pelos direitos e fortalecimento das bases, e, assim, as pessoas passam a se apropriar de seus direitos enquanto cidadãos críticos.

É por isso que o número desses EES vem crescendo gradativamente e sendo reconhecido no país por expor as mais variadas experiências organizativas, também, movimentar a economia brasileira. Os EES abrangem grupos da zona rural ou urbana, podendo ser associações de produtores e consumidores, comunidades tradicionais, cooperativas populares, dedicadas à produção de bens, à prestação de serviços e à comercialização e ao crédito. Os EES são considerados os principais atores no cenário da Economia Solidária, pois, através deles, é possível concretizar os princípios estabelecidos pelo movimento de modo participativo (GAIGER; FERRARINE; VERONESE, 2018).

**Gráfico 1 - Distribuição nacional dos Empreendimentos Econômicos Solidários por tipo de organização**



Fonte: Elaborado pela autora, com base em Sies (2013).

As experiências de EES têm aumentado por todo o país. Multiplicam-se práticas nas cadeias produtivas do artesanato, agricultura familiar, alimentação, resíduos sólidos, entre outras (BRITSCHGY, 2018). De acordo com último levantamento de dados do Sistema Nacional de Informação em Economia Solidária — SIES<sup>15</sup>, em 2013, no Brasil, havia 19.708 mil Empreendimentos Econômicos Solidários - EES, abrangendo um total de quase um milhão e meio de trabalhadores. Esses empreendimentos estão organizados, segundo a classificação do SIES em: grupos informais, associações, cooperativas, e sociedades mercantil, conforme Gráfico 1, alicerçado na 3ª Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES)<sup>16</sup>, possuem as seguintes características:

- I. ser uma organização coletiva, singular ou complexa, cujos participantes ou sócios(as) são trabalhadoras(es) do meio urbano ou rural;
- II. realizar atividades de natureza econômica, socioambiental e cultural que devem ser as razões primordiais da existência da organização;
- III. ser uma organização de Autogestão cujos participantes ou sócios exerçam coletivamente a gestão das atividades econômicas e a decisão sobre a partilha dos seus resultados, através da administração transparente e democrática, soberania da assembleia e singularidade de voto dos sócios, cumprindo o seu estatuto ou regimento interno;
- IV. ser uma organização permanente, considerando tanto os empreendimentos que estão em funcionamento quanto aqueles que estão em processo de implantação, desde

<sup>15</sup>O SIES foi pensado pelo Movimento da Economia Solidária no Brasil e foi implementado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária-SENAES em parceria com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária a fim de identificar e registrar informações dos Empreendimentos Econômicos Solidários e assuntos afins no Brasil. Lembrando que devido ao golpe parlamentar em abril de 2016 e com a mudança do governo, imposta pelo impeachment, ocasionou a extinção desta secretaria em 04 de novembro de 2016.

<sup>16</sup> A III CONAES foi realizada em Brasília, de 27 a 30 de novembro de 2015, tendo como tema “Construindo um Plano Nacional de Economia Solidária para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável”. A conferência tem como objetivo dialogar, debater temas relevantes a respeito da ES para a formulação e avaliação de políticas públicas (3ª CONAES, 2014).

que o grupo esteja constituído e as atividades econômicas definidas. (III CONAES, p. 21, 2014).

Considerando que os EES possuem forma de organização econômica idêntica às demais entidades econômicas capitalistas, essas características foram formuladas, a fim de diferenciá-las e, assim, serem reconhecidas pelas políticas públicas existentes, em especial, a Política Nacional de Economia Solidária.

Gaiger (2013), ressalta que tais formas de organização foram estabelecidas a partir dos formatos institucionais disponíveis, pois não existe um marco regulatório brasileiro direcionado às práticas de Economia Solidária. Assim, a fundação de associações e cooperativas é a maneira encontrada para que os empreendimentos não fiquem na informalidade, conforme exposto no Gráfico 1.

São diversas formas de organizações relatadas por Singer (2000), no âmbito da Economia Solidária, como feiras solidárias, agências de fomento, clubes de trocas, entre outras. Nesses empreendimentos, destacam-se quatro importantes características, de acordo com a Figura 4, a qual o SIES (2013) estabelece como princípios: a Cooperação, Autogestão, Solidariedade e a Ação Econômica – CASA. Tais princípios foram referendados por Arruda (2019)<sup>17</sup> e Sguarezi *et al.* (2020) e estão relacionados com os princípios do cooperativismo. São eles que inspiram, projetam a conduta, os valores e os modos de produção dos Empreendimentos Econômicos Solidários que compõem a Economia Solidária, proporcionando um desenvolvimento sustentável, inclusivo, democrático e socialmente justo (LEAL; RODRIGUES, 2018; SGUAREZI *et al.*, 2020).

---

<sup>17</sup>ARRUDA, Érika Fátima de. Trabalho associado e educação: limites e possibilidades de uma experiência de autogestão, vivenciados pelos sócios da Associação Cacerense de Catadoras e Catadores/as de Materiais Recicláveis do Pantanal (ASCAPAN). **Dissertação de Mestrado**. PPGEdU/UNEMAT, 2019.

**Figura 4 - Princípios da Economia Solidária**



Fonte: elaborado pela autora (2020) com base em Singer (2002); Cult e Koyama (2018); Leal e Rodrigues (2018) e Sguarezi (2020).

Por meio da Cooperação, as relações sociais são regidas pela reciprocidade, isto é, interações sociais evidenciadas por meio de práticas compartilhadas em prol de um objetivo comum. O princípio da Autogestão é pautado pelo poder compartilhado, por intermédio de práticas participativas e democráticas, de modo que propicia autonomia para o empreendimento. O princípio da Solidariedade pauta-se na igualdade, justa distribuição, compromisso de promover o bem viver<sup>18</sup>, bem como, da sociedade a qual está inserida. Na Ação-Econômica, o empreendimento encontra esforços, recursos e conhecimentos para viabilizar as iniciativas coletivas de produção, comercialização, crédito e consumo (LISBOA 2003; JESUS; TIRIBA, 2003; CULT; KOYAMA, 2018).

Embora o cooperativismo corresponda a apenas 8% das representações de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), e o associativismo e os grupos informais atuem no processo de organização da produção e da ação econômica, é a cooperativa a forma jurídica ideal para garantir essa ação econômica. Os EES precisam avançar para o nível de organização das cooperativas, visando garantir os princípios da Economia Solidária, sendo a

<sup>18</sup> Tratamos aqui o bem viver como alternativa ao desenvolvimento, que para Alcântara e Sampaio (2017; 2020) possui a concepção de enaltecer o fortalecimento das relações comunitárias e solidárias, os espaços comuns e as mais diversas formas de viver coletivamente, respeitando a diversidade e a natureza.

cooperação, Autogestão, solidariedade e ação econômica. Pois, dentre as formas de representação, a cooperativa é única que em sua forma jurídica leva a efetividade da ação econômica, a autonomia e empoderamento do empreendimento.

Os princípios da Economia Solidária com a Educação Popular interligados configuram-se importantes referências no processo autogestionário dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). Segundo Albuquerque (2003), esse processo é superior a uma simples modalidade de gestão, é um termo multidimensional, que não se desenvolve de forma linear, pois, a apropriação dos espaços se dá de diversas formas e, ela está na gênese do empreendimento (MARTINS, 2016). Assim, educar para a Autogestão significa promover a autonomia e a inteligência coletiva dos trabalhadores/as, conduzindo-os a se emanciparem (SOUZA, 2014; SGUAREZI, 2011; 2020).

O processo autogestionário ele vai se produzir nas camadas populares e nos empreendimentos e nas outras iniciativas se nós tivermos experiências concretas no sentido da educação popular, não no sentido de você transmitir um conhecimento. No sentido que você vivencia um conhecimento. No meu entender o protagonismo dos sujeitos da economia solidária, a experiência autogestionária ela será produzida e vivenciada completamente se nós conseguirmos implantar experiências concretas. [...] Mas nós temos que ser persistentes, resistentes e insistentes nesse processo de construção (ZART, 2009).

Essa relação foi discutida também durante 1ª e 2ª edição da CONAES, resultando no texto de referência da 3ª CONAES, o qual foi construído por aqueles que compõe o âmbito dos EES, essa relação é compreendida por eles da seguinte maneira:

(...) 74. A educação em economia solidária é definida como uma “construção social” que envolve uma diversidade de sujeitos e ações orientados para a promoção do desenvolvimento sustentável, considerando as dimensões econômica, ambiental, cultural, social e política. A economia solidária reconhece o trabalho como princípio educativo na construção de conhecimentos e de outras relações sociais. Assim, as ações político-pedagógicas inovadoras, autogestionárias e solidárias, são fundamentadas na perspectiva emancipatória de transformação dos sujeitos e da sociedade. Do mesmo modo, a formação e a assessoria técnica são processos inerentes à educação em economia solidária e, portanto, compartilham dessa mesma concepção (2014, p. 22)

Os EES, pautados pelos princípios fundamentais da Autogestão, possuem certa particularidade perante as demais entidades regidas pelo capital. Essa particularidade se dá pelo fato de que os atores envolvidos (trabalhadoras e trabalhadores) devem, de modo democrático, participar e se apropriar dos modos de produção e, possuir o conhecimento necessário para a tomada de decisões no empreendimento, reconfigurando, assim, as relações sociais determinadas pelo capital.

A Autogestão, como um dos princípios da Economia Solidária, determina o envolvimento dos trabalhadores, o que, conseqüentemente, torna-se de extrema relevância, na visão de Tiriba (2007) que os trabalhadores associados na produção dominem as operações básicas para fazerem as contas, avaliarem a atual situação econômica e projetarem as metas de produção e comercialização que garantam a remuneração de seus integrantes e a manutenção da própria unidade econômica. A partir do domínio dessas operações, a caminhada dos empreendimentos rumo a uma gestão mais democrática torna-se mais eminente.

Para Sguarezi (2011), a Autogestão e a Economia Solidária não são conceitos novos, trata-se de uma releitura da gênese dos princípios do cooperativismo, porém, a forma como vem sendo utilizado o termo pode ser considerada uma inovação. Nessa perspectiva, para que se efetive a Autogestão, é necessário que os atores envolvidos estejam conscientes e entendidos do processo.

Acreditamos que quando se defende a autogestão deve-se garantir o direito à informação e democracia nas decisões. Democracia não apenas como voto ou mera representação, mas, principalmente, como partilha de poder e controle da vida do empreendimento coletivo (ADRIANO, p. 128, 2010).

Para que haja essa garantia, é necessária uma transformação no sentido amplo da vida, principalmente, nos aspectos econômico e social. A transformação deve estar nas pessoas, nos processos e nas relações de produção, assim como nas relações sociais nos empreendimentos, pois é preciso considerar que as pessoas que compõem esse movimento trazem consigo uma cultura. É preciso compreender que, tradicionalmente, foram educados pelo sistema capitalista, um sistema em que a decisão parte de cima para baixo e, que na maioria das vezes, não é de maneira democrática. A Autogestão para Adriano (2010) é um modo de gerir onde todos assumem responsabilidades. Essa transformação, na visão de Sguarezi (2020), requer o reconhecimento dos limites e possibilidades do empreendimento, a fim de avançar organizativamente a níveis internos, de maneira dialógica. O autor, adverte, ainda, que um dos limites a ser superado pela Autogestão é o autoritarismo do Estado (SGUAREZI, 2020, p. 311).

Paul Singer, uma das principais referências da Economia Solidária, defende a ideia de que ela seja um ato pedagógico, por se desenvolver em meio aos trabalhadores durante os processos de organização, preparando-os para uma possível tomada de consciência (SINGER, 2005). Nascimento e Santos (2019), com base em Singer, trabalham a questão da pedagogia da Autogestão, afirmando que as experiências oriundas do processo autogestionário são

referências de processos pedagógicos e formativos, os quais possuem como base a Educação Popular. Isso ocorre devido ao fato de ser uma construção coletiva.

A partir dessa ótica, faz-se necessário compreender que há uma organização na efetivação de tais práticas e, que ambas estão interligadas e possuem os mesmos objetivos, ou seja, a transformação social e a inclusão, que na visão de Almeida (2006), só é possível a partir da participação social. Pois esta, irá garantir, ao empreendimento, seu desenvolvimento sustentável através de processos de caráter educativo, em que o trabalhador/a seja sujeito da transformação:

Trata-se de negar o positivismo racional da administração heterogestionária e burocrática, e também de negar a tomada de poder estatal por um grupo de lideranças e construir nesse processo de transformação de relações a vanguarda própria do conjunto dos trabalhadores visando superar a subordinação ao mercado, ao Estado e a todo o sujeito que se pretende histórico. O único sujeito histórico capaz de transformar as relações de produção é aquele que produz, é o trabalhador. Só o trabalhador individual e de forma autogestionária competente e consciente é capaz de promover a transformação das relações de produção e as demais relações de dominação as quais foi subjugado no sistema capitalista. (SGUAREZI, 2020, p.169)

As considerações do autor aproximam-se das reflexões freirianas, sobretudo, em relação à conscientização dos oprimidos, que para Adriano (2010, p. 131), “é um caminho profundamente pedagógico para a ação autônoma dos trabalhadores”. Portanto, é a partir do processo de Autogestão que os trabalhadores se reeducam coletivamente, conquistando seus lugares, e, assim, desprendendo-se das amarras de uma sociedade opressora. O empoderamento dos trabalhadores diante do sistema, surge com a superação da condição de mercadorias e objetos, ao se tornarem sujeitos de suas próprias histórias.

### **2.2.1 A Incubação como Processo Educativo**

O trabalho de maneira coletiva, não é uma atividade fácil, considerando o ambiente hegemônico que nossa sociedade se encontra, em que a tendência é considerar, normalizar e tornar como natural o sistema capitalista, um sistema que mantém como base o individualismo e a competitividade. Posto isso, que a construção participativa no coletivo dos membros dos EES faz-se importante para que durante o processo de formação sejam tomadas decisões organizacionais voltadas para o empreendimento (VAILANT; COSTA; COSTA, 2006; PAEZANO *et al.*, 2019).

Para que o trabalho coletivo aconteça, é necessário que haja uma reeducação da sociedade, considerando que os empreendimentos podem englobar pessoas das mais diferenciadas culturas e pensamentos. Essa reeducação é proposta pela Economia Solidária, como uma formação de reafirmar os valores éticos coletivos (COSTA; VAILANT; COSTA, 2006). Segundo os autores, para que haja mudança de atitude e de postura, a Economia Solidária propõe que o coletivo passe por um processo de formação, onde sejam reafirmados os valores de práticas coletivas, pautados na construção de princípios éticos e de reciprocidade.

Para Zart, na ótica da incubação, o conceito de construção,

[...] nos dá o sentido que algo não está pronto, mas está num movimento constante do fazer e do refazer, do aprender e do reaprender”, permitindo-nos apreender as contradições sociais, inerentes às estruturas e às relações, bem como as controvérsias socioculturais, porque indicam como as pessoas entendem e manifestam a sua visão de mundo (2014, p. 55).

Neste processo de construção, o acesso aos conhecimentos, tecnologias e políticas públicas é uma condição fundamental não apenas para EES, mas para todas as formas e estratégias de organização socioeconômica, visto que a realidade do Brasil é marcada por profundas desigualdades econômicas e sociais (ZART, 2006). As Incubadoras de Economia Solidária, iniciaram-se com o objetivo de ampliar a relação da universidade com a sociedade, na esfera da Economia Solidária, trazendo oportunidades para a população que, de certa maneira, é explorada e excluída pelo sistema. Podemos citar como exemplo os catadores de materiais recicláveis.

A incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) tem como perspectiva realizar formações através da metodologia de Incubação tornando aqueles que integram o empreendimento, capazes de realizarem debates e discussões sobre gestão participativa, técnicas administrativas e contábeis, entre outros. Tais metodologias apresentam como ponto principal a busca por ferramentas que levem à consolidação e conquista de condições suficientes para a autonomia organizacional e a viabilidade econômica dos empreendimentos (COSTA; VAILANT; COSTA, 2006; PRONINC, 2017).

Vale destacar o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC), que surgiu no bojo da Economia Solidária (MATSUDA; MACLENNAN, 2019), como uma das mais relevantes políticas do campo da Economia Solidária da contemporaneidade. O programa atuou de forma estratégica financiando, simultaneamente, os EES e grupos de pesquisadores, técnicos e estudantes comprometidos em produzir conhecimento a partir das demandas populares (PRONINC, 2017).

A avaliação realizada pelo Proninc (2017), identificou a necessidade da construção do trabalho autogestionário e cooperativo, podemos dizer que esta é a diferença entre os empreendimentos da Economia Solidária e o empreendedorismo tradicional.

Para Costa, Vailant e Costa (2006), a metodologia de Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis é um processo educativo, por isso sustenta-se na Educação e na socioeconomia solidária. Segundo Zart (2013), a socioeconomia solidária compreende a necessidade de pensar a organização da sociedade a partir da sua natureza, da sua gente, de seus valores próprios, da sua gente, das suas necessidades, do seu saber fazer.

Matsuda. Mac Lennan (2019), afirmam que as incubadoras ligadas a universidade por meio de atividades de extensão universitária, proporcionam um ambiente favorável para vivenciar experiências reais, colocando a teoria em prática e democratizando o conhecimento, de forma que ocorra uma indissociabilidade entre o ensino-pesquisa-extensão. A formação nessa ótica, não acontece somente em sala de aula, mas sim nos diversos espaços de atuação da universidade. Para Culti (2011, p. 35), o processo seguido por essas incubadoras é pautado em:

- (i) valorizam o saber acumulado do grupo e das pessoas em busca da inclusão social e econômica, (ii) acrescentam conhecimento cooperativo, além de técnicas de gestão, (iii) orientam a inserção em cadeias produtivas, (iv) unir o saber popular com o saber científico de modo a transformar o trabalho cotidiano com atividades de ensino, pesquisa e extensão, e (v) são consideradas modo de construção e reconstrução do conhecimento (CULTI, 2011, p. 35).

Através de uma metodologia de ação e de investigação, constitui-se a incubação, a qual propõe ambientes participativos e interativos da universidade com grupos sociais populares. Essa união resulta em um processo que demonstra uma saudável aprendizagem e re-aprendizagem constante, tanto para os agentes da universidade quanto dos movimentos e organizações populares. Incubação de EES, tem-se de um lado a Universidade produzindo conhecimentos científico, com base no conhecimento teórico e empírico (saberes populares) sobre Incubação, Economia Solidária, Cooperativismo, entre outros, e de outro os cooperados, que a partir destas experiências passam a ter maiores possibilidades de geração de renda. (MATSUDA; MAC LENNAN, 2019).

Culti (2007, p. 20), corrobora ainda que “a incubação é um processo prático educativo de organização e acompanhamento sistêmico”, no qual é possível ver o resultado não só através dos empreendimentos incubados, mas também daqueles que organizam. Para a autora, as incubadoras desenvolvem um processo educativo que modifica as circunstâncias, as mulheres e os homens na sua maneira de ser e agir; um processo de construção e reconstrução de conhecimentos para os sujeitos envolvidos em vários aspectos (CULTI, 2007).

Neste sentido, destaca-se, nessa área, a Rede de incubadoras Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (UNITRABALHO)<sup>19</sup>, que está ligada aos programas de Economia Solidária. As incubadoras da rede, possuem como tarefa, orientar, auxiliar na prática, na organização, na formação, realizando assim um processo educativo. Esse processo orienta para que haja a participação e o diálogo, instruindo quanto à organização do trabalho, aos aspectos da Autogestão, de ordem jurídica, contábil, financeiro, relações interpessoais e outros aportes necessários (CULTI, 2007; MATSUDA; MAC LENNAN, 2019).

O intuito então é que os participantes da cooperativa sejam trabalhadores e, ao mesmo tempo, aprendam a gerir o empreendimento, de forma autogestionária, pois todos são donos do próprio negócio. No entanto, frente a este sistema a maioria dos trabalhadores não tem o domínio ou costume de participar de decisões e opinar, pois os trabalhadores não foram educados para a autonomia, tampouco os representantes da sociedade civil. À primeira vista, esse processo se torna contraditório, pois carrega muitos conflitos pelas próprias histórias de vida, considerando que, ao longo dos anos, cada um, trouxe suas marcas e bloqueios, oriundas da caminhada de vida, que afetam o relacionamento interpessoal e coletivo no trabalho (CULTI, 2013).

Por isso a necessidade de Incubadoras Universitárias terem em suas equipes professores, técnicos e estudantes de diversas áreas do conhecimento, para que, além das formações voltadas para as técnicas organizacionais e de negócios, possam trabalhar também as questões relacionadas à intersubjetividade de cada sujeito. Considerando ser importante trabalhar os conflitos de conhecimento e reconhecimento de cada um, para que haja um benefício no relacionamento pessoal e familiar na realização do trabalho coletivo, bem como no seu empreendimento, na tentativa de evitar movimentos de desestabilização e desistência.

### **2.3 Cooperativismo: raízes da Economia Solidária**

O cooperativismo, como dito anteriormente, teve grande importância para o desenvolvimento da Economia Solidária. Suas origens remetem ao período de revolução

---

<sup>19</sup> A Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho UNITRABALHO, criada em 1996, assiste empreendimentos de trabalhadores através dos Núcleos/Incubadoras Locais distribuídos em 40 Universidades em todo o país. A Rede UNITRABALHO como um todo interliga cerca de 90 universidades e instituições de ensino superior, que se agrupam em sete regionais e seus respectivos Núcleos Locais multidisciplinares desenvolvendo estudos, pesquisas e extensão sobre o mundo do trabalho.

industrial, como uma forma de resistência ao mundo operário (SCHNEIDER, 2012), representou a possibilidade de emancipação no interior do próprio capitalismo, por meio de uma forma organizada de produção e de caráter coletivo. Assim, um grupo de 28 operários/as<sup>20</sup> marcaram o início do cooperativismo com a fundação da Cooperativa de Rochdale em 1844, na Inglaterra. Através do estatuto de fundação, a cooperativa de Rochdale definiu a base para os princípios que regeriam organizações cooperativas e o plano de trabalho a ser seguido, valorizando a educação dos seus cooperados (PINHO, 1966; SINGER, 2002).

Devido ao sucesso de Rochdale, segundo Pinho (2004), as cooperativas tomaram uma proporção significativa, expandindo para outros países e continentes. Em meio a essa expansão, em 1895, foi constituída a Aliança Cooperativa Internacional – ACI, a fim de representar mundialmente o cooperativismo. As cooperativas chegaram ao Brasil na década de 1920, por meio de imigrantes europeus, com a finalidade de superar a realidade que os assolavam.

Impulsionado por valores como a igualdade, equidade, justiça social, liberdade e democracia (PINHO, 2004), o cooperativismo encaminha suas atividades em caráter social e econômico, de modo a proporcionar uma reprodução ampliada da vida. Na percepção de Schneider (2012), sem esses valores, o cooperativismo se torna fútil, pois se desconecta dos ideais Rochdaleanos e Owenistas que os fundaram.

A Aliança Cooperativa Internacional – ACI incumbida de discutir os princípios cooperativistas (CANÇADO, 2004), realizou três alterações ao longo de todos os anos, mas sem deixar de lado os valores que os pioneiros de Rochdale haviam proposto, sendo a primeira em Paris (1937), a segunda em Viena (1966) e a terceira em Manchester (1995) (PINHO, 2004; SCHNEIDER, 2012). As propostas de alterações, segundo Schneider (2012), justificavam-se pela necessidade de adequação às mudanças decorrentes do contexto histórico de realização de cada uma. No Quadro 3, podemos observar as principais iniciativas propostas pelos pioneiros e as principais alterações desenvolvidas pela ACI.

**Quadro 3 - Evolução dos princípios cooperativistas de acordo com a Aliança Cooperativa Internacional – ACI**

**PRINCÍPIOS COOPERATIVISTAS**

<sup>20</sup> O quadro social era composto por 27 homens e 1 uma mulher, onde parte dos/a fundadores/a da Cooperativa de Rochdale já haviam participado de outras organizações pré-cooperativas, como a *Friendly Rochdale Co-operative Society*, além de serem também, segundo teóricos, “owenistas”, além disso militavam por melhores condições de trabalho, o que possivelmente os auxiliou no amadurecimento para a constituição da cooperativa. (SCHNEIDER; 1999; CANÇADO; CONTIJO, 2005).

Estatuto de Rochdale (1884)	Reuniões/Congressos da Aliança Cooperativa Internacional – ACI		
	Paris (1937)	Viena em (1966)	Manchester (1995)
1. Adesão Livre	<i>a) Princípios Essenciais de fidelidade aos pioneiros</i> 1. Adesão Aberta 2. Controle ou Gestão Democrática 3. Retorno Pro-rata das Operações 4. Juros Limitados ao Capita	1. Adesão Livre (inclusive neutralidade política, religiosa, racial e social)	1. Adesão Voluntária e Livre
2. Gestão Democrática		2. Gestão Democrática	2. Gestão Democrática
3. Retorno Pro Rata das Operações		3. Distribuição das Sobras: a) ao desenvolvimento da cooperativa; b) aos serviços comuns; c) aos associados Pro-rata das operações	3. Participação Econômica dos Sócios
4. Juro Limitado ao Capital Investido		4. Taxa Limitada de Juros ao Capital Social	4. Autonomia e Independência
5. Vendas a dinheiro	<i>b) Métodos Essenciais de Ação e Organização</i> 5. Compras e Vendas à Vista 6. Promoção da Educação 7. Neutralidade Política e Religiosa.	5. Constituição de um fundo para a educação dos associados e do público em geral	5. Educação, Formação e Informação
6. Educação dos Membros		6. Ativa cooperação entre as cooperativas em âmbito local, nacional e internacional	6. Cooperação Intercooperativa e a Integração Cooperativa
7. Cooperativização Global			7. Preocupação com a Comunidade

Fonte: Adaptado de Cançado (2004), com base em Schneider (2012).

Para Singer (2003, p.18), os princípios cooperativistas, a partir da última alteração, passam a ser “[...] essencialmente idênticos aos da economia solidária”. Na visão de Cançado (2004), tais modificações ocorreram a fim de reforçar os valores do cooperativismo e, ainda, na percepção do autor, essas mudanças podem estar relacionadas com a Economia Solidária. Haja vista que, em sua concepção, a ACI faz com que o cooperativismo tome posse do seu papel, que é a transformação, tornando-se agente de mudança e, assim, alcançando uma dimensão política. A seguir explicita-se, resumidamente, cada princípio:

**1 - Princípio da adesão voluntária livre:** Para Schneider (2012, p. 9), “o princípio trata de estabelecer os critérios básicos das relações do associado com a cooperativa e da cooperativa com o associado e de harmonizar essas relações”. Esse princípio é uma das características que mais oferece autenticidade a essas organizações, pois oferece garantia ao sujeito de entrar ou sair da cooperativa conforme seus interesses e necessidades. Através desse princípio, o direito de livre escolha está garantido, de modo que a cooperativa não possui autoridade para obrigá-lo em nenhum momento a permanecer nela. Dignidade e liberdade são adjetivos que se encaixam perfeitamente nesse princípio, considerando que nessa perspectiva de trabalho, o homem como sujeito de sua história, nada mais digno que ele não seja discriminado e tenha liberdade de ir e vir (CANÇADO, 2004; SCHNEIDER, 2012).

**2 - Gestão Democrática:** A partir desse princípio é que são distinguidas as cooperativas das empresas capitalistas, pois a gestão da organização se encontra na mão de cada cooperado, Filho (2019) defende que a gestão democrática deve ser planejada e pensada para o desenvolvimento sustentável. A efetiva Gestão Democrática é concretizada a partir do momento que os cooperados participam ativamente das discussões, assembleias e reuniões, propondo ideias, expressando suas opiniões, reivindicações, bem como, elegendo seus representantes administrativos. As assembleias são as bases desse princípio, é através delas que os cooperados se igualam, pois não há diferenciação socioeconômica, todos têm direito a um voto, independentemente de sua quota-parte ou cargo perante a atual gestão. (BERTUAL; CANÇADO; SOUZA 2012; SCHNEIDER, 2012; FILHO, 2019).

**3 - Participação Econômica dos Sócios Membros:** Esse princípio tem como objetivo primordial, valorizar o trabalho e o trabalhador. Segundo Schneider (2012), é primordial, ao sistema cooperativista, evidenciar a superioridade do trabalho sobre o capital. Esse foi um dos princípios que sofreu alterações no quadro evolutivo pela ACI, ele era subdividido em 3 normas de conduta; sendo elas: a) Retorno Pró-Rata das Operações; b) Juro Limitado ao Capital investido; e c) Vendas a Dinheiro. Nessa ótica, os membros contribuem igualmente para a constituição do capital social da cooperativa. E, a divisão das sobras, caso exista, é realizada de modo igualitário conforme estatuto, regimentos e retirando os valores dos fundos (BERTUAL; CANÇADO; SOUZA, 2012).

**4 – Autonomia e Independência:** O princípio da autonomia e independência surge conforme se pôde observar no Quadro 3, em 1995, devido a alguns países ainda serem economicamente dependentes de outros Estados. Em suma, a cooperativa deve ser exclusivamente gerenciada por seus cooperados, ou seja, ter autonomia em suas tomadas de decisões diante do Estado ou de organização privada ao qual contenha relação.

A base que Schneider (2012) estabelece para esse princípio é a autonomia financeira, a qual requer a autonomia econômica, administrativa, social e política, eliminando a instância paternalista. Nessa ótica, este princípio tem ligação ao princípio da gestão democrática, pois, através dele, os cooperados democraticamente asseguram o controle da autonomia das cooperativas. (CANÇADO, 2004)

**5 – Educação, Treinamento e Informação:** Este é um dos princípios basilares elaborados pelos pioneiros de Rochdale, o qual se manteve ao longo dos anos. Para Bertual, Cançado e Souza (2012), o princípio traz à tona a percepção do desenvolvimento sustentável das cooperativas, pois, para que os mesmos tenham autonomia e realizem a gestão do

empreendimento, é necessário que os membros compreendam do que realmente se trata o empreendimento, qual as vantagens e desvantagens, como se dá os processos administrativos, etc, uma vez que, não se nasce cooperador (SCHNEIDER, 2012), principalmente na sociedade capitalista a qual os sujeitos estão inseridos. Essa compreensão é alcançada, na concepção do autor, por meio de uma formação continuada e persistente, culminando no despertar da consciência para o trabalho coletivo, autonomia dos cooperados e, até mesmo, contribuir para que ajudem os demais nos processos educacionais (PINHO, 2004).

**6 – Cooperação Intercooperativa e a Integração Cooperativa:** Para que haja o fortalecimento do empreendimento, é necessário trabalho em conjunto, não somente entre os membros, como também com outros atores sociais e institucionais. Esse princípio busca a integração em uma perspectiva de “baixo para cima”, ou seja, tem sua força e criatividade resididos na autonomia das bases. Os empreendimentos, cooperando entre si, multiplicam as oportunidades econômicas, formativas e inovadoras (SINGER, 2008; SCHNEIDER, 2012). Cançado (2012) ressalta ainda, que este princípio deve estar sempre nas decisões estratégicas dos conselhos das cooperativas.

**7 - Preocupação com a Comunidade:** Em relação a esse princípio, a ACI afirma que “As cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentado das suas comunidades através de políticas aprovadas pelos membros” (ACI, 2004). Apesar de ser o último princípio a ser incluído no rol, Cançado (2012) afirma que essa questão sempre se fez presente, através dos princípios da gestão democrática e da educação para os cooperados, por exemplo. Isso mostra a responsabilidade com a comunidade. A cooperativa, através desse princípio, assume uma corresponsabilidade social importantíssima para o desenvolvimento social e sustentável das comunidades a qual estão inseridos (BERTUAL; CANÇADO; SOUZA, 2012).

Em síntese, tais princípios, considerados por Pinho (2004) como “valores de referência”, são as bases que orientam as cooperativas a atuarem de maneira responsável, através da participação de todos os cooperados, bem como da organização do trabalho e distribuição da renda obtida em suas operações financeiras. Além disso, os princípios estabelecem o envolvimento do empreendimento com a comunidade através de um desenvolvimento sustentável e do compromisso em conscientizar seus membros sobre a atuação do/no empreendimento. Ao se apropriar de tais conhecimentos, os membros asseguram o controle democrático e sua autonomia.

De acordo com os autores, nesse período, o movimento original do cooperativismo já começa a sofrer algumas mudanças, tais como a recusa em relação à Autogestão, uma de suas principais características (TESH, 2000; CANÇADO, 2004).

Para o movimento da Economia Solidária no Brasil, a Autogestão é um divisor de águas, diferenciando o cooperativismo praticado pelos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) do cooperativismo tradicional ou das cooperativas fraudulentas (cooperfraudes/gatos). O cooperativismo empresarial se transformou, segundo Tiriba e Fisher (2013), em uma forma do empresariado capitalista garantir uma flexibilização das relações entre capital e trabalho, considerando-a somente como desenvolvimento econômico, em uma lógica hegemônica que é sinônimo apenas de crescimento econômico.

**Figura 5 - Correlação entre os Princípios Cooperativistas e Economia Solidária**



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

A Figura 5, ao relacionar os princípios do cooperativismo à Economia Solidária, é possível perceber que na gênese do cooperativismo já estão presentes alguns fundamentos da Economia Solidária. Porém, nem sempre esses valores e princípios são considerados e/ou compreendidos pelos sócios das cooperativas e/ou seus dirigentes. De acordo com Gediel e Mello (2016), há três cenários concernentes ao trabalho regulado pelo cooperativismo:

- Cooperativismo Tradicional e assalariamento;
- Coopergatos, Cooperfraudes; e
- Cooperativismo Popular

As cooperativas tradicionais não representam o ideário base do cooperativismo, beneficiando-se e produzindo na lógica da mão de obra assalariada. Para alguns autores as cooperativas tradicionais (PINHO, 2004), cooperativas empresariais (PIRES; LIMA, 2017; GAIGER, FERRARINE; VERONESE, 2018), as quais se desenvolvem como verdadeiras empresas, buscando qualidade, alta produtividade, alinhadas com a lógica do mercado, visando primordialmente a maximização dos lucros, desconfigurando-se, automaticamente, a Autogestão e restringindo-se à defesa social do cooperativismo (GEDIEL; MELLO, 2016).

Singer (2008), Gediel e Mello (2016), apresentam as Cooperfatos ou Cooperfraudes como empreendimentos de fachada, que destoam dos valores e princípios cooperativistas à medida que colocam os valores econômicos acima do desenvolvimento humano, subtraindo os direitos sociais dos trabalhadores e desvalorizando a mão de obra dos trabalhadores (EID, 2004)

Pagoto (2019), acredita que essas cooperativas surgem como estratégia do empresariado para tirar proveito de certas condições legais e econômicas que o regime cooperativo oferece, principalmente, a não responsabilidade pelos direitos sociais de seus sócios, o que resulta, muitas vezes, em relações de trabalho submissas, precárias, e uma administração hierárquica. Isso mostra a capacidade de resiliência do capitalismo em se apropriar dos esforços dos trabalhadores/as, até a forma de organização, que, para continuar sobrevivendo, o capital ‘concedeu’ até direitos para os trabalhadores.

Considerando que a ES busca a inserção daqueles que estão excluídos e, a Educação Popular representa o movimento que valoriza o saber popular adquirido a partir das práticas sociais, as Cooperativas de Economia Solidária revelam-se como um verdadeiro exemplo da união de tais valores e princípios, apresentando-se como eficientes “guardiãs da cultura e dos valores sociais, formadoras da cidadania responsável, centro de treinamento e de participação democrática” (PINHO, 2004, p. 185).

Para Zart (2005, p. 123), as cooperativas solidárias buscam “um processo de retomada de valores presentes nos pioneiros quanto a democracia, a participação, a Autogestão, a autonomia”, visando compreender e transformar as estruturas sociais, contra hegemônicas, propondo intervenções históricas, mantendo constância na efetivação de formações sociais solidárias.

Há também aquelas cooperativas que se iniciam pautadas nos princípios solidários, mas que, no decorrer do tempo, não compreendem tais valores, nesses casos Singer (2008, p.

307), menciona “cooperativas que tendem ao gigantismo”, com práticas egocêntricas, e acabam, em algum momento, perdendo parte de sua motivação inicial, que seria a Autogestão.

Gaiger (2016), relaciona esse fator ao Dilema do Prisioneiro<sup>21</sup>. Na percepção de Zart (2014), esses fatores estão relacionados com o contexto cultural hegemônico ao qual os indivíduos estão inseridos, valores como a concorrência, a competição e o individualismo fazem parte do cotidiano estruturado pelo capitalismo.

Em consonância a esses pensamentos, outros autores (SCHNEIDER, 2012; FORGIARINI; ALVES; MEDINA, 2018; FERREIRA; SOUZA, 2019) acreditam que esse fator decorre da ausência do pensamento cooperativo, os quais são obtidos a partir de formações básicas da cooperativa, apropriados através de práticas dialógicas, como exposto anteriormente também por Pinho (2004). E, compreendem a Educação Popular como uma relevante metodologia na desconstrução dessa ideia de competitividade e da concorrência que afetam as relações sociais, influenciando os indivíduos a caírem nas práticas individualistas de maneira irracional.

De maneira geral, as cooperativas solidárias, autogestionárias, sociais, populares (PINHO, 2004; ZART, 2006; SINGER, 2008) são constituídas, por pessoas excluídas do sistema hegemônico, que possuam certas limitações, seja ela de poder ou capital que buscam solucionar seus ‘problemas’. Considerando que essas as cooperativas seguem as perspectivas de um desenvolvimento justo e sustentável, é substancialmente necessário que a Autogestão seja experimentada, vivida e refletida (SGUAREZI, 2011, 2020). E, essa experimentação também é um ato pedagógico. O autor acredita que a sociedade está presa aos valores individualistas da sociedade capitalista, “Todos são responsáveis pela luta, pelo trabalho, pode existir um líder, mas na sua falta os liderados têm que ter o compromisso de continuar a caminhada” (SGUAREZI, 2011, 2020, p. 199).

Todos esses elementos reforçam a necessidade e a importância fundamental da Educação Popular, dialogando com os conceitos de Economia Solidária, trabalho associado e Autogestão. No sentido de se apropriarem de conhecimentos e experiências emancipatórias, a contabilidade realmente contribuiria com o fortalecimento dos EES? Será que a contabilidade, como uma ferramenta do sistema capitalista pode ser apreendida pelos trabalhadores? Será que é possível colocar a ciência da contabilidade a serviço da construção de transparência para

---

<sup>21</sup> O dilema do prisioneiro é uma parábola clássica, citada pelo autor, que ilustra como a orientação racional da ação em direção a um dado objetivo, sendo estritamente individual induz a um resultado inferior do que o alcançado em uma estratégia cooperativa (GAIGER, 2016).

fortalecer as experiências autogestionárias? Seguindo a concepção freiriana, não necessariamente se requer conhecimento qualificado ou treinamento para desempenhar funções.

### **3 CONTABILIDADE E AUTOGESTÃO EM EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS (EES)**

Para que um Empreendimento Econômico Solidário (EES) seja exitoso, é fundamental que os seus sócios internalizem os valores e os princípios da Economia Solidária. Um dos principais princípios é a Autogestão. Do ponto de vista da participação, a Autogestão não pode estar presente só em diálogos e discussões. Ela deve estar presente na partilha dos resultados. Antes de empreender, qualquer pessoa quer saber como o seu dinheiro, ou como o seu trabalho será remunerado. Por aí se percebe a importância da transparência, da prestação de contas e tudo o que se relaciona com a questão financeira. Essa questão, mesmo que embrenhada de uma forte dose de apelo ao pensar e agir da lógica hegemônica capitalista, não pode deixar de ser considerada pelo mundo da Economia Solidária.

Um dos problemas enfrentados pelos trabalhadores que atuam na perspectiva associada ou coletiva é a pouca familiaridade com assuntos concernentes às práticas de contabilidade e suas áreas afins (ALMEIDA, 2006; TIRIBA, 2007; NASCIMENTO, 2016; BAPTISTA, 2017). Essa questão decorre em consequência, desses serem educados a trabalharem em uma ótica assalariada, em que o trabalho é visto como mercadoria, onde os trabalhadores não possuem liberdade no trabalho, não se satisfazem, não se reconhecem como parte do processo e, tampouco, reconhecem a possibilidade de gerir uma empresa (SGUAREZI; BORGES, 2011).

Considerando que um dos objetivos desta investigação é problematizar a importância da contabilidade como instrumento do desenvolvimento, da transparência e fortalecimento da Autogestão nas cooperativas de Economia Solidária (ES), apresenta-se, neste capítulo, inicialmente, as bases conceituais da contabilidade (RIBEIRO, 2017; IUDÍCIBUS, 2020) e as possíveis contribuições desta ferramenta no processo de gerenciamento dos EES, realizando um recorte para as cooperativas autogestionárias, caracterizando-as através das bases legais existentes relacionadas à contabilidade, a fim de que sirvam para constituição e o bom desenvolvimento de tal cooperativa.

#### **3.1 Contabilidade: contexto e assimetria com a autogestão em Empreendimentos Econômicos Solidários (EES)**

A contabilidade é uma ferramenta indispensável no processo de gestão para as entidades econômicas, independentemente de sua organização jurídica, pois através dela é

possível compreender, controlar, planejar ações que venham a agregar para o avanço das entidades.

Na busca pelo conceito dessa ferramenta que contribui para o processo da Autogestão dos EES, foram encontradas diversas referências, embora de autores diferentes, ambos trazem o mesmo enfoque. Marion (2018) e Ribeiro (2017) conceituam a contabilidade como um instrumento de grande valia para a tomada de decisões, que pode ser adotado tanto interna ou externamente nas entidades, tendo por objetivo orientar, controlar e registrar os atos e fatos econômicos ocorridos. Os autores consideram ainda a contabilidade como uma ciência social, devido ela ter por finalidade principal o fornecimento de informações que proporcionam a compreensão, a transparência, que conduzem avaliar a situação econômica e financeira atual, a realizar proposições guiadas ao futuro das entidades.

Chagas (2018, p.1) conceitua a contabilidade como sendo uma combinação de Ciência, Técnica e Arte que estuda, controla e interpreta os fenômenos ocorridos no patrimônio das entidades”. No ponto de vista de Iudícibus (2020), a contabilidade também é uma maneira de mensurar e informar, tendo como seu principal objeto, o patrimônio das entidades. Jochen (2008) reforça que a contabilidade é uma ciência essencialmente com objetivo social, justificando pelo fato de a contabilidade estar amplamente ligada aos primórdios da evolução humana, estando presente nos inúmeros momentos de transformação da sociedade, fornecendo informações que foram importantes na promoção das relações entre os indivíduos. Pensar em contabilidade segundo Souza, Nascimento, Leisman, (2017), vai além de números, obrigações tributárias, relatórios e análises contábeis, ela envolve sonhos, planos; a confiança que gera o respeito.

É necessário ver o que existe oculto na análise patrimonial: as ideias, as teorias e as ideologias que marcam tal situação. Não basta demonstrar uma situação patrimonial em um determinado momento, é necessário deixar claro como tal situação foi alcançada. É necessário saber o que se quer e para onde se quer chegar. Uma ciência com cunho social precisa, partir do ponto de vista da coletividade, visando construir o patrimônio particular com respeito a todos os envolvidos no processo tanto os de forma direta quanto os de forma indireta, e sem esquecer dos agentes ambientais (SOUZA; NASCIMENTO; LEISMAN, 2017, p. 70).

Quanto a sua aplicabilidade, a contabilidade abrange o campo das entidades econômicas com ou sem fins lucrativos. Podendo ser abordada de modo geral, ou de maneira centralizada a alguma forma/necessidade de seus usuários ou temática. Consideram-se usuários da contabilidade, aqueles que utilizam da informação contábil, podendo ser: administradores, sócios ou acionistas, fornecedores, governo, financiadores, empregados e sindicatos (RIBEIRO, 2017).

Pensar a contabilidade para EES é um convite a traçar um horizonte de significados e possibilidades marcadas por vastas experiências, contextos e posicionamentos epistêmico e ético-político diante da realidade. Almeida (2006), em seu estudo, com enfoque na relação entre contabilidade e Autogestão, buscando compreender e analisar a dimensão contábil nos processos de autogestionários levantando seus desafios e demandas suscitadas, identificou a contabilidade como um meio indispensável para o desenvolvimento econômico dos EES, ao qual ela denomina como um novo grupo de usuários da contabilidade. A autora, ao analisar a dimensão da apropriação da informação contábil identificou outro desafio, que consiste na dificuldade por parte dos associados, em assimilar as informações contábeis.

Ao relacionar a contabilidade com a Autogestão, Singer afirma que a contabilidade tem como principal atribuição:

[...] processar e inter-relacionar os resultados monetários e não-monetários de todas as atividades da empresa. Há uma contabilidade que se insere no sistema capitalista, em que as informações fluem de baixo para cima e as ordens de cima para baixo. As contas são feitas para que a cúpula-dirigente possa tomar decisões. Outra é a contabilidade que se insere na Economia Solidária, em que é dever dos dirigentes informar à base – o conjunto de trabalhadores – sobre a situação da empresa, para que esse coletivo possa tomar decisões. É a base que dá as diretrizes à administração que ela escolheu e pode substituir quando achar que não está correspondendo (SINGER, p. 18, 2005).

Nessa perspectiva, Singer também visualiza a existência de uma assimetria, um limite entre a contabilidade para as entidades convencionais e para as inclusas no movimento da ES. Todo marco legal e jurídico no Brasil está voltado para atender as empresas capitalistas, sem intenção de atender aos EES. Essa disparidade é resultado dos princípios que estruturam o sistema capitalista, o fato dos EES privilegiarem o desenvolvimento humano de maneira solidária e autogestionária é o ponto principal. Karling e Luconi (2014) realizaram um estudo da contabilidade como ferramenta de gestão nos EES, e observaram que a contabilidade tradicional não é suficiente para atender às demandas dos empreendimentos e que a contabilidade está voltada a servir em especial às demandas de entidades que detêm o trabalho somente como mercadoria, visando a maximização de lucro como principal objetivo.

Essa assimetria foi discutida durante a 2ª CONAES<sup>22</sup>, realizada em 2010, com o tema “*O direito às formas de organização econômica baseadas no trabalho associado, na propriedade coletiva, na cooperação e na Autogestão, reafirmando a Economia Solidária como estratégia e política de desenvolvimento*”. Apesar da ES ter avançado significativamente, a

---

<sup>22</sup> Realizada em Brasília, nos dias 16 a 18 de junho de 2010.

reflexão tida durante a conferência é de que as políticas públicas existentes ainda são limitadas, fragmentadas e com pouca amplitude, para a real necessidade dos EES.

Com o ensejo de formular uma legislação nacional da ES, que viesse envolver esse modo de produção, diálogos importantíssimos foram levantados juntamente com o poder legislativo, e os mais de 1600 participantes<sup>23</sup>, a fim de estabelecer a Política Nacional de Economia Solidária (PNES). Um dos itens incluídos no caderno de propostas da 2ª CONAES, é a busca pela implantação de assessorias técnicas, gerenciais, jurídicas e contábeis no acompanhamento permanente aos EES, incentivando a criação, formalização e, principalmente, sua consolidação de maneira inclusiva e participativa:

A Política Nacional de Economia Solidária buscará implantar núcleos e redes de assessoria técnica e tecnológica, gerencial, jurídica, contábil e comunicacional, no acompanhamento permanente aos Empreendimentos Econômicos Solidários nas áreas rurais e urbanas, fomentando e assessorando sua criação, formalização e funcionamento. A utilização de metodologias adequadas a essa realidade deverá ser valorizada com base nas pedagogias participativas e com conteúdo apropriado à perspectiva da Autogestão, a partir dos princípios, fundamentos e metodologia da educação popular em todas as suas formas e modalidades (II CONAES, 2010).

Esse diálogo foi expandido quatro anos depois durante a 3ª CONAES, que continuava no debate para a consolidação da PNES. A questão da formação e da assessoria técnica é vista como essencial, os quais envolvem a apropriação de técnicas e tecnologias sociais pelos trabalhadores/as que compõem a ES e consideram o ambiente específico em que se desempenha o processo de produção e reprodução. Um dos principais desafios enfrentados pela ES, como mencionado no Texto de Referência da 3ª CONAES (2014), é a inserção do movimento desta nas estratégias de desenvolvimento do governo. De fato, é preciso que os EES tenham esse reconhecimento pelo Estado, pois “muitos Empreendimentos Econômicos Solidários deixaram de existir por falta de leis e assessoria técnica e jurídica adequadas à realidade dos mesmos” (CNES, 2010, p. 21).

É válido ressaltar que no período de realização das conferências, o movimento da ES tinha um relevante apoio governamental, tendo uma cadeira no Governo Federal através da instituição da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes<sup>24</sup>), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) – e de uma instância de articulação, a qual se consolidou como um dos principais interlocutores na sociedade civil – o Fórum Brasileiro de Economia Solidária

---

<sup>23</sup>A conferência reuniu 1.613 participantes na Etapa Nacional; sendo 20.459 participantes nas etapas preparatórias organizadas em 27 conferências estaduais; 187 conferências territoriais; 05 Conferências Temáticas.

<sup>24</sup> Como já dito anteriormente, esta secretaria foi extinta em 04 de novembro de 2016.

(FBES) (SGUAREZI, 2020). Diferentemente do governo atual que não é favorável ao diálogo e muito menos possui em seu plano de governo projetos ou metas que venham estimular e incluir maneiras que diminuam a disparidade ocasionada pela inexistência de um marco legal, jurídico, tributário para as organizações da ES. Para Gaiger (2019), a dificuldade na trajetória de construção do marco legal da ES é reflexo da fragilidade democrática do país, com a qual inclusive permanece inacabada.

De fato, os padrões contábeis e tributários existentes foram pensados e estruturados para atender à máquina capitalista. As diretrizes existentes, os quais os empreendimentos se baseiam atualmente, no caso das cooperativas, aplica-se a Lei nº 5764/71 e a Lei nº 12.690/2013 que trata das cooperativas de trabalho, dirigida sob NBC<sup>25</sup> ITG 2004 do Conselho Federal de Contabilidade, que cria definições no tocante a aspectos de escrituração contábil e de estruturação e elaboração das informações em forma de Relatórios e Demonstrações.

Para os empreendimentos autogestionários em forma de associação aplica-se a lei 6404/76 que dá as diretrizes da contabilidade societária. Entretanto, tais normatizações, como já mencionado, não são suficientes para as demandas suscitadas pelos empreendimentos, pelo fato de considerarem apenas a parte técnica geral, e não as particularidades da realidade dos empreendimentos. Azerêdo (2012), faz uma crítica a essa estruturação que norteia os processos contábeis:

A ciência contábil necessita perceber e atender às demandas desses novos usuários da informação, tendo em vista a característica do empreendimento e perfil dos trabalhadores. Outro fator que deve ser ressaltado é que a autogestão, enquanto alicerce político-educativo do EES, suscita desafios para a contabilidade, pois requer novos instrumentos e procedimentos contábeis que sejam ferramentas adequadas à gestão praticada pelos próprios trabalhadores (AZERÊDO, p. 14, 2012).

Almeida (2006), ratifica essa discussão, ao identificar demandas acerca da legislação contábil em sua pesquisa, sendo primeiramente criação de um marco legal que esteja apropriado à realidade do empreendimento, estabelecendo processos que conduzam na sua instituição, funcionamento e extinção para quando necessário. Uma segunda demanda evidenciada pela autora, é a necessidade de uma adaptação das normas contábeis que venham a contemplar nova formatação jurídica, tratando com mais intimidade e aceitação os empreendimentos, reconhecendo suas particularidades espelhando-as no desenvolvimento de novos instrumentos

---

<sup>25</sup>NBC: Normas Brasileiras de Contabilidade, abarcam um grupo as regras e procedimentos de conduta que devem ser praticadas como requisitos para o desempenho da profissão contábil, princípios, estrutura técnica e procedimentos a serem aplicados as sociedade aos usuários.

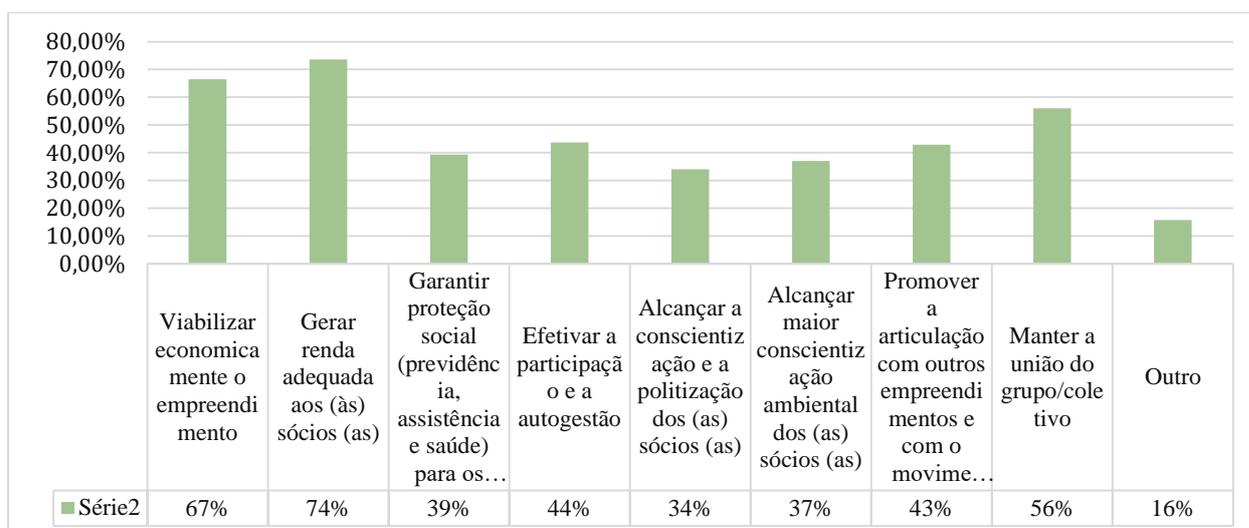
de “informação, sistemáticas diferenciadas de mensuração dos registros econômicos e sociais; novas orientações para tributação.

Nesse sentido, faz-se necessário pensar, a partir das diretrizes contábeis existentes, metodologias inovadoras com base na realidade, para que sejam aplicadas na Autogestão dos EES de forma participativa e compreensiva. Uma vez que os trabalhadores compreenderem o processo de gerenciamento contábil, a contabilidade estará, de fato, efetivando seu objetivo, que é fornecer informações úteis aos usuários, pois de nada vale o fornecimento de informações sem que o receptor desta não tenha o conhecimento necessário para interpretá-las (MORGADO, 2008). Construir a transparência é essencial para que se possam atingir os princípios da ES, estreitar laços de confiança e, sobretudo, compreender os processos realizados.

Os empreendimentos da Autogestão passam por um planejamento organizacional voltado para o desenvolvimento econômico e sustentável, e ao se constituírem como organizações jurídicas, precisam atender exigências legais e fiscais, e ainda, realizar a gestão do empreendimento, necessitando assim da contabilidade (NASCIMENTO, 2016; GEDIEL; MELLO, 2016; SANTOS FILHO, 2019). A partir do momento em que o EES necessita optar por um formato de organização é perceptível a necessidade desde já, da tomada de decisão, ou seja, qual melhor favorecerá os interesses dos indivíduos que a constituem? Há de se considerar inúmeros fatores para essa decisão, segundo alguns pesquisadores (PONTES; OSTERN 2004; GEDIEL; MELLO, 2016; LIMA, 2018), os EES enfrentam diversos desafios para a concretização da formação e legalização, apontando que deve ser pensada a viabilidade econômica, os custos, processos necessários, para que os trabalhadores/as não sejam prejudicados.

De acordo com o último mapeamento realizado pela SENAES, em 2013, os principais desafios encontrados pelos EES, segundo o Gráfico 2, estão relacionados à viabilidade econômica do empreendimento, à conservação da união dos associados, e à efetiva participação dos associados e à Autogestão.

Gráfico 2 - Principais desafios dos EES



Fonte: SIES (2013).

A partir desses desafios outros desafios são culminados no seio dessas organizações, Almeida (2006) constatou que a compreensão da contabilidade é um dos maiores desafios nos empreendimentos e que este desafio está ligado ao cumprimento dos princípios da ES, a Autogestão, os quais são efetivados à luz de processos transparentes.

Pontes e Ostern (2004) observaram demandas como ausência de formação básica e capacitação técnica dos trabalhadores para desenvolvimento e qualificação da produção, gestão, dificuldades na contabilidade e geração de balanços, prejudicando a transparência nas finanças, as relações interpessoais, planejamento eficiente que permita alcançar melhores resultados como um dos principais desafios para os EES.

Dificuldades relacionadas ao processo contábil e tributário e à figura da tesouraria das organizações após formalizadas; acompanhamento financeiro e administrativo foram aspectos que também influenciaram no desenvolvimento de EES, especificamente organizações cooperativas, mencionada na pesquisa de Vargaz, Zapata e Triana (2020)<sup>26</sup>.

Quanto à prestação de contas e transparência, elemento elencado como primordial nos empreendimentos, Batista (2017), Agyrmang e O' Dewyer e Unerman (2019), analisam como uma maneira de promulgar a transparência através das informações, favorecendo uma cultura de confiança entre os seus componentes. Para os autores, esse campo encontra-se diretamente relacionado em fatores como a facilidade de compreensão das informações, usando-as com

<sup>26</sup>VARGAS, Natalia Gallón; ZAPATA, Yuliana Gómez; TRIANA, María Alejandra Rodríguez. Contabilidad popular. Una alternativa socio-práctica para resignificar las prácticas contables en las organizaciones de economía solidaria de Colombia. *Contaduría Universidad de Antioquia*, n. 77, p. 37-79, 2020.

eficiência e equidade, gerando assim a Autogestão, estando conectadas às boas práticas de governança e das informações financeiras. Necessita-se manter, no entanto, equilíbrio e discernimento nesse processo, na visão da pesquisadora Batista (2017, p.33), “mais importante do que a informação financeira é a informação sobre o desempenho”. Ou seja, que os usuários entendam quais são as características que compõe o resultado? O porquê do resultado? Que processo gerou tal resultado?

A autora identifica ainda que “mais do que apresentar números, é necessário contar a história desses números” (BAPTISTA, 2017, p. 57). Nessa perspectiva, é preciso lembrar que as pessoas que constituem os EES são trabalhadores/as que, muitas vezes, não possuem formação suficiente para compreender imediatamente as informações apresentadas a eles, como é o caso dos/as Catadores/as de materiais recicláveis, que possuem dificuldades, em alguns momentos, até mesmo de se apropriarem como sujeitos do processo, vindo a contabilidade contribuir para que essa inserção.

Referendada também por Nakagawa, o qual define a prestação de contas como a razão de ser da contabilidade e que conduz a boas práticas de governança, iniciando com a escrituração e finalizando com as informações e comunicações eficazes geradas pela Contabilidade (Nakagawa, 2007). Na pesquisa dos autores, identificou-se ela de duas formas sendo exógena (para o ambiente externo) e endógena (para o ambiente interno). No entanto, em termos conceituais a governança de organizações como dos EES, são relativamente pouco teorizadas e praticadas em comparação com a governança de empresas corporativas. Por isso da necessidade do debate desses termos, que englobam a gestão e aplicação nos empreendimentos, sendo cruciais para sua consolidação (CORNFORTH, 2004; MARCONATO, 2020).

Na concepção de Marconato (2008), a maioria das recomendações sobre governança corporativa revela a importância da compreensão dos processos de negócios, através da estruturação de processos atuais, melhorias e nas evoluções resultantes da revisão deles. O cumprimento da transparência, segundo o autor “começa pela padronização dos processos, dando-lhes condições de repetição, sem que o tratamento de transações não-rotineiras (exceções), complexas ou incomuns se torne a regra” (MARCONATO, 2008, p. 130).

A governança é usualmente aplicada nas grandes corporações, e segundo Cornforth (2004), pode também ser aplicada nos EES, considerando os princípios da ES, visando o desenvolvimento econômico do EES:

Mesmo sendo desenvolvidos primeiramente para empresas, os princípios e práticas do sistema de governança também podem ser adotados e permitir benefícios para organizações e empresas cooperativistas, por meio do alinhamento de interesses em busca de contribuir para o sucesso da organização e para sua longevidade. (UNICAFES, 2018, p. 07).

Independente dos princípios, é preciso frisar que o empreendimento é visto na ótica da contabilidade como uma entidade com personalidade jurídica, e precisa se organizar como tal para que possa avançar, e garantir pleno sustento aos seus cooperados ou associados, garantindo viabilidade econômica do empreendimento social, pois o movimento da ES não quer ninguém pobre, como mencionado anteriormente pelo professor Paul Singer. É preciso então usar as ferramentas adaptando as necessidades dos empreendimentos.

Dar a devida importância aos resultados alcançados com os procedimentos e atividades desenvolvidas, utilizar metodologias que favoreçam a compreensão, esse é o objetivo da contabilidade nos EES (SINGER, 2005). É algo que está além de simples resultados financeiros, mas compreender esses resultados de uma forma ampla e simples, destacando aquilo que está de fato ligado à missão, ao objetivo social da EES, considerando o associado, a sustentabilidade, a cooperação. Segundo Mariana Baptista esses fatores que ligam é a contabilidade com as entidades da ES (BAPTISTA, 2017).

Através dessa contextualização, a contabilidade se insere nos ESS como um instrumento de auxílio à tomada de decisão a partir das demonstrações contábeis, no gerenciamento de dados financeiros e administrativos, desenhando assim um papel de controle orçamentário, operacional e financeiro, favorecendo a Autogestão e, conseqüentemente, atendendo às exigências fiscais e tributárias (KARLING; LUCONI, 2014), de maneira dialógica participativa (SINGER 2000). Quando bem-sucedidos, esses empreendimentos se enquadram em uma lógica pautada no envolvimento dos membros com a gestão e o trabalho, sendo esse fato o que lhes proporciona algum nível de amadurecimento, estabilidade e viabilidade econômica (KARLING; LUCONI, 2014; GAIGER; FERRARINE; VERONESE, 2018).

Sendo a contabilidade idealizada, em geral, para as organizações comerciais de capital, North *et al.* (2020) ressalta que é importante distinguir as ferramentas que reforçam as práticas capitalistas ao utilizarmos na Economia Solidária, para que não se perca a essência dos EES. Biscaro (2010) considera ainda um desafio o uso da contabilidade para essas organizações. Porém, é preciso acreditar que essas iniciativas integram um movimento, tendo como base a classe trabalhadora, que busca a transformação, o desenvolvimento de maneira sustentável, o

que sugestiona partir sempre da realidade a qual o empreendimento está inserido, captando questões que possam ser aplicadas, desde que o EES esteja aberto ao diálogo, às possibilidades, escolhas. Serão essas possibilidades que poderão proporcionar o crescimento do empreendedorismo social.

A Autogestão como forma de gestão, Almeida (2006) proporciona aos membros dos empreendimentos a atribuição de compromissos e objetivos comuns, tomadas de decisões, reforçando o sentimento de responsabilidade e estimulando a maior cooperação entre eles, através da efetividade que suas decisões atingem para o bem comum (ALMEIDA, 2006). Tiriba (2007) argumenta nessa ótica, que os trabalhadores associados que compõe os empreendimentos precisam ter a oportunidade de compreensão de como dominar essas operações básicas, para fazer as contas e avaliar qual é a atual situação econômica do EES, planejar as metas de produção e comercialização, que forneçam seu sustento, a remuneração de seus integrantes e a manutenção do próprio EES.

Morgado (2008), oferece-nos, em seu trabalho, uma reflexão à luz da informação contábil, em que ela - a informação contábil - apresenta impasses de compreensão e comunicação por parte dos/as trabalhadores/as que constituem os EES, e que um deles está relacionado à necessidade do entendimento prévio da contabilidade. Na visão do autor, a ausência desses conhecimentos gera ambiente propenso a fraudes, dificulta a tomada de decisão; as relações de confiança podem se estremecer, a construção de um planejamento não é efetiva, há dificuldade no alcance de novos parceiros, projetos. Esse contexto impede que esses empreendimentos atinjam maior desenvolvimento administrativo, operacional e econômico, ou seja, o que tem como objetivo contribuir e alavancar, de maneira clara e descomplicada, passa a ser um monstro bem complicado.

Para que as entidades possam garantir o desenvolvimento e a sua manutenção, é necessário um sistema de informação que seja baseado em suas necessidades, de maneira a proteger o seu patrimônio. A contabilidade gerencial, segundo Iudícibus (2020) é a extensão da contabilidade que abrange essas necessidades, facilitando o planejamento, controle e a avaliação de desempenho e tomadas de decisão interna, com base em regras estabelecidas pela administração da própria entidade, ou seja, um controle estabelecido pelo empreendimento, quando se fala em contabilidade gerencial, o autor revela também que esta envolve a contabilidade da porta para dentro.

Morgado (2008, p. 99), relata que a “preocupação não reside somente na simplificação da informação produzida pela contabilidade, mas com o entendimento das

demandas dos usuários das informações contábeis”, não bastando apenas fornecer informações (BAPTISTA, 2017), segundo Adriano (2010, p. 129) “o conhecimento não é um conteúdo que, despejado no trabalhador, vai imediatamente ganhar sentido e transformar-se em ferramenta para lidar com os problemas que se apresentam”, ou seja, a prática dialógica, nesse contexto, é a peça chave, por proporcionar a discussão de ideias, das práticas, considerando a realidade, fugindo de uma concepção bancária de Paulo Freire.

Esse contexto é viável a partir do momento que se interpreta a realidade do/a trabalhador/a, o espaço que ele vive, essa técnica é definida como Viabilidade científico-tecnológica:

Viabilidade científico-tecnológica: tem como fundamento integrar os saberes populares e acadêmicos, o desenvolvimento de conhecimento e tecnologias em cada ecorregião. Configura-se num processo contínuo de testagem e aprendizagem de técnicas e de tecnologias incluídas e não poluentes (ZART, 2009, p. 28).

Nessa lógica, é impreterivelmente necessário que haja a interação da contabilidade no processo da Autogestão dos EES, baseado na Educação Popular, pois os trabalhadores podem não compreender a forma técnica dos sistemas e processos contábeis, porém eles podem possuir uma forma própria de realizar e proceder ao gerenciamento da contabilidade do empreendimento ao qual estão inseridos. Essa necessidade é também evidenciada por alguns pesquisadores (MICHELS, 1997; NASCIMENTO, 2016; MARCONATO *et al.*, 2020), os quais destacam a necessidade de mais estudos empíricos que abordem essa questão.

A natureza coletiva dos EES implica uma designação de responsabilidades e a atuação dos sócios nas diferentes áreas: administrativa, contábil e operacional (VARGAS; ZAPATA; TRIANA, 2020). Sabendo que cada empreendimento possui características próprias (cultura, gênero, etc.), é válida a reflexão de que essas características também devem ser levadas em consideração durante o processo de legalização, gerenciamento e controle do empreendimento, perfazendo que cada empreendimento possua seu próprio tempo para amadurecimento, e assim tenha a opção de escolha da forma de constituição que melhor se enquadrar, o sistema de informações que melhor se habituar.

Observando as bases conceituais e os desafios, torna-se necessária a organização das informações, para que a contabilidade tenha sucesso, para Morgado (2008), a partir do momento que a entidade possui informações estruturadas confiáveis, acompanhada da cultura de leitura de tais informações, torna-se viável o uso, inclusive de uma contabilidade gerencial, utilizando

métodos de custos, que auxiliem na tomada de decisão e para explicar o resultado e a situação patrimonial da entidade.

Dessa maneira, mesmo a Economia Solidária possuindo suas particularidades dadas através da Autogestão, a contabilidade atenderia tranquilamente, através dos recursos existentes no escopo da contabilidade, as Cooperativas. No entanto, é de suma importância que o debate dessas ferramentas, de modo que essas organizações possuam normas e regulamentos contábeis específicos, para que possam ser atendidos como qualquer outra entidade, de maneira simples, acessível. A partir dessa interpretação, na próxima subseção é apresentado como uma cooperativa é estruturada.

### 3.2 Estrutura organizacional das cooperativas

A estrutura organizacional das cooperativas é o instrumento responsável por desenhar os traços que definem como darão as relações dos associados na administração do empreendimento, no que tange às responsabilidades, autoridade, comunicação, decisões em cada unidade organizacional, com suas funções relacionando-as com cada parte desta unidade e para com as demais e a cooperativa inteira (OLIVEIRA, 2015; UNISSOL BRASIL, 2015).

De acordo com o capítulo IX da Lei 5.764/71, que trata do órgão social, a estrutura básica de uma cooperativa deverá ser composta pelas unidades expostas no Quadro 4:

**Quadro 4 - Órgãos sociais componentes da estrutura básica de uma cooperativa segundo a Lei 5.764/71**

	Assembleia Geral	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
COMPOSIÇÃO	Todos os cooperados	Geralmente composto por 3 membros efetivos e 1 (um) vogal <sup>27</sup> , ambos eleitos pela Assembleia Geral, com mandato nunca superior a 4 anos. Sendo obrigatória a renovação de no mínimo 1/3 de seus componentes.	Constituído de 3 membros efetivos e 3 suplentes, eleitos anualmente pela Assembleia Geral. Sendo permitida a reeleição de 1/3 dos seus componentes.
FUNÇÃO	Órgão supremo da sociedade cooperativa, tem como função, dentro dos limites das leis e do estatuto da cooperativa, deliberar sobre a cooperativa e os negócios desta.	Sua principal função é deliberativa, sendo responsável pela execução das atividades-meio da cooperativa: administração financeira e do fundo de reserva, negociação de contratos, divulgação de produtos e/ou serviços, negociações de compra e venda de produtos e/ou serviços, etc.	Tem como função assegurar aos cooperados que a sociedade atenda aos objetivos explicitados no estatuto social, dentro dos princípios cooperativistas, zelando pelo patrimônio, proporcionando maior credibilidade da cooperativa para as partes interessadas, através da fiscalização de ações e contratos.

Fonte: elaborada pela autora (2020), com base na Lei nº 5,764/71 e Unisol Brasil (2015).

<sup>27</sup>O membro vogal tem como função desempenhar as funções de outro membro do conselho que não possa fazê-lo, por exemplo, um dos membros não pode comparecer a uma reunião, então o membro vogal fará o papel.

Essa estrutura é composta exclusivamente pelos associados, os quais são eleitos mesmos democraticamente. O conselho de administração é composto, de acordo com a legislação<sup>28</sup>, se necessário poderá ser criado outros órgãos relacionados, desde que sejam criados a partir do Estatuto, com acordo dos associados. Essa forma de tomar decisões de forma participativa é o que caracteriza as cooperativas autogestionárias, pois são os associados que definem quem vai administrar a cooperativa.

Para Oliveira (2015) a estrutura organizacional é dinâmica e deve ser pensada de maneira a atingir os objetivos da cooperativa, assim, o processo de estruturação pode parecer simples, no entanto quando aplicado na realidade se torna complicado em razão dos interesses cooperativistas-cooperativa-cooperado não se alinharem aos princípios da cooperativa. Na concepção do autor, a situação mais ocorrente está relacionada quando o cooperado transfere seus interesses pessoais para a cooperativa, tornando-a uma estrutura forçada e “interesseira de poder pessoal” (OLIVEIRA, 2015, p. 156).

Os associados eleitos para exercer essa função, têm como missão gerir a sociedade em nome dos demais, tomar decisões que melhorem os resultados da cooperativa em geral. Nessa ótica Oliveira e Guimarães (2021), destacam que essas responsabilidades podem gerar dificuldades relacionadas à desconfiança e insegurança. Morgado (2008, p. 36) afirma que “no contexto das relações de poder, a confiança é um cálculo de interesse próprio, que junto com a astúcia e a conspiração podem minar uma organização”.

Há ainda outros fatores que influenciam a estrutura organizacional das cooperativas, uma das evidenciadas por Oliveira (2015, p. 158), são os níveis de conhecimento, capacitação e estilo de atuação dos executivos e profissionais da cooperativa, de acordo com o autor “no desenvolvimento de uma estrutura organizacional eficiente, eficaz e efetiva, devem-se levar em consideração o comportamento, os conhecimentos e a capacitação das pessoas que lhes se são atribuídas desempenhar as funções que lhes são atribuídas.” Porém considerando as características das cooperativas que atuam na perspectiva da ES, faz-se necessário observar a fala do autor, reiterando com necessidade da formação desses associados, de maneira dialógica e inclusiva, conforme discutido no primeiro capítulo desta pesquisa.

A partir dessas discussões, é importante uma estrutura organizacional que proporcione eficiência, equidade, transparência e contribui conseqüentemente para o crescimento da

---

<sup>28</sup> Art. 47 [...] §1º o estatuto poderá criar outros órgãos necessários à administração. Lei nº 5.764/71.

sociedade cooperativa e venha a auxiliar na otimização dos seus processos. As cooperativas podem se estruturar de inúmeras maneiras, tais como por turno, função, região, produtos, serviços, cooperados, projetos, por clientes, por processos, por interligação matriarcal dentre outras modalidades<sup>29</sup>, das quais não serão aprofundadas, devido a não serem tão comumente utilizadas nas cooperativas.

Oliveira (2015) menciona as estruturas por unidades estratégicas de negócios e por processos, como as principais formas de estruturar as cooperativas, observe, a seguir, suas características na Figura 6.

**Figura 6 – Duas principais maneiras de estruturar cooperativas segundo o Manual de Gestão das Cooperativas**

	Objetivo	Vantagem	Desvantagens
<b>ESTRUTURAÇÃO POR UNIDADES ESTRATÉGICAS DE NEGÓCIOS</b>	Agrupar atividades que tenham a amplitude de um negócio e atuem com perfeita interação com os fatores externos ou não, facilitando análises globais e setoriais.	Incrementar a receita, otimizando a utilização de vários recursos, direcionando cada atividade exercida pela cooperativa; Melhorar interação com as oportunidades de mercado; visão otimizada dos processos	Possibilidade de ter pouco tempo dedicado ao pensamento e debate estratégico, devido a maior concentração nas atividades operacionais, do excessivo tempo real nas tomadas de decisão...
<b>ESTRUTURAÇÃO POR PROCESSOS</b>	Agrupar em unidades organizacional – centros de custos/resultados – os recursos necessário a cada etapa de um processo administrativo ou produtivo, resultando na melhor coordenação ou avaliação de uma de suas partes e do processo inteiro.	Facilitar a identificação de recursos necessários (humanos, financeiros, tecnológicos); o conhecimento de toda a cooperativa, por cada um dos associados, através da interação entre as atividades dos processos; consolidação de uma sistemática administrativa que flua de maneira mais simples e eficiente, conforme a atuação da cooperativa e seus princípios e valores, maior produtividade.	Possibilidade de perda da visão global do desenvolvimento do processos, caso os cooperados não possuam um modelo de gestão de sistemico.

Fonte: Elabora pela autora, com base em Oliveira (2015).

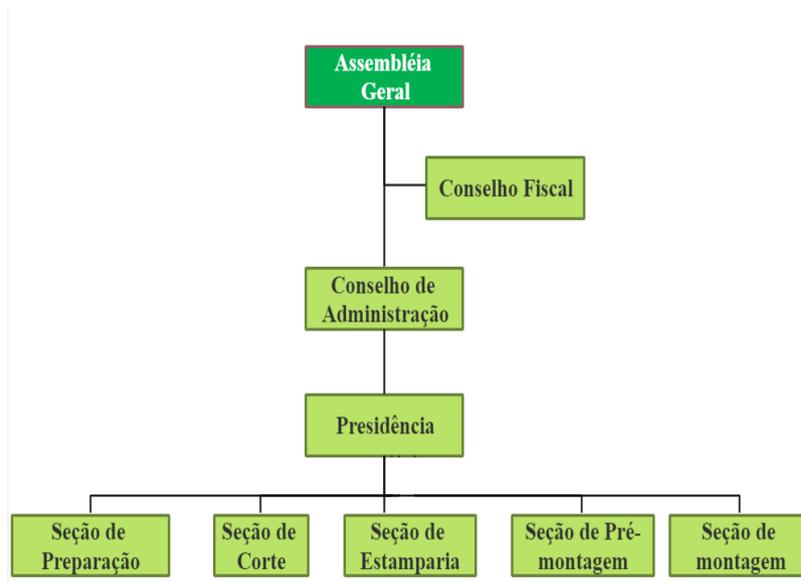
Segundo Almeida (2006), um dos princípios bases da Economia Solidária propõe a socialização de todo o conhecimento da gestão, dos processos, o que nesse sentido remete a direcionar a estrutura por processos como sendo a ideal para a apropriação do conhecimento contábil, a partir das características apresentadas por Oliveira (2015).

Na Figura 7 e 8 são apresentados organogramas representando a estruturação por processos, considerando uma cooperativa de produção e além desses modelos de estruturações,

<sup>29</sup> Ver Manual de gestão para as cooperativas – Estruturação organizacional das cooperativas. 2015 p. 164.

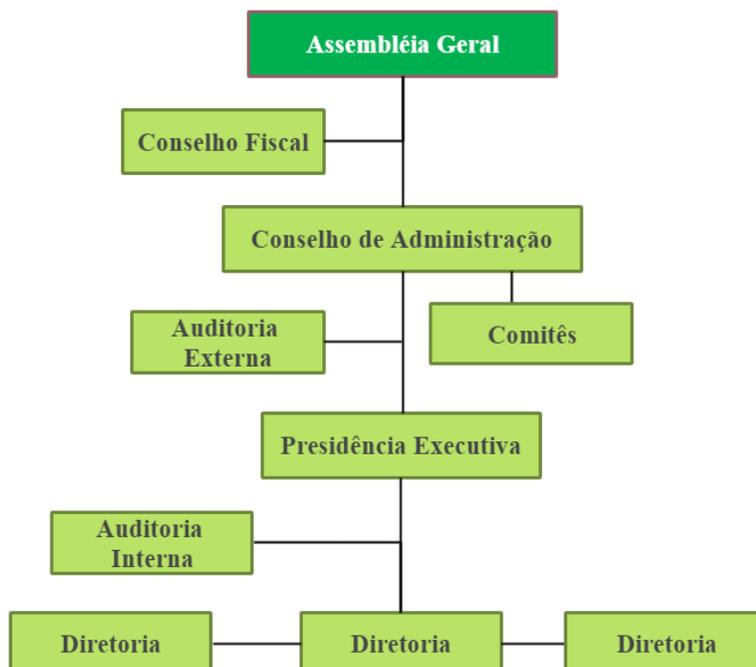
Oliveira (2015) indica uma terceira modalidade, considerada, segundo o autor, mais moderna e tende a ser utilizada por cooperativas que buscam se estruturar organizacionalmente em busca de bons resultados e no fortalecimento da sua intercooperação, essa estrutura corresponde à governança corporativa.

**Figura 7 - Organograma estrutura por processo**



Fonte: Oliveira, (2015)

**Figura 8 - Organograma estrutura governança corporativa**



Fonte: Oliveira (2015)

A governança vem sendo aplicada nas cooperativas crédito solidárias. Estudos de recentes, indicam a aplicabilidade da governança nas estruturas organizacionais das cooperativas como uma ferramenta essencial para as necessidades elencadas, principalmente no que tange a transparência (PINHO; GONÇALVEZ; LIMA, 2020; OLIVEIRA; GUIMARÃES, 2021; BUTTENBENDER *et al.*, 2021). Para Conforth (2004), a literatura teórica sobre a governança de cooperativas sociais é relativamente subdesenvolvida em comparação com a de governança corporativa. Em seu estudo, o autor apresenta um quadro das perspectivas teóricas correntes, dentre a qual se associa ao modelo de governança democrática ou associativa aos EES.

Segundo o Programa de Educação do Cooperativismo Solidário (PECSOL)<sup>30</sup>, a governança oportuniza às sociedades cooperativas uma gestão mais estratégica, contribuindo para um sistema diretivo eficiente (UNICAFES, 2018, p. 6).

A governança possibilita as cooperativas uma gestão mais estratégica, visto que a adoção de boas práticas de governança ocupa um espaço cada vez mais significativo no debate acerca da criação das condições necessárias para o desenvolvimento de um sistema diretivo eficiente.

Visando auxiliar a implementação da governança nas sociedades cooperativas, foi desenvolvido um Manual de boas práticas de Governança pela SESCOP, o qual apresenta uma estrutura de direção estratégica, com base nos valores do cooperativismo, tendo como finalidades principais “ampliar a transparência da administração da sociedade cooperativa; Aprimorar a participação do cooperado no processo decisório; Contribuir para o desenvolvimento sustentabilidade e perenidade do modelo cooperativista; Obter melhores resultados econômico-financeiros e; Incentivar a inovação e proporcionar a melhoria da qualidade dos serviços ao quadro social” (SESCOP, 2019). A relação proposta entre os agentes pode ser observada na Figura 9.

---

<sup>30</sup> Tem como objetivo realizar ações de educação e formação cooperativista para qualificação da gestão/governança das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária aliadas ao Sistema UNICAFES.

Figura 9 - Estrutura básica de governança cooperativa



Fonte: Manual de Boas Práticas de Governança do Cooperativismo (2019).

De acordo com a proposição do manual, a divisão é feita através dos “Agente de Governança em Cooperativas”, sendo eles apresentados no Quadro 5.

Quadro 5 - Agentes de governança em cooperativas

Agente	Definição
<b>Cooperados</b>	São ao mesmo tempo, proprietários e usuários da sociedade
<b>Assembleia Geral</b>	Órgão soberano da sociedade dentro dos limites legais e estatutários
<b>Conselho de Administração/ Diretoria</b>	Órgão colegiado, previsto em lei e eleito pela Assembleia Geral, encarregado do processo decisório da cooperativa na esfera de seu direcionamento estratégico. É o principal componente do sistema de governança.
<b>Conselho Fiscal</b>	Órgão colegiado eleito pela Assembleia Geral com poderes estatutários e legais de fiscalizar, assídua e minuciosamente os atos da administração da cooperativa
<b>Conselho Consultivo</b>	Órgão facultativo, previsto em estatuto e não deliberativo, formado preferencialmente por conselheiros independentes ou externos.
<b>Comitês Sociais ou Núcleos</b>	Órgãos que podem ser divididos por região geográfica, produto, especialidade, gênero ou faixa etária, podendo ser compostos por cooperados e familiares.
<b>Comitês Técnicos</b>	Órgãos de apoio e suporte ao Conselho de Administração/Diretoria para assuntos que requerem maior profundidade e detalhamento
<b>Auditoria Independente</b>	Sua atribuição básica é verificar se as demonstrações econômico-financeiras refletem adequadamente a realidade da cooperativa e apontar melhorias nas práticas dos controles internos
<b>Gestão Executiva</b>	Conjunto de responsáveis pela execução das diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração/Diretoria e deve prestar contas a este órgão.

Fonte: elaborado pela autora com base no Manual de Boas Práticas de Governança do Cooperativismo (2019).

Oliveira e Guimarães (2021), a partir da pesquisa que realizaram em uma cooperativa, acreditam que, através de uma estrutura organizacional pautada nas práticas de governança, possibilitará maior participação dos associados na gestão do empreendimento, conseqüentemente os associados estarão por dentro das decisões, e se sentirão responsáveis pelas decisões, o que acarreta, na visão das autoras, maiores chances de alavancagem do empreendimento.

A governança, a princípio utilizada na gestão de grandes corporações, também pode ser pensada para os EES, desde que a desenvolva na ótica da economia solidária, o ponto chave para isso consiste em aprimorar, também, as ferramentas existentes do capital, para o desenvolvimento dos empreendimentos de maneira sustentável. Buttenbender (2021, p. 25) reconhece a governança como ferramenta essencial em sua pesquisa desenvolvida em uma cooperativa de crédito solidária, identifica a necessidade da capacitação para os cooperados, “independente de sua função, para que haja um equilíbrio do conhecimento das funções, atribuições e as responsabilidades do cooperado, bem como da cooperativa de forma geral”.

Através de uma estrutura que estimule a participação de maneira autogestionária, proporcionando formação e conhecimentos através de um processo dialógico entre os cooperados, proporcionará melhor organização nos processos, que conseqüentemente poderá vir a refletir no controle contábil da cooperativa, tornando assim o processo de prestação de contas mais transparente (MORGADO, 2008). Um processo mais transparente e organizado, torna a comunicação entre os associados tranquila e acessível, aumentando o nível de confiança e descomplicado o uso das informações contábeis para tomada de decisão.

### **3.3 Cooperativas Autogestionárias: marcos legais e o tratamento contábil**

Considerando o objeto de estudo dessa pesquisa, tratar-se-á a partir deste momento das cooperativas, perpassando a legislação aplicada a ela, sua constituição, seus tipos e classificações existentes e demais características que as diferenciam das demais entidades econômicas.

Para que haja adequado tratamento jurídico, as cooperativas possuem um tratamento diferenciado ao das empresas comerciais, pelo fato das cooperativas existirem com o intuito de prestar serviços a seus associados, assim faz-se necessário compreender as principais diferenças

entre esses modelos de gestão da empresa comercial para uma cooperativa da Economia Solidária, veja o Quadro 6.

**Quadro 6 - Principais diferenças entre a sociedade Mercantil e as Cooperativas**

Sociedades Comerciais	Sociedades Cooperativas
Seu objetivo é remunerar o sócio investidor (lucro).	Seu objetivo é o homem (cooperado).
Os sócios vendem seus produtos e serviços aos consumidores.	O cooperado é sempre o dono e o usuário da sociedade.
Cada quota acionária tem direito a um voto.	Cada pessoa tem direito a um voto.
É uma sociedade de capital que funciona hierarquicamente.	É uma sociedade de pessoas que funciona democraticamente.
Os resultados retornam aos sócios proporcionalmente ao número de quotas.	Os resultados retornam aos cooperados de forma proporcional às operações.
Defende o maior preço possível.	Defende preços justos.
Promove a concorrência entre as sociedades.	Promove a integração entre as cooperativas.
Contrata o trabalhador como força de trabalho.	Valoriza o cooperado e suas condições de serviço.

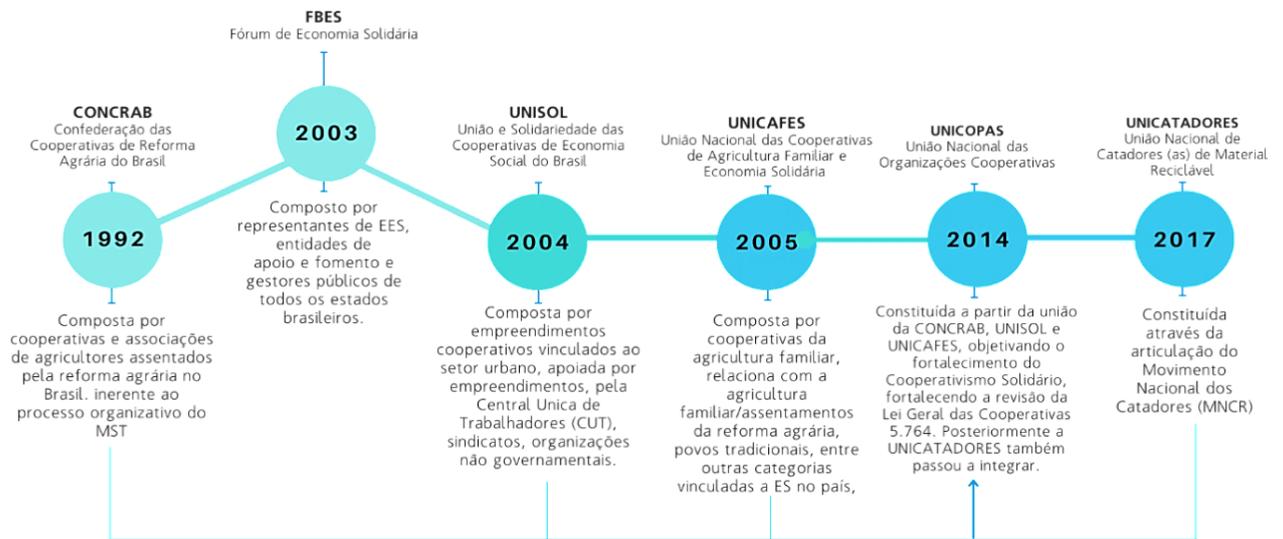
Fonte: elaborado pela autora com base no Guia Prático para Contadores de Cooperativas, (2018).

As legislações existentes do cooperativismo foram elaboradas no período da ditadura civil-militar, o que a configura como sendo uma legislação na percepção de alguns autores (GAIGER, 2019; ALMEIDA, 2016; GEDIEL; MELLO, 2016; CAPPELARI; DREI, 2020; SGUAREZI, 2020) conservadoras, pois foram pensadas inicialmente numa ótica do cooperativismo tradicional<sup>31</sup>. Em decorrência disso, os empreendimentos enquadram-se nas formas do direito e formas de tributação habituais às comerciais, fato que não lhes favorece, uma vez que se trata de empreendimentos autogestionários, sociedades de pessoas e não de capital.

Considerando o crescimento do movimento cooperativista solidário no país, como mencionado no capítulo anterior, surgem entidades de representação, ou como referendado por Cappelari e Drei (2020), as “organizações setoriais representativas”, a fim de apoiar e fomentar os EES, principalmente as cooperativas, como se pode observar na linha do tempo apresentada pela Figura 5.

<sup>31</sup> Como mencionado no capítulo anterior, as cooperativas tradicionais seguiam uma ótica comercial, invertendo os valores propostos por Rochdale.

**Figura 10 - Organizações representativas**



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

As organizações (Figura 5), tinham como objetivo proporcionar espaços de articulação e diálogo entre os diversos atores e movimentos sociais envolvidos no desenvolvimento da ES, de forma transparente e ampla, com base nos laços de solidariedade e cooperação, fomentando a estruturação de políticas voltadas a atender a ES e o desenvolvimento socioeconômico do Brasil.

O surgimento dessas entidades, foram essenciais para a provocação de discussões de estruturas que estivessem voltadas a atender os EES e reduzindo as disparidades existentes nos diversos âmbitos. Prova disso é o fomento para estruturação da Lei nº 12.690/2012<sup>32</sup> que regula as cooperativas de trabalho, que podem ser classificadas como: de produção, quando os sócios contribuem com o trabalho para a produção em comum de bens e a cooperativa detém, a qualquer título, os meios de produção; ou de serviço, quando constituída por sócios para a prestação de serviços especializados a terceiros, sem a presença dos pressupostos que configurem a relação de emprego (CAPPELARI; DREI 2020).

Na concepção de Gaiger (2019), a Lei 12.690/2012 é considerada um importante marco legal no âmbito do movimento cooperativista, primeiro por definir as cooperativas de trabalhadores como um tipo específico de sociedade econômica baseada na Autogestão e no

<sup>32</sup> BRASIL. Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012. Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho – PRONACOOP. Diário Oficial da União 20 jul. 2012.

trabalho coletivo; secundamente por impedir o trabalho precário, e considerar os direitos trabalhistas como essenciais e terceiramente por reduzir o número mínimo de sócios para constituição de 20 para no mínimo 07 sócios para o exercício de suas atividades laborativas ou profissionais. No entanto, entidades como a CONCRAB, o MNCR, demonstraram desacordo com a legislação, devido a lei propiciar a vulnerabilidade dos trabalhadores/as, à formação de falsas cooperativas ou cobertura direitos trabalhistas de acordo com as novas disposições legais, até abordagens relacionadas à incapacidade dos órgãos de supervisão e auditoria para as cooperativas, fraudes realizadas de má fé por aqueles que se aproveitam das situações conferidas pelas brechas da legislação.

A lei mencionada pelo autor trata-se da PL n.º 519/2015, que propõe um novo modelo de sociedade cooperativa. Nesta proposição é inserida uma nova representatividade para as cooperativas, a UNICOPAS, então torna-se o órgão nacional ideal para atender às necessidades da ES, considerando seus objetivos para representá-los.

A Autogestão já é praticada nas cooperativas solidárias, desde o momento de sua constituição, que ocorre primeiramente com a vontade de pessoas, que tenham o propósito, vínculos relacionados a atividades econômicas, o desejo de se unirem por interesse comum, com o objetivo de ajuda mútua, tornando seu trabalho mais digno, prezando pela integridade, transparência e capacidade de promover a felicidade dos cooperados. Para que se possa constituir uma cooperativa, faz-se necessário um processo que auxilia no direcionamento dos cooperados, pois de acordo com alguns pesquisadores (SENGER; SQUAREZI, 2010; GEDIEL; MELLO, 2016; LIMA, 2018), a burocracia é grande e estressante, considerando que a maioria das pessoas, às vezes, não têm intimidade com o processo.

Gediel e Mello (2016), com base nos dados do último mapeamento realizado pelo SIES, acreditam que a desproporção quantitativa entre as formas de organização<sup>33</sup> dos EES, sendo a cooperativa uma das menos utilizadas para regularização, esteja relacionada com às questões jurídicas, contábeis e burocráticas, as quais as pessoas não têm familiaridade. Para os autores o âmbito legal/contábil do cooperativismo é complexo, e quando se trata de pessoas leigas, isso acaba se tornando um grande desafio.

As sociedades cooperativas podem ser singulares (constituídas por pessoas físicas), cooperativas centrais ou segundo grau (constituídas a partir da união de 3 cooperativas

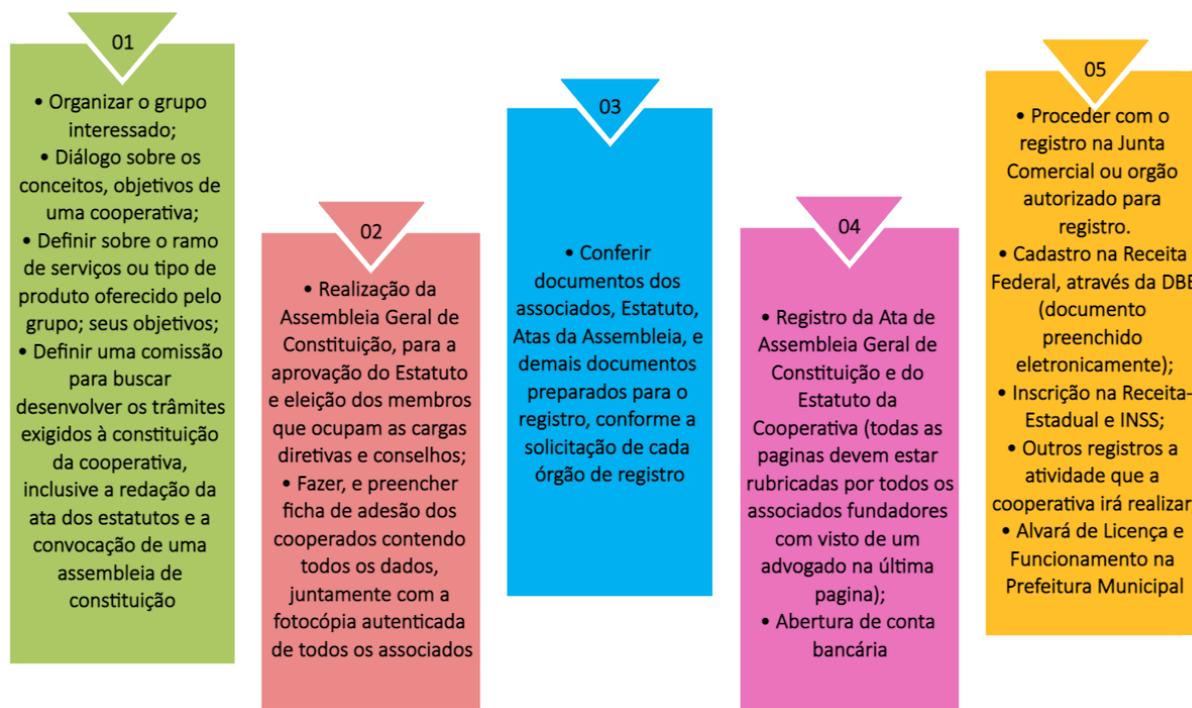
---

<sup>33</sup> Como já mencionado no capítulo anterior, os EES estão regularizados em associações (1.1823), grupos informais (6.018) e cooperativas (1.740).

singulares<sup>34</sup>) e confederações de cooperativas (constituídas a partir da união de 3 federações de cooperativas centrais). Art. 10 da Lei 5.764/71 as sociedades cooperativas se classificam de acordo com o objeto ou pela natureza das atividades desenvolvidas por elas ou por seus associados.

Os associados das cooperativas no âmbito da Economia Solidária configuram-se então com responsabilidade ilimitada, onde o valor de suas quotas, não define a proporção de sua participação no empreendimento, tornando uma relação mútua, favorecendo a Autogestão. Apresenta-se, na Figura 11, sinteticamente o processo para a constituição de uma cooperativa, de acordo com a legislação vigente.

**Figura 11 - Síntese do processo de constituição de Cooperativa**



Fonte: Elaborado pela autora (2020), com base na Lei nº 5764/71 e DREI Nº 81 DE 10/06/2020<sup>35</sup>.

Além disso, sugerem os Projetos de Lei n.º 271/2005 e n.º 386/2008 e outra ordinária (nº 3723/2008), regulamento tributário para as cooperativas, considerando que seu tratamento é diferenciado das empresas tradicionais. Essas proposições são com base nos art. art. 146, III

<sup>34</sup> Podendo, excepcionalmente, admitir associados individuais, desde que a

<sup>35</sup> Instrução Normativa nº 81, de 10 de junho de 2020. Dispõe sobre as normas e diretrizes gerais do registro público de empresas.

“c” da CF/88, visam dar o “tratamento adequado ao ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas”.

A proposta visa, ao regulamentar o disposto na Constituição Federal, acatar os seus desígnios e estabelecer incentivos concretos ao fortalecimento do cooperativismo, que propicia a geração de empregos, com redução do custo do trabalho, o ganho de escala e a valorização dos pequenos negócios, com grandes benefícios para a sociedade brasileira. O ato cooperativo, com a aprovação do projeto, estaria a salvo, por exemplo, da incidência do imposto de renda, do imposto sobre produtos industrializados, das contribuições sociais PIS/Pasep, Cofins e sobre o lucro líquido, do imposto sobre operações financeiras e outros tributos que venham a recair sobre ele.

[...]A regulamentação do mandamento constitucional, conforme consta da proposição, protegeria o cooperativismo das não raras equívocas interpretações do fisco, com errôneas equiparação das cooperativas com outros tipos societários (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2005)

A sociedade cooperativa não é uma empresa mercantil, porém, no desempenho de sua atividade, que é prestar serviços aos cooperados, realiza operações semelhantes às operações mercantis e, em alguns casos, operações unicamente mercantis. Nesses casos, temos os grupos de atos cooperativos e não cooperativos (GRANDO *et al.*, 2019).

O Art. 79 da Lei nº 5.764/1971 define Ato Cooperativo como:

Atos cooperativos praticados entre as cooperativas e seus associados, entre estes e aquelas e pelas cooperativas entre si quando associados, para a consecução dos objetivos sociais. Parágrafo único. O ato cooperativo não implica operação de mercado, nem contrato de compra e venda de produto ou mercadoria (BRASIL, 1971).

Ou seja, tanto as operações realizadas pelos cooperados de acordo com o objetivo definido em legislação própria da cooperativa – o estatuto, como a entrega de bens gerados pelos associados à cooperativa, não concebe ação de compra e venda (GONÇALVES, 2003; GRANDO *et al.*, 2019). Embora o ato cooperativo seja uma característica das cooperativas, isso não impede que sejam realizados atos com não cooperados, os quais são chamados de ‘atos não cooperativos’, e estão implicitamente conceituados nos Art. nº 86 da Lei nº 5.764/1971 “as cooperativas poderão fornecer bens e serviços a não associados, desde que tal faculdade atenda aos objetivos sociais e estejam de conformidade com a presente lei”.

Os atos não cooperativos, podem ocorrer de duas maneiras segundo Gonçalves (2003), sendo a primeira envolvendo operações com pessoas não cooperadas e a segunda através de operações procedidas com do mercado que estejam fora do que foi estabelecido como objeto social no estatuto da cooperativa, ou seja, todas as operações que a princípio não rotineiras. As sobras resultantes dessas operações são integralmente tributáveis, e os saldos destinados à RATES.

### 3.3.1 Aplicação da Contabilidade as Cooperativas

A norma que regia a aplicação da contabilidade nas cooperativas era a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica (NBC T) 10.8, publicada no ano de 2002, sendo o primeiro marco regulatório da contabilidade para as cooperativas, que até então seguiam os moldes das normas das sociedades capitalistas. Para Gonçalves (2003), foi uma vitória ter uma norma específica para as cooperativas, mesmo que não sendo completa, era para na visão do autor um novo ciclo. A norma não atendia ainda todas as necessidades demandadas pelas sociedades cooperativas, no entanto já estava se dando um passo importantíssimo no âmbito contábil para as cooperativas, que necessitavam de um olhar diferenciado contábil, a considerar que não possuem a mesma configuração econômica, social que as sociedades capitalistas.

A escrituração contábil é obrigatória para as sociedades cooperativas e deve ser realizada desmembrando em ato cooperativo e não cooperativo, por atividade, produto ou serviço. Com relação ao Patrimônio Líquido, prevalece que deverá ser constituído por quotas-partes, as quais devem ser registradas de forma individualizada, no Patrimônio Líquido. Nesses termos, a NBC TG 26, R5 as sociedades cooperativas em geral devem elaborar e apresentar as seguintes demonstrações contábeis:

- Balanço patrimonial ao final do período;
- Demonstração do resultado do período;
- Demonstração do resultado abrangente do período;
- Demonstração das mutações do patrimônio líquido do período;
- Demonstração dos fluxos de caixa do período;
- Demonstração do valor adicionado do período
- Notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras
- Informações elucidativas;
- Informações comparativas com o período anterior.

As cooperativas além dessas demonstrações, podem formular outras que julguem necessárias e proporcionem melhor compreensão ao coletivo da situação patrimonial do empreendimento.

A lei 5.764/71 remete algumas situações a qual são aplicadas à contabilidade. Ressaltando o Art. 22 através do inciso VI, da obrigatoriedade dos livros fiscais e contábeis;

Art, 28 que trata da obrigatoriedade da constituição dos fundos de reserva e os capítulos VI, VII, XII respectivamente definindo tratando do Capital Social, os Fundos e o Sistema Operacional das cooperativas incluindo distribuição de despesas, prejuízos, constituição dos fundos de reservas, como já mencionado anteriormente. Para fins de compreensão dos fundos de Reserva, a Lei 5.764/71, estabelece que:

Art. 28. As cooperativas são obrigadas a constituir:

I - Fundo de Reserva destinado a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades, constituído com 10% (dez por cento), pelo menos, das sobras líquidas do exercício;

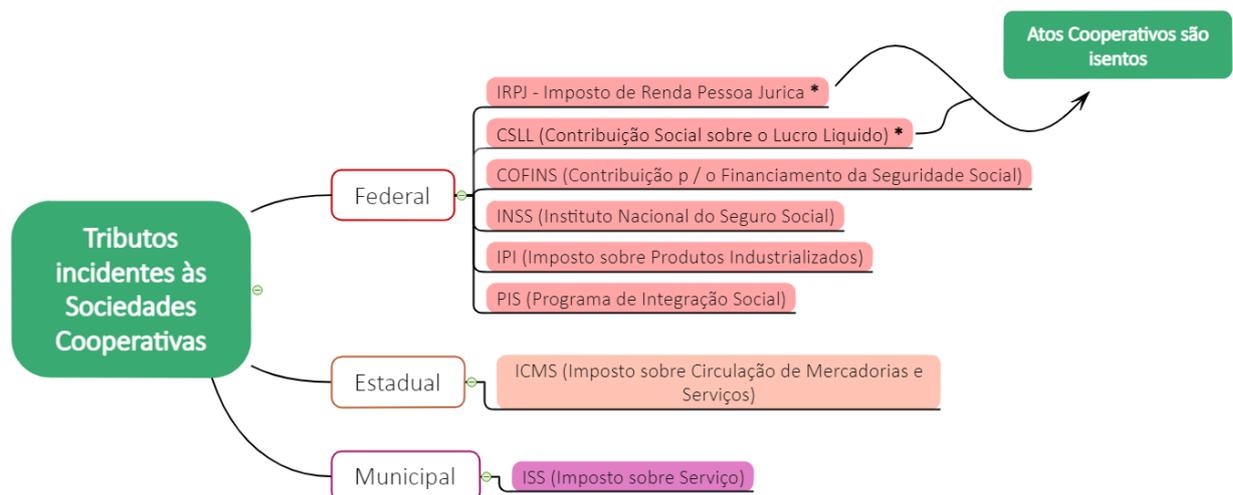
II - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, destinado a prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa, constituído de 5% (cinco por cento), pelo menos, das sobras líquidas apuradas no exercício.

§ 1º Além dos previstos neste artigo, a Assembleia Geral poderá criar outros fundos, inclusive rotativos, com recursos destinados a fins específicos fixando o modo de formação, aplicação e liquidação.

§ 2º Os serviços a serem atendidos pelo Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social poderão ser executados mediante convênio com entidades públicas e privadas.

Por possuírem uma política específica possui isenção de alguns tributos, conforme a alíquota específica, variando com o ramo de atuação e o estado a qual está sediada, conforme exposto no Art. nº 87 da lei. Na Figura 12, a seguir, expõe-se os tributos que incidem sob as sociedades cooperativas bem como os tributos a quais estão isentas de recolhimento:

**Figura 12 - Tributos incidentes às sociedades cooperativas**



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Como se observa na Figura 8, as cooperativas pagam quase todos os mesmos tributos que as entidades comerciais, variando conforme o ramo e o estado ao qual está sediada a

cooperativa. Com relação ao IRPJ e à CSLL, as cooperativas pagam somente sobre os atos não cooperativos, sendo isentas em relação aos atos cooperativos, devido a não obterem lucro sobre eles, o resultado das operações é denominado sobras.

O PIS incide de duas maneiras, sendo uma sobre a folha de pagamento e a segunda sobre a receita bruta, o COFINS deverá ser recolhido também sobre a receita bruta. Já o INSS, é incorrido apenas nas cooperativas de Trabalho, Produção e de Produtores Rurais<sup>36</sup>, estando sujeitas ao recolhimento de 20% da contribuição individual de seus cooperados. Ocorrendo a prestação de serviços tributáveis ou circulação de mercadorias, a cooperativa também estará sujeita ao recolhimento do ICMS, conforme a legislação estadual. As cooperativas que executam qualquer tipo de atividade que sejam consideradas como industrializam serão consideradas como estabelecimentos industriais, e recolhendo assim o IPI correspondente à alíquota de seus produtos (DICKEL, 2014).

Considerando a legislação o recolhimento do ISS é dispensado, no entanto cabe ao ente maior responsável pelo tributo, neste caso parte dos municípios, a definição do ensejo ou não do tributo, ou seja, havendo prestação de serviços tributáveis, a cooperativa deverá se submeter ao pagamento do ISS, conforme o regulamento municipal que realizar as operações, tendo como base de cálculo o valor do serviço prestado (DICKEL, 2014; GRANDO *et al.*, 2019).

O manual de Orientação Tributária destinado às sociedades cooperativas de Catadores/as de Materiais Recicláveis, salienta que na escolha do regime Lucro Real, é essencial que as sociedades cooperativas tenham controle sobre as receitas cooperativadas e não cooperativadas (CATAFORTE, 2015). Isso acarretará uma organização interna administrativamente da sociedade, eficácia no processo de contabilização, e relatórios mais consistentes que auxiliem na compreensão da situação econômica da sociedade.

Após tais apontamentos, cabe-nos, com atenção à legislação supramencionada, caracterizar, resumidamente, essa entidade econômica no Quadro 7, a fim de que se possa identificar, posteriormente, o objeto de pesquisa dessa dissertação.

#### **Quadro 7 - Caracterização da sociedade cooperativa**

<b>Definição</b>	Sociedade civil e comercial, sem fins lucrativos (LTDA). Que por meio de atos cooperativos, que se traduzem na prestação de serviços aos seus associados, sem objetivo de lucro, para obterem em comum melhores resultados para cada um deles em particular.
------------------	--

<sup>36</sup> Art. 208 a 212 da IN 1971, de 13/11/2009.

<b>Objetivos</b>	Prestar serviços de interesse econômico e social aos cooperados, viabilizando e desenvolvendo de sua atividade produtiva.
<b>Amparo Legal</b>	Constituição Federal (artigo 5º) - Código Civil Lei 5.764/71. Artigos de 1.093 a 1.096 da Lei nº 10.406/2002, que tratam do Código Civil; Lei nº 12.690.
<b>Quantidade de Pessoas para constituição</b>	20 (vinte) pessoas físicas, exclusivamente, ou 7 (sete), para as cooperativas de trabalho.
<b>Capital necessário</b>	Possui capital social, facilitando, portanto, financiamentos junto às instituições financeiras. O capital social é formado por quotas-partes, podendo receber doações, empréstimos e processos de capitalização.
<b>Ramos de atuação</b>	Agropecuário, Consumo, Crédito, Infraestrutura, Saúde, Trabalho Produção Bens e Serviço, Transporte
<b>Modo de Representação</b>	Pode representar os cooperados em ações coletivas de seu interesse. Pode constituir centrais, Federações e confederações
<b>Atividades Comerciais</b>	Pratica qualquer ato comercial.
<b>Forma de Remuneração</b>	São remunerados, através de pagamentos de honorários, definidos pela Assembleia. Não possuem vínculo empregatício.
<b>Registro e Demonstração Contábil</b>	Escrituração contábil é obrigatória e deve ser realizada de forma segregada em ato Cooperativo e não cooperativo, por atividade, produto ou serviço. As Demonstrações Contábeis devem ser elaboradas, segundo a NBC TG 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis ou a NBC TG 1000, adotando as contas e nomenclaturas (terminologias) próprias das entidades cooperativas definidas nesta interpretação.
<b>Destinação dos Resultados Financeiros</b>	Há rateio das sobras obtidas no exercício financeiro, devendo antes destinar partes ao Fundo de Reserva (mínimo de 10%) e, para o FATES (Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social), mínimo de 5%. As demais sobras podem ser destinadas a outros fundos de capitalização ou diretamente aos cooperados, de acordo com a quantidade de operações que cada um deles teve com a cooperativa.

Fonte: Elaborado pela autora, com base na Lei nº 5.764/1971 e NBC T 08; ITG 2004

### 3.3.2 Prestação de contas nas cooperativas

A prestação de contas é uma atividade obrigatória prevista na Lei das cooperativas e na NBC TG 1000<sup>37</sup>:

**Obrigação pública de prestação de contas:** Obrigação de prestação de contas aos fornecedores de recursos presentes e potenciais e outros externos à entidade que tomam decisões econômicas, mas não estão em posição de exigir relatórios feitos sob medida para atender suas necessidades particulares de informação. A entidade tem responsabilidade pública se:

[...] (b) possuir ativos em condição fiduciária perante grupo amplo de terceiros como um de seus principais negócios. Esse é o caso típico de bancos, cooperativas de

<sup>37</sup> NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. - D.O.U de 17/12/2009

crédito, companhias de seguro, corretoras de seguro, fundos mútuos, bancos de investimento, etc.

A prestação de contas tem como objetivo compartilhar a situação econômico-financeira da cooperativa, que compreende um conjunto de informações e documentos com a finalidade de dar transparência às ações realizadas pela sociedade cooperativa bem como das responsabilidades auferidas pelos órgãos administrativos da sociedade. A prestação de contas é uma atividade a ser realizada sob responsabilidade do conselho administrativo/diretor, devendo ser realizada durante a Assembleia Geral Ordinária (AGO). Os cooperados devem ser convocados com antecedência mínima de 10 dias do dia da assembleia ou conforme prazo estabelecido no estatuto social, a referida convocação deve ser realizada de forma ampla, de modo que todos os cooperados tenham acesso (COFECON, 2020).

Durante a assembleia deve ser exposto aos associados o desempenho de todas as atividades, abrir espaço para sugestões, dúvidas, críticas, e demais situações que a cooperativa julgar necessárias, deve se apresentar também, segundo o art. 44 da Lei 5.764/71 e instrução do Cofecon (2020):

- O relatório da gestão e demonstrativos contábeis, contemplando as sobras apuradas ou das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições, para cobertura dos dispêndios da sociedade;
- O parecer do Conselho Fiscal; e
- Os planejamentos estratégico e orçamentário, aprovados pelo Conselho de Administração ou Diretoria.

Na ótica contábil, ao final do exercício o contador deverá elaborar um relatório, referente aos atos cooperativos, não cooperativos, despesas que foram registradas, o qual deverá ser aprovado pelos órgãos das cooperativas, a saber Conselho de Administração ou Diretoria, Conselho Fiscal e Assembleia Geral. Os relatórios contábeis a serem apresentados pelo contador devem conter os saldos anteriores comparado com o exercício atual, possibilitando assim aos cooperados a possibilidade de comparação, conforme estabelecido pela NBC TG 1000 –R1/2016:

- Balanço patrimonial;
- Demonstração de sobras ou perdas;
- Demonstração de fluxo de caixa;
- Demonstração das mutações do patrimônio líquido,
- Notas explicativas.

Em relação à periodicidade, a lei estabelece que seja realizada anualmente, mas considerando os princípios basilares da ES e do cooperativismo, a recomendação é que seja realizada periodicamente, a fim de estreitar os laços entre os cooperados proporcionando mais transparência, confiabilidade, reconhecimento dos processos que estão sendo desenvolvidos pela sociedade cooperativa, bem como a situação patrimonial (COFECON, 2020).

A prestação de contas mostra-se como uma importante ferramenta para a transparência no processo de Autogestão das cooperativas, o que significa que não deve ser pensado apenas no final do exercício, na conclusão de projetos ou como ainda como uma obrigação. A prestação de contas deve fazer parte da rotina da cooperativa (DALL'AGNOL, 2017), nesse contexto vai além de números, através dela é possível criar laços, estabelecer metas. (SOTTO; DINIZ, 2007).

Como afirmado por Vargas, Zapata e Triana (2020), é preciso deixar de lado a ideia absoluta da contabilidade unicamente com função de realizar obrigação legal e fiscal, para vislumbrar toda a capacidade de organização, controle e governança das entidades e das pessoas que constituem esses grupos. A construção e apropriação de processos também surgem dentro das necessidades dos conhecimentos, práticas e técnicas contábeis. Isso destaca a contabilidade popular, que está emergindo em resposta às necessidades desses empreendimentos, sendo permeada e moldada pelas condições e interesses dos EES e demais assuntos.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

### 4.1 Diagnóstico Socioeconômico da Cooperativa de Produção de Material Reciclável de Tangará da Serra – COOPERTAN

De acordo com estudos de Lima (2010), a criação da cooperativa ocorreu devido às necessidades legais do município, haja vista que ele - o município - necessitava impedir que Catadores/as realizassem trabalho no aterro sanitário, criou-se então o programa Tangará Recicla<sup>38</sup>. Segundo Senger e Sguarezi (2010), a criação da COOPERTAN decorreu pela necessidade de organização dos/as Catadores/as. De acordo com Martins (2016, p. 19), “Os Catadores/as já haviam tentado várias iniciativas de formalização de uma cooperativa, porém encontravam várias barreiras burocráticas”.

A exigência do poder público de que os/as Catadores/as se organizassem, deixando o Aterro Sanitário<sup>1</sup> onde trabalhavam, e a necessidade do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (SAMAE) em conseguir o licenciamento ambiental para o Aterro Sanitário junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA), que até então era impedida devido aos/às Catadores/as estarem trabalhando dentro do Aterro Sanitário, levou o SEMAE a elaborar o Programa Tangará Recicla no ano de 2005. Desse modo, tanto o SAMAE quanto os Catadores apresentaram uma demanda à Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), por uma solicitação de apoio ao Núcleo de Pesquisa, Extensão e Estudo das Complexidades no Mundo do Trabalho (NECOMT)<sup>1</sup>. Assim, intencionou-se estimular a constituição de uma cooperativa, a UNEMAT/NECOMT apoiou tanto a organização dos Catadores quanto a criação do Programa Tangará Recicla.

Assim, um coletivo de 22 (vinte e dois) Catadores/as, que trabalhavam individualmente e em grupos distintos no Aterro Sanitário, com o intuito de não perder sua única fonte de renda, após várias tentativas de organização, em julho de 2007, fundaram a COOPERTAN. Esta cooperativa foi regularizada perante a Junta Comercial de Mato Grosso (JUCEMAT), em novembro do mesmo ano (SENGER & SGUAREZI, 2010). Por conseguinte, a fundação proporcionou desenvolvimento de articulação com a universidade, com a prefeitura e com o SAMAE. Essa articulação com a prefeitura já vinha sendo realizada pelo Núcleo de

---

<sup>38</sup> Tangará Recicla: objetivo implantar a coleta seletiva na cidade de Tangará da Serra, o que melhorou a qualidade do material que chegava ao aterro, diminuindo assim, a necessidade de trabalho direto nas células do aterro pelos Catadores/as.

Pesquisa, Extensão e Estudos da Complexidade do Mundo do Trabalho (NECOMT), que desenvolvia processos de incubação orientados pelo Núcleo UNEMAT/UNITRABALHO, com o intuito de fomentar o desenvolvimento da Economia Solidária no município. Assim, avançou na organização dos Catadores/as e na criação do Programa Tangará Recicla. Esse trabalho levou à criação da COOPERTAN, a criação e a consolidação de uma política pública de coleta seletiva, operada por Catadores/as, tornando-se referência no estado de Mato Grosso, tanto do ponto de vista do compromisso ambiental como com o compromisso com a inclusão socioprodutiva dos Catadores/as da COOPERTAN, o que, de certa maneira, justifica o interesse em estudar esse Empreendimento Econômico Solidário (EES).

A COOPERTAN, em 2020, produziu, em média, 4 toneladas ao dia, equivalente a 120 toneladas/mês, que totalizam 1440 toneladas ao ano. Dessas 1440, em 2020, a COOPERTAN comercializou em média 72 toneladas ao mês, chegando a 864 toneladas ao ano, sendo que 576 são rejeitos<sup>39</sup>. Em outros termos, a COOPERTAN aproveita apenas 66,66% do material que chega à cooperativa pela coleta seletiva. O restante, 576 toneladas, que equivalem a 33,34%, são de rejeitos e são direcionadas para o aterro sanitário, como se pode observar no quadro x

**Quadro 8:** Produção COOPERTAN 12/2020 a 04/2021

Mês	Material Coletado (kg)	Rejeito (kg)	Material Comercializado (kg)	Receita Comercialização (R\$)
Dez/20	158.903,00	78.390,00	170.965,00	R\$ 94.576,98
Jan/21	180.085,00	78.940,00	104.589,07	R\$ 97.026,54
Fev/21	222.909,00	74.750,00	106.921,60	R\$ 95.555,95
Mar/21	-	-	81.518,73	R\$ 94.169,29
Abr/21	203.920,00	87.440,00	105.170,58	R\$ 100.617,31

Fonte: relatório controladoria município de Tangará da Serra (2021).

Com o apoio da UNEMAT/NECOMT/GDRS-IOCASS, processos organizacionais de produção estão sendo pensados para o melhor desempenho e desenvolvimento organizacional da cooperativa. Para ampliar sua eficiência, a COOPERTAN precisa de mais qualificação técnica, mais estrutura em termos de tecnologia, assim como máquinas e equipamentos. Isso também está na pauta do processo de incubação da UNEMAT/NECOMT-IOCASS/GDRS e no Planejamento Estratégico Participativo da COOPERTAN, porém, os investimentos em máquinas, equipamentos e tecnologia não dependem da cooperativa, e sim do Poder Público

<sup>39</sup> Materiais que não são recicláveis, ou que são recicláveis, mas não tem comércio, ou pertencem aos acordos setoriais que ainda não funcional, não apresentam viabilidade econômica para a reciclagem. Exemplo: isopor; vidro etc.

Local responsável pela operação da política pública de coleta seletiva, conforme prevê a PNRS/2010.

Independentemente disso, a COOPERTAN tem feito investimentos em caminhões, barracões, escritório e outras benfeitorias para adequar sua sede às exigências dos órgãos fiscalizadores, em termos de alvará de funcionamento, do Corpo de Bombeiros e relativo ao Licenciamento Ambiental (LA), à Licença Prévia (LP); Licença de Instalação (LI) e à Licença de Operação (LO).

A atual sede, apresentada na Fotografia 1, conta inclusive com uma área específica em que está alocado o refeitório (área para alimentação), bem como área para descanso, formação e outras atividades desenvolvidas junto aos cooperados. Destaca-se que o EES iniciou a cooperativa com 22 sócios e atualmente conta com 54 sócios, assim, um acréscimo de aproximadamente 145%. Ao considerar a renda média inicial de cada Catador/a, neste caso, R\$ 1.100,00 (quando a COOPERTAN foi criada era em torno de um salário-mínimo<sup>40</sup>) e a realidade do ano de 2020, quando cada Catador/a ganhava em média R\$ 1.716,88, percebe-se que, em termos de renda, houve um acréscimo de 56%. Desse modo, demonstra-se que a coleta seletiva operada pela COOPERTAN garantiu a inclusão socioproductiva e minimizou a exclusão/marginalização, visto que retirou os Catadores/as da marginalidade social e da invisibilidade, desenvolvendo educação ambiental à comunidade e afirmando o conceito de ser um EES sustentável, justo e autogestionário (SGUAREZI *et al.*, 2018).

---

<sup>40</sup> Valores atualizado em 01 de ago. 2021

**Fotografia 1 – Atual sede da COOPERTAN**

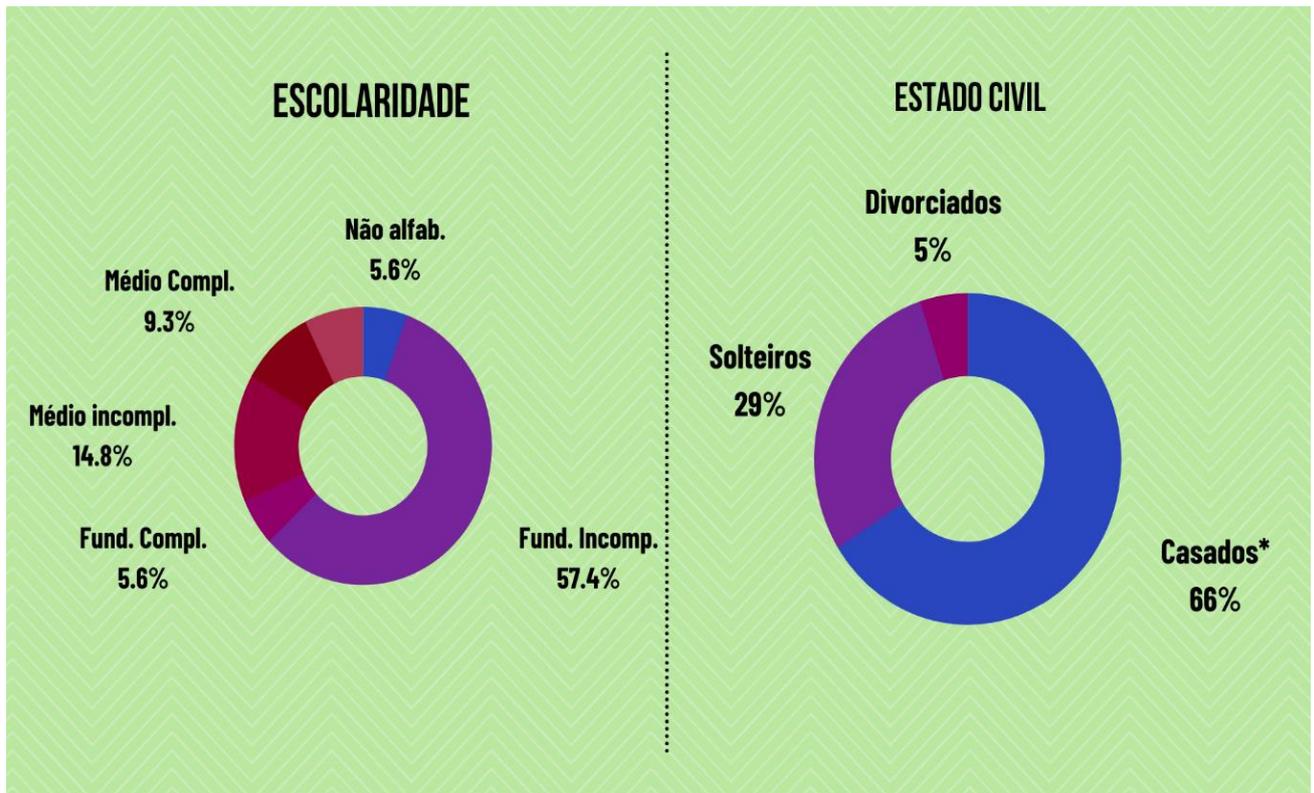


Fonte: Elaborado pela autora com base em Arquivo da COOPERTAN, 2021.

Dos 54 Cooperados/as, foi possível identificar que a cada dez Cooperados/as, seis não possuem ensino fundamental completo, além disso, acerca do estado civil, há um número maior de casados entre os/as Catadores/as,<sup>41</sup> como observado nas Figuras 13 e 14.

<sup>41</sup> Nessa questão, incluiu-se nessas as respostas: amasiados, união estável.

Figura 13 - Escolaridade e estado civil dos Catadores/as da COOPERTAN



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

No que se refere à organização administrativa, a COOPERTAN possui sua estrutura diretiva, que é definida por seu estatuto e seus membros são eleitos pela Assembleia Geral com mandato de 2 anos, sendo que 1/3 do Conselho Fiscal é renovado a cada ano. Assim, para além dessa estrutura organizativa, que é uma exigência legal, o que diferencia a COOPERTAN de outras cooperativas é a Autogestão. Para os 54 trabalhadores/as que atuam na COOPERTAN não existe nenhum empregado e nenhum patrão. Em outros termos, essa é uma cooperativa autêntica na perspectiva autogestionária.

Figura 14 - Diagnóstico organizacional da COOPERTAN



Fonte: elaborado pela autora, 2021.

Nesse viés, estudos (MARTINS, 2016; XIMENES MELO, 2019; SQUAREZI, 2011; 2020) identificaram que a COOPERTAN propiciou mudanças nas estruturas sociais e econômicas. Desse modo, trazendo inúmeras conquistas para seus integrantes, ainda, corroborando respectivamente para processos inclusivos, pois eram seres humanos que estavam excluídos dos meios sociais. Assim, construíram, juntos, um espaço de trabalho associado que promove relações de trabalho e produção mais saudáveis, acesso à renda e remuneração mais adequada, garantindo melhor qualidade de vida e trabalho, dignidade, cidadania e autonomia dos Catadores/as.

Considerando que a COOPERTAN segue os princípios da Economia Solidária e, também, com base nos princípios do cooperativismo, conforme a Lei 5764/1971, referendado por GAWLAK e RATZKE (2013), no primeiro e no quarto princípio: Adesão Voluntária e Livre Adesão e Autonomia e Independência, a COOPERTAN optou por não se vincular à Organização das Cooperativas do Brasil OCB.<sup>42</sup>

De acordo com Sguarezi *et al.* (2018), o empreendimento atinge diversas dimensões da inovação social, as quais estão presentes desde o contexto da constituição da cooperativa,

<sup>42</sup> PARECER AJ/SMPE no 13/2014 e o Manual de Registro de Cooperativas nas Juntas Comerciais (atualizado de acordo com a Lei Complementar No 147, de 7 de agosto de 2014, e Instrução Normativa DREI No 26, de 10 de Setembro de 2014) deixa claro que para constituição/fundação de cooperativas em todo território nacional, não é obrigatório o registro prévio e filiação a OCB ou a sua entidade estadual.

sua trajetória e desenvolvimento, bem como seu diálogo com a inclusão socioprodutiva de Catadores/as através da prática da coleta seletiva. Essa inovação social ocorre na relação da COOPERTAN com outras instituições, com seus cooperados e entre eles, e avança em um diálogo muito forte com o conceito e a *práxis* da Tecnologia Social. Para Sguarezi *et al.* (2019, p. 261),

Pode-se inferir que a COOPERTAN passou pelos pressupostos básicos exigidos nas quatro fases da elaboração a implantação da Tecnologia Social. Que todas as fases foram plenamente cumpridas e que também tornou possível a articulação entre governo, administração, especialistas e organizações sociais.

O empreendimento é considerado como referência para outros empreendimentos do ramo de cooperativismo autogestionário solidário, tanto da coleta seletiva quanto nas demais áreas da ES e Autogestão, pois estabelece diálogos, trocas de experiências e vivências com eles, atuando no fortalecimento de redes, no debate de políticas públicas voltadas à reciclagem, economia solidária e demais pautas consideradas relevantes pelo seu coletivo (XIMENES MELO, 2019).

A COOPERTAN passa a ser também um EES que reaplica pela sua experiência e solidariedade, visto que suas práticas estão sendo disseminadas em outros empreendimentos e localidades. De acordo com dados da pesquisa de campo, a COOPERTAN já levou, trocou e troca experiências, pela Metodologia “Catador para Catador”<sup>43</sup>, junto aos Catadores de associações e cooperativas de outros municípios do Mato Grosso, tais como: Várzea Grande, junto à Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Várzea Grande (ASSCAVAG); em Chapada dos Guimarães, junto à Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Chapada dos Guimarães (COOPCHAMAR); em Cáceres, na Associação Cacerense de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis do Pantanal (ASCAPAN); em Juína, junto com a Associação Nova Conquista.

Atualmente, a COOPERTAN coopera com a Associação de Catadores de Materiais Rio Branco (AMARB) de Barra do Bugres. Essa formação passa pela qualificação técnica, treinamento para atuar com a coleta seletiva e a reciclagem de materiais, pela organização do *layout* interno, bem como pela organização do trabalho associado, pela Autogestão do trabalho.

---

<sup>43</sup> Metodologia desenvolvida pelo próprio Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). Segundo Alves (2016), a metodologia de formação “Catador para Catador”, é método, tem sido a proposta popular, originalmente, gestada pelo movimento e compõe as bases para a construção de sua pedagogia e visa construir sua formação política e profissional de forma autônoma e popular, superando sua dependência de apoio externo.

No que se refere aos conhecimentos técnicos da reciclagem, as Catadores/as se apropriaram de conhecimentos sobre os diferentes tipos de materiais recicláveis, sabem fazer a separação de acordo com as exigências dos compradores, conhecem as exigências do mercado. Esse conhecimento técnico garante vantagens, agrega valor aos materiais, pois quanto melhor é realizada a triagem, bem como a separação, melhor será a qualidade do material e maior serão os resultados financeiros advindos da comercialização dos produtos (CHIARIELLO; EID, 2013). Os Catadores/as trouxeram esses saberes do lixão, do aterro sanitário, da rua, onde trabalhavam, eles trocam esses saberes que se reproduzem como conhecimentos, pela solidariedade e pela cooperação, aprendem uns com os outros o processo de autogestão.

A história da COOPERTAN confunde-se com a história dos Catadores/as, é uma história marcada por lutas e conquistas que, segundo Martins (2016), foi base para construção da identidade dos Catadores/as com a cooperativa ao longo dos anos. A COOPERTAN, além de gerar trabalho e renda no município, contribui para diminuir o impacto ambiental provocado pela produção de resíduos sólidos. Uma dessas conquistas foi a COOPERTAN apresentar um projeto como proponente para o Programa Cataforte II. Essa ação originou a criação da Rede de Cooperativas e Associações de Catadores/as de Resíduos Sólidos do Estado de Mato Grosso (REDE CATAMATO). Tal conquista dialoga com o sexto e o sétimo princípio do cooperativismo: intercooperação e interesse pela comunidade (GAWLAK; RATZKE, 2013).

Segundo Sguarezi *et al.* (2014) A REDE CATAMATO, que foi criada em 18 de Julho de 2012, é composta por três Empreendimentos Econômicos Solidários (EES): Cooperativa de Produção de Material Reciclável, de Tangará da Serra-MT (COOPERTAN), localizada em Tangará da Serra, a 250 km da capital Cuiabá; Associação dos Catadores/as e Catadoras de Materiais Recicláveis, de Várzea Grande (ASSCAVAG), localizada em Várzea Grande, região metropolitana de Cuiabá; e a Cooperativa Chapadense de Materiais Recicláveis (COOPCHAMAR), pertencente ao município de Chapada dos Guimarães, a 65 km da capital do estado. A Rede iniciou atendendo 103 Catadores/as e, em 2020, avançava para a consolidação de uma cooperativa de segundo grau, para isso, está se organizando no sentido de trazer outras cooperativas para sua base.

De acordo com Martins (2016), Ximenes Melo *et al.* (2019) e Sguarezi *et al.* (2019), a COOPERTAN se transformou em um laboratório de produção do conhecimento e tecnologia social em diversos campos teóricos. Ainda, um campo de estudos de diversas produções científicas, como pode ser observado no quadro 8, que aborda em seu contexto a cooperativa. Tais produções foram bases teóricas que contribuíram para analisar, compreender e aprender as

questões que envolvem a Autogestão nos EES e o processo de apropriação conhecimento contábil por parte de seus trabalhadores/as.

**Quadro 9 - Produções científicas realizadas na COOPERTAN, no período de 2008 a 2020**

AUTOR/ANO	TEMA ABORDADO
Luconi (2011); Luconi; Vieira (2011); Luconi (2011); Boin (2013)	Aspectos referentes à percepção dos Catadores/as, cognitivos
Moreira (2008); Sznitowski; Moreira (2009), Cristalino (2012); Ximenes Melo (2019)	Aspectos socioambientais
Martins (2016)	Dimensão educativas x trabalho
Vieira (2008); Vieira (2009); Lima <i>et al.</i> (2010), Veronese; Sguarezi; Martins (2011), Calhau (2013), Sguarezi; Borges (2014), Sguarezi; Silva; Borges (2014), Almeida (2018)	Aspectos econômicos
Sguarezi; Lima; Borges (2009), Senger; Sguarezi (2010); Lima (2010), Lima; Eid (2011), Sguarezi <i>et al.</i> (2011), Luconi; Sguarezi; Karling (2013)	Aspectos históricos
Senger (2008), Borges; Senger (2010), Lima <i>et al.</i> (2010), Sguarezi <i>et al.</i> (2010), Borges; Senger (2011), Senger; Sguarezi (2011); Gonçalves <i>et al.</i> (2020).	Organização do trabalho e modo de produção
Lima <i>et al.</i> (2013); Oliveira (2013).	Relação com a comunidade
Veronese (2009), Borges (2010), Sguarezi (2011, 2020) .	Aspectos socioeconômicos
Sguarezi <i>et al.</i> (2018, 2019).	Inovação social e tecnologia social

Fonte: com base em Martins, (2016), atualizado pela autora (2021)

Os Catadores/as, em suas iniciativas de organização, nos passos iniciais e depois organizados em cooperativa, de certa maneira, exigiram a implementação da coleta seletiva em Tangará da Serra-MT. Desse modo, ao mostrarem resistência para sair do Aterro Sanitário, no ano de 2005, obrigaram o Poder Público Local a criar o projeto Tangará Recicla. Assim, a coleta seletiva passa a ser planejada ainda em 2005, sendo realizada no município no final de 2006, quando foi feito o teste piloto e se intensificou com a formalização da criação da COOPERTAN. Segundo Ximenes de Melo *et al.* (2019), essa ação se deu antes da aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS/2010)<sup>44</sup>. Segundo a autora, Tangará da Serra foi a primeira cidade do Estado de Mato Grosso a implantar e executar regularmente a Coleta Seletiva de materiais recicláveis, ainda em 2005, quando criou o Programa Tangará Recicla<sup>45</sup>.

Percebe-se que os Catadores/as agiram, mesmo em clima tenso, e tomando seus lugares, sua identidade, conquistaram o espaço do poder público local e da Universidade. Esse fato mostra o protagonismo dos Catadores/as, isso deve ser considerado como uma grande

<sup>44</sup> BRASIL. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.

<sup>45</sup> Observação: O Programa Tangará Recicla foi criado em 2005, mas passou a operar a coleta seletiva só em 2006.

conquista e, ao mesmo tempo, como uma iniciativa de autonomia desses trabalhadores/as que não queriam ficar sem trabalho, assim, para evitar isso, optaram pela organização.

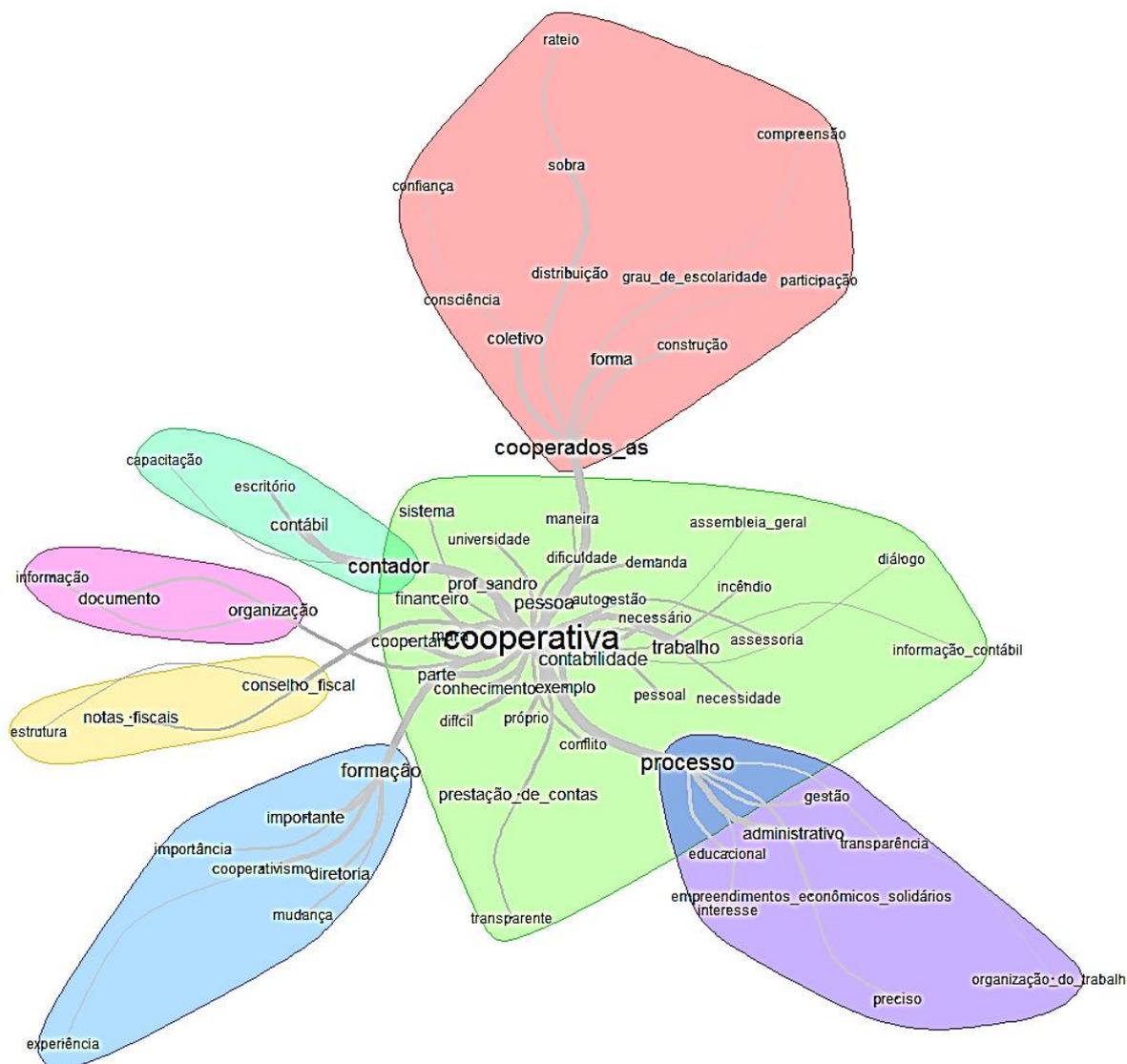
A COOPERTAN possui 15 anos de existência. Nesse contexto, é possível perceber a importância de um EES organizado e que oferece condições de trabalho digno, pautadas na gestão democrática que avança cada vez mais para a Autogestão. Nesses anos de existência, a COOPERTAN ensina que a Autogestão, a organização para o trabalho associado, é um processo inacabado, que deve ser buscado constantemente. São 15 anos de trabalho associado, com tantos avanços internos, superando tantas limitações, superando a lógica hegemônica do emprego, com tantas parcerias institucionais. A COOPERTAN, na figura de seus Catadores/as, mostra que é possível que trabalhadores oriundos de um lixão, ou de um aterro controlado, como era o caso em questão, têm possibilidades quando implementada a política pública com a coleta seletiva, dando uma resposta duradoura e sustentável para um problema histórico.

#### **4.2 A apropriação do conhecimento e a participação dos Trabalhadores/as no processo do controle contábil da COOPERTAN**

A partir das entrevistas transcritas das falas dos participantes, foi elaborado um *corpus* (unificado), requisito do *software* IRAMUTEQ. A apreciação dos resultados, por sua vez, ocorreu através da análise lexical (OLIVEIRA, 2008), que resultou em um total de 17.891 ocorrências (palavras, formas ou vocábulos), sendo 1.803 palavras distintas (ou formas) e 801 palavras com uma única ocorrência (hápx), ou seja, que se repetiram uma única vez. A partir da Figura 15, podemos identificar alguns vocábulos.



Figura 16 - Análise de similitude



Fonte: Software Iramuteq, dados da pesquisa (2021)

Por meio da Análise de Similitude, apresentada na Figura 16, é possível perceber a estrutura das relações entre as palavras que surgem com maior relevância através dos grupos de palavras. Os grupos são identificados pelas ramificações e pelas cores dos *clusters* da figura. Por meio dos grupos, observa-se, com base nas palavras-chave identificadas na Figura 15, que também foram identificadas na Figura 16, trazendo a correlação entre as palavras. A palavra “Cooperativa” apresenta-se na centralidade da figura, representando o termo que mais foi mencionado durante as entrevistas, de modo que as respostas giravam em torno do vocábulo cooperativa, e as demais expressões aparecem de forma periférica, mas todas, de alguma forma, interligadas à palavra “cooperativa”.

No centro superior da Figura 16, tem-se uma ramificação, na cor vermelha, representada pela palavra “*cooperados as*”, na sequência, como ramificações, as palavras “*coletivo*”, “*construção*”, “*consciência*”. No canto inferior direito, temos outra ramificação representada pela palavra “*processo*”, e, como sub-ramificação, os termos “*gestão*”, “*administrativo*” e “*educacional*”. Prosseguindo em sentido horário, temos quatro ramificações sendo respectivamente representadas pelas palavras “*formação*”, “*conselho fiscal*”, “*organização*” e “*contador*”.

Com base na análise da relação das expressões no *corpus*, é possível verificar que da palavra “*cooperativa*” surge uma ramificação para a palavra “*contador*”, esse *cluster* traz elementos ligados à contabilidade, os quais estão relacionados aos termos “*contábil*”, “*escritório*” e “*capacitação*”.

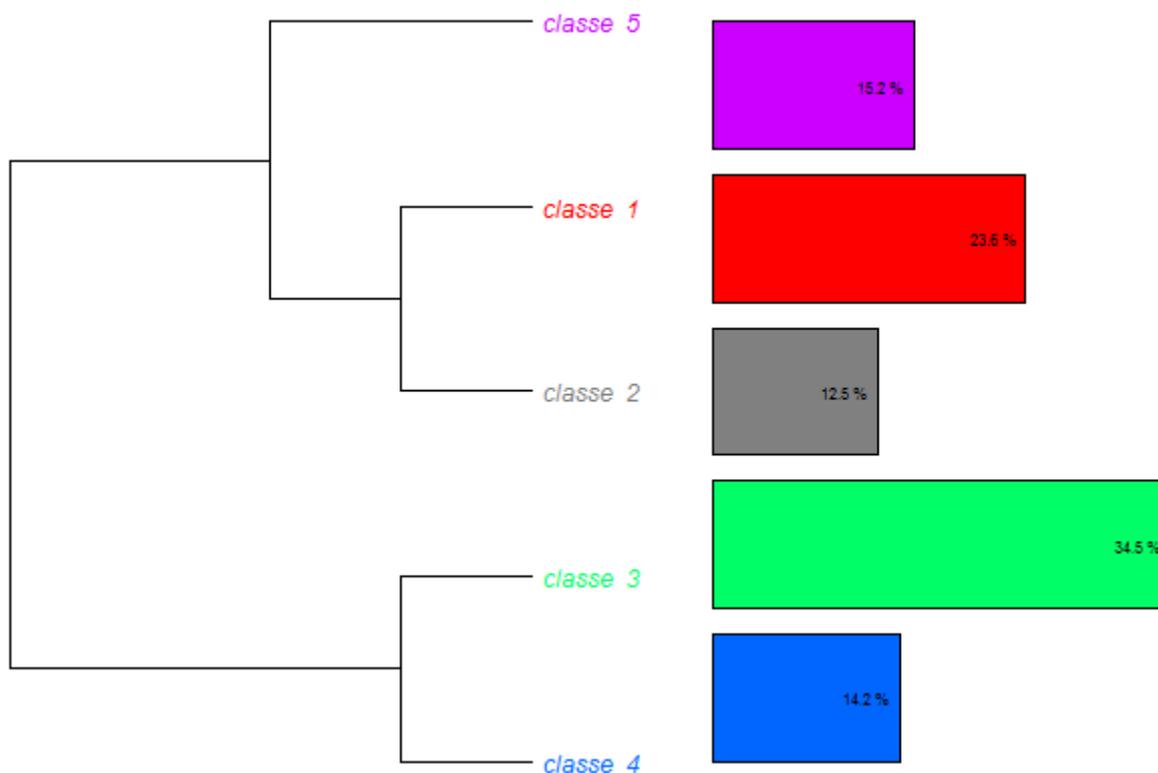
Com a Classificação Hierárquica Descendente (CHD), as 8 (oito) entrevistas realizadas resultaram em 773 segmentos de texto (ST), que representa as divisões feitas pelo *software* para processar a análise, através do Método Reinert, que, por sua vez, produz classes a partir da proximidade entre termos. Dos ST gerados, houve aproveitamento de 657, o que corresponde a 84,99% de retenção. Ressalta-se que, de acordo (CAMARGO; JUSTO, 2016), o aproveitamento do *corpus* deve ser de, no mínimo, 75%, o percentual de retenção do *corpus* deste estudo é considerado representativo

Do *corpus* derivaram cinco classes<sup>46</sup> na CHD: **Classe 1**, com 155 segmentos de textos (23,59%); **Classe 2**, com 82 segmentos de textos (12,48%); **Classe 3**, com 227 segmentos de textos (34,55%); **Classe 4**, com 93 segmentos de textos (14,2%); **Classe 5**, com 100 segmentos de textos (15,22%). A partir da Figura 17, pode-se observar a classificação.

---

<sup>46</sup> Optou-se por deixar as classes marcadas coloridas conforme suas cores para facilitar o processo de compressão e leitura das análises.

Figura 17 - Dendograma classificação Hierárquica Descendente

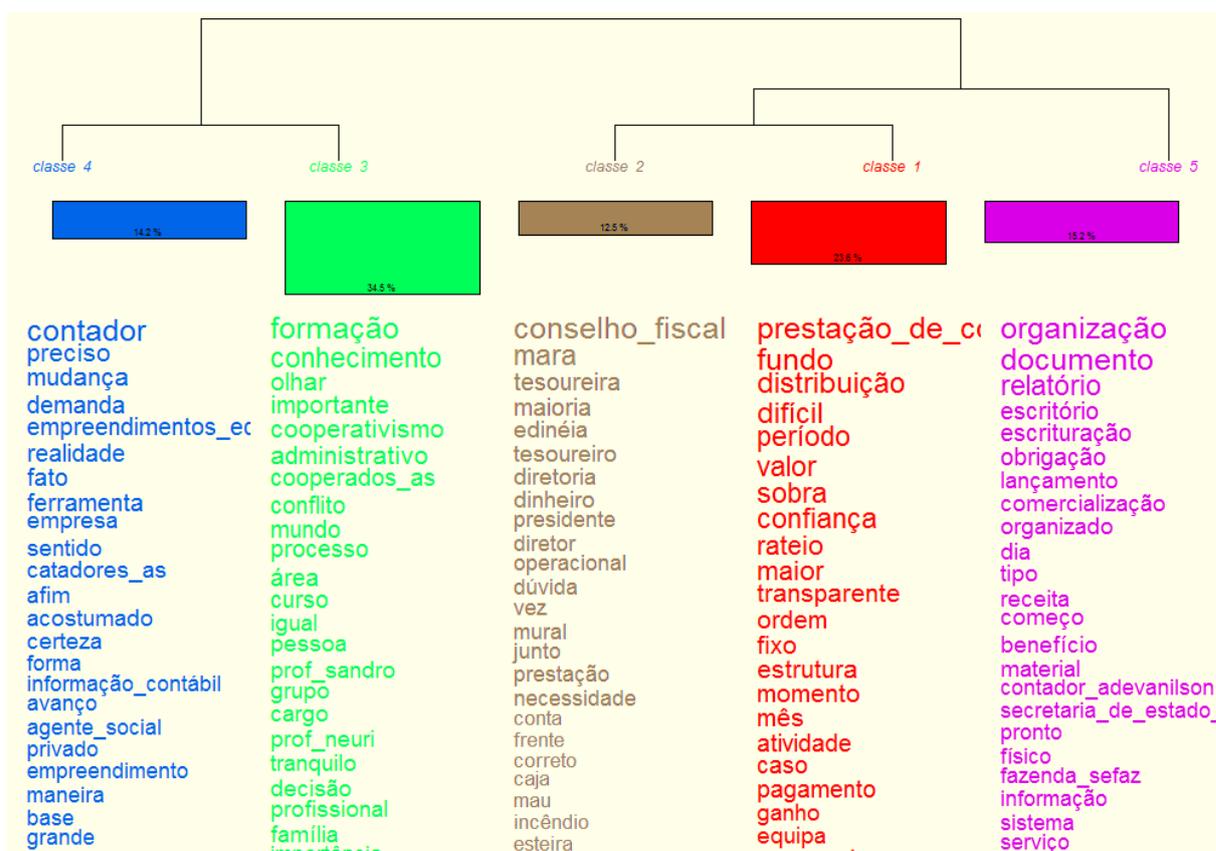


Fonte: Software Iramuteq, dados da pesquisa (2021)

Em um primeiro momento, o *corpus* foi dividido em dois subcorpus, separando a classe 5 do restante do material. Em um segundo momento, o subcorpus maior foi dividido, originando as classes 1 e a classe 2. Em um terceiro momento, há outra partição gerando a classe 3 e a classe 4. A classificação (CHD) parou aqui, pois as 5 (cinco) classes demonstraram-se compostas de unidades de segmentos de texto com vocabulário semelhante.

O dendograma da Figura 18 apresenta, dentro de cada classe, os conjuntos de palavras relacionadas, o que nos possibilita, a partir destas expressões, atribuir título às classes. Partindo da direita para esquerda, temos a classe 5, na cor lilás, sendo a mais independente, trazendo expressões que contextualizam a “*organização administrativa*” da cooperativa; a partir da classe 5, houve uma subdivisão, a qual resultou entre a classe 1, à esquerda da figura, na cor vermelha, com palavras que contextualizam o “*cooperativismo autogestionário*” e a classe 2, na cor marrom, reunindo expressões que evidenciam a “*governança*” na cooperativa; vinculadas a essas classes, tem-se a classe 4, na cor azul, com expressões que estão ligadas às “*demandas contábeis*” e a classe 3, representada pela cor verde reunindo elementos que contextualizam a “*Formação/Educação*”.

Figura 18 - Dendograma da Classificação Hierárquica Descendente com suas respectivas palavras



Fonte: *Software Iramuteq*, dados da pesquisa (2021)

A **classe 5**, situada à direita da figura, contendo 100 segmentos de textos (15,22%), sendo a classe mais independente, tendo como vocábulos com maior inferência termos relacionados à organização de documentos referentes à contabilidade. Esse resultado corrobora com o contexto da cooperativa em fazer uso de ferramentas e serviços contábeis em seus processos internos. Além disso, nota-se o quanto é necessária a organização de documentos para o bom desempenho da gestão contábil, como pode ser observado pelas falas que obtiveram maior *score*<sup>47</sup> apresentadas pelo software.

**Score: 193.17** porque como era desorganizado o âmbito administrativo, o **contador\_adevanilson** cobrava muito a **organização** deles porque sempre faltava **documentos**, papéis.

**Score: 171.29** porque para eu poder fazer a **escrituração**, eu necessito de **documentos organizados**, não qualquer **tipo** de **documento**.

<sup>47</sup> Segmentos de textos característicos da classe, de acordo com a ocorrência.

A **classe 4**, situada à esquerda da figura, com 93 segmentos de textos (14,2%), possui como expressão maior o “*contador*”, trazendo vocábulos que direcionam ao contexto das *demandas contábeis* necessárias para efetivar a Autogestão na cooperativa, as *limitações*:

**Score: 197.27** então, nós tentamos mostrar para o **contador** que **contabilidade tradicional** não ia atender a **demanda** dos empreendimentos **econômicos solidários**, que a cooperativa iria precisar de um **processo** realmente **educativo**.

**Score: 192.94** não podemos impor **avanços** tecnológicos que não condizem com a **realidade** dos empreendimentos **econômicos solidários**, isso ocasionaria um retrocesso e essa é uma das falhas ocasionadas pelo **contador** no **processo** de formação para Autogestão nas cooperativas.

A **classe 3**, identificada pela cor verde, situada ao centro da figura, com 227 segmentos de textos (34,55%), possui como expressão maior o vocábulo “*formação*”, configurando a relevância do processo formativo para os cooperados.

**Score: 128.32** o mais **importante** na **formação** e na **capacitação** técnica com os **cooperados\_as** é a **construção** do **conhecimento** com os **cooperados\_as** através de **processos educacionais**.

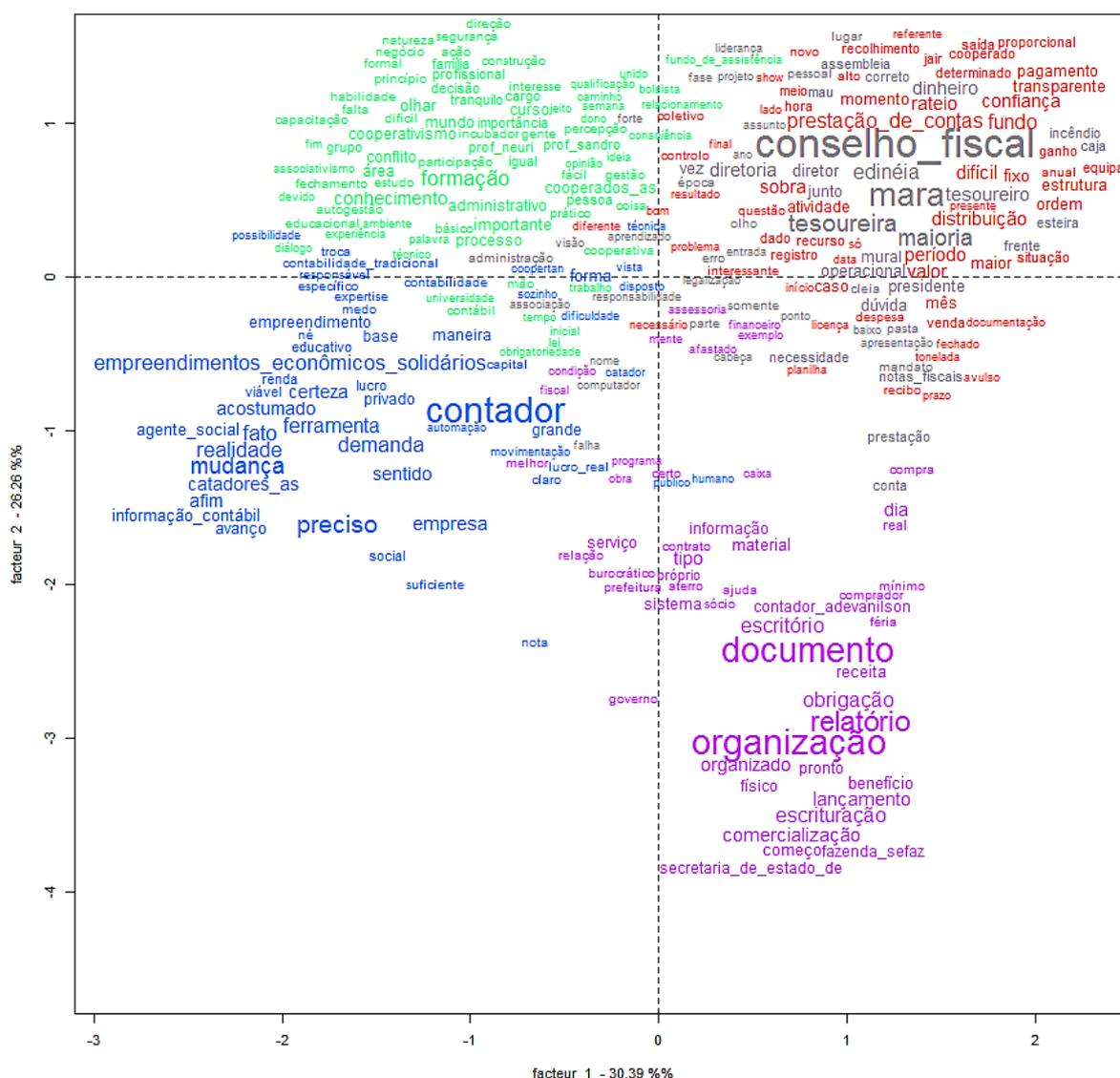
**Score: 103.41** e as **universidades** através das **incubadoras** tem realizado um papel **importantíssimo** auxiliando os catadores nesse **processo** participativo na **gestão** dos empreendimentos **econômicos solidários**, é de suma **importância** a **formação** na **autogestão**.

As **classes 1**, com 155 segmentos de textos (23,59%), e **Classe 2**, com 82 segmentos de textos (12,5%), respectivamente, possuem como principais expressões “*conselho fiscal*” e “*prestação de contas*”. Estas são derivadas da **classe 5**, expondo o contexto do que foi apreendido e que atingisse um nível de organização contábil melhor e eficiente. Os vocábulos *distribuição, transparente, diretoria e ordem* refletem esses saberes.

**Score: 144.55** no entanto, vejo uma fraqueza muito **grande** na **parte** do **conselho fiscal**, porque muitas **vezes** para os cooperados que assumem a **pasta** do **conselho fiscal** não possuem conhecimento nenhum sobre o trabalho.

**Score: 113.76** então os cooperados\_as foram aprendendo a ser **transparente** e confiar uns nos outros por **meio** da **prestação de contas**, então a **confiança** era o **maior** problema, no meu ponto de vista.

Figura 19 - Análise Fatorial por Correspondência



Fonte: *Software Iramuteq*, dados da pesquisa (2021)

Na apresentação gráfica da Figura 19, por meio da Análise Fatorial por Correspondência (AFC), temos um plano cartesiano, o qual está exposto na parte superior central dos quadrantes inclinando para a borda esquerda, tendendo à formação de um conglomerado de palavras. Tal caso mostra a relação entre a **classe 1** e a **classe 2**, justificando, assim, estarem elencadas ao mesmo subcorpus A (Figura 20), identificadas pelas cores vermelho e marrom.

As palavras que mais apresentam aproximação entre si são as classes 1 e 2 (com imbricamento mais forte). A **classe 3** e **classe 4** possuem uma leve ligação com o grupo de classes homogeneamente predominante, tendo como potenciais expressões as palavras “prestação de contas” (**classe 1**) e “conselho fiscal” (**classe 2**), respectivamente. Desse modo,

notou-se que as expressões que compõem tais classes estão harmonizadas, de maneira que impede que se desmembrem. Na parte esquerda superior, identificada pela cor verde, encontra-se o grupo de palavras vinculadas à **classe 3**, que se potencializa a palavra “*formação*”.

No quadrante inferior direito, representado pela cor lilás, têm-se um agrupamento de palavras que representa a **classe 5**, tendo como palavra central “*organização*” e, ainda, inversamente a esse grupo, no quadrante superior esquerdo, representado pela cor verde, temos a **classe 3**, que possui como palavra destaque “*formação*”.

Nesse contexto, considerando-se a base teórica empírica desta pesquisa, bem como a AFC apresentada pelo software de análise, através da Figura 19, optou-se por categorizar analiticamente os dados a partir de três categorias provenientes da discussão teórica e do desenvolvimento da investigação, conforme exposto no Quadro 9, as quais serão discutidas nas subseções a seguir.

**Quadro 10 - Categorias de Análise**

Classes	Categoria Analítica	Fontes
1 Cooperativismo Autogestionário 2 Governança 5 Organização administrativa	Cooperativismo autogestionário	Singer (2003); Gaiger (2013); Pinho (1966; 2004) Cançado (2004); Sguarezi (2020)
3 Formação/Educação 4 Demandas contábeis	Educação Popular: apropriação do conhecimento	Freire (1987; 2013) Singer (2003); Gadotti (2012); Tiriba (2009), Gaiger (2013); Cançado (2004) Almeida (2016); Baptista, (2017); Cappelari e Drei, (2020); Grando, (2019)
Todas as classes	Resiliência: a luta pela consolidação no processo de autogestão da COOPERTAN	Singer (2003); Gaiger (2013); Freire (1987; 2013); Sguarezi (2011; 2020)

Fonte: elaborado pela autora, 2021.

#### 4.2.1 Cooperativismo Autogestionário

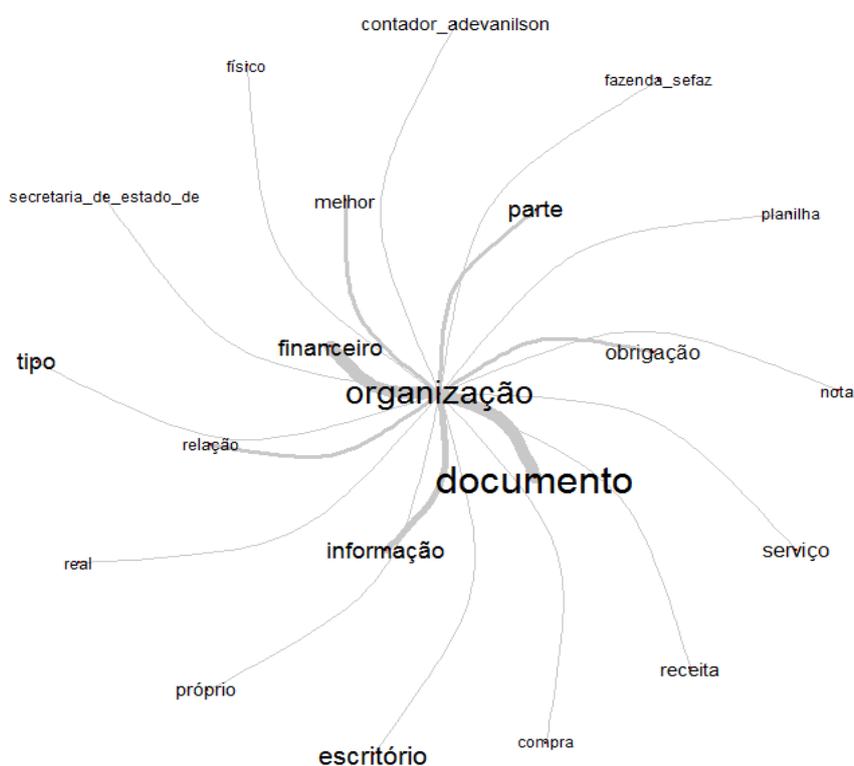
Nessa categoria analítica, a intenção foi analisar se os princípios da Economia Solidária (ES) e do cooperativismo estão presentes na COOPERTAN, bem como a sua estrutura organizativa, através das **classes 5 (Organização administrativa)**, **2 (Governança)** e **1 (Cooperativismo Autogestionário)**.

Para que o processo de tomada de decisão no empreendimento seja eficiente, há a necessidade do empreendimento elaborar relatórios contábeis/financeiros. Para tanto, a

contabilidade conta com as ferramentas de controle, as quais fornecem os dados para a construção dos demonstrativos, oferecendo suporte aos gestores nos processos decisórios, proporcionando formação e conhecimentos através de um processo dialógico entre os cooperados (MORGADO, 2008; SILVA; MENDONÇA, 2019).

Observamos agora a análise de similitude da classe *Organização Administrativa*, a partir da palavra *organização*.

**Figura 20 - Análise de similitude da palavra organização**



Fonte: Software *Iramuteq*, dados da pesquisa (2021)

Por meio da análise de similitude (Figura 20), observa-se que a *organização* refere-se à questão administrativa, ou seja, a organização dos documentos necessários para escrituração e controle da cooperativa, os quais são encaminhados ao escritório de contabilidade, frisando-se que sua organização no empreendimento é primordial para a efetividade do controle contábil e financeiro. Essa organização de documentos envolve todos os documentos da cooperativa relativos aos registros financeiros das entradas e saídas, entre outros, tais como notas fiscais de comercialização, pagamentos e recebimentos. A COOPERTAN, inicialmente, teve alguns limites quanto à organização das informações contábeis. Segundo o contador da cooperativa, essa organização envolve também a questão das datas de transmissão das obrigações acessórias,

então, a ausência dessa organização reflete nessa demanda. Quando não há essa organização interna no empreendimento, o contador fica sem condições de fazer todos os lançamentos contábeis. Desse modo, isso pode culminar, muitas vezes, no não cumprimento das obrigações contábeis e, conseqüentemente, no atraso do envio das informações ao fisco, o que gera multas e outras penalidades.

Justifica-se essa falta de organização na COOPERTAN em razão da não familiaridade dos cooperados com a organização de processos e documentos contábeis, administrativos/financeiros.

*eles tinham uma dificuldade muito grande, não sei hoje, mas até onde sei tinham muita dificuldade com a organização de documentos, porque para poder fazer a escrituração, eu necessito de documentos organizados não qualquer tipo de documento (Contador Adevanilson).*

*era desorganizado o âmbito administrativo da cooperativa, então contador Adevanilson cobrava muito a organização deles porque sempre faltava documentos, papéis (Professor/Técnico Neuri).*

Comumente, fica a cargo dos empreendimentos providenciar essa documentação, no entanto, por se tratar de procedimentos burocráticos que não são comuns aos membros desses empreendimentos, é necessário um esforço coletivo para atender a esses requisitos. É preciso ensinar e fazer formação para que os Catadores/as se apropriem dessas técnicas, desses conhecimentos contábeis. Segundo Eid, Chiariello (2009), a função de ser um trabalhador de um EES é diferente da função de um empregado na empresa. O trabalhador associado precisa produzir e, ao mesmo tempo, planejar, pensar o trabalho. A gestão do empreendimento representa um desafio para os cooperados.

Na lógica hegemônica, os processos de educação ensinam a lógica empresarial e não coletiva. Em outros termos, os trabalhadores na lógica produtivista estão preparados geralmente para obedecer, para produzir com base nas ordens dos gerentes, eles aprendem a ser empregados e não a gerir para fazer Autogestão. Essas limitações dos Catadores/as oriundos, em sua maioria do lixão e do aterro sanitário, em relação à burocracia e à organização administrativa de processos, levaram a cooperativa a enfrentar problemas internos de organização, atingindo inclusive a receita do empreendimento e de seus trabalhadores:

*A cooperativa já teve muitos problemas [...] em 2011 tivemos um problema financeiro com o presidente, que estava fazendo algumas coisas em benefício próprio, endividou a cooperativa, e até perdemos o contrato com a SAMAE por alguns meses (Cooperado Elvandro).*

Destaca-se que nenhum empreendimento está livre de passar por situações como essa, no entanto, se os associados tiverem formação, informações e uma noção básica de conhecimentos em relação aos processos administrativos, contábeis e financeiros, torna-se mais difícil ocorrer esse tipo de problema. Quando os trabalhadores se apropriam desses conhecimentos, podem agir e evitar tais questões, podem decidir sobre o destino do empreendimento, e isso só ocorre com empoderamento, que só se alcança com a educação para o cooperativismo.

Tiriba (2007) aponta que é de suma importância que os trabalhadores associados dominem operações básicas, que garantam a remuneração de seus integrantes e a manutenção do próprio empreendimento. Para que se tivesse uma melhor organização administrativa, contábil e financeira, uma melhor organização documental das informações, foi preciso fazer essa formação técnica específica. Esse processo de formação dos Catadores/as foi articulado pela incubadora IOCASS e pelo Núcleo de Políticas para a Economia Solidária (NUPES), com base nas orientações do contador, envolveu, e ainda envolve, porque é contínuo, a diretoria e o conselho fiscal.

*Não tinha trabalhado com nenhum tipo de cooperativa, deixei bem claro na época, não sabia nada, mas me dispus a conhecer, porque assim no começo eu não cobrava o serviço, tivemos dificuldades, mas fomos aprendendo (Contador Adevanilson)*

Esse processo, oriundo da necessidade de organização dos documentos, resultou no desenvolvimento pessoal dos/as Catadores/as, bem como organizacional e estrutural da cooperativa, no que diz respeito à realização dos documentos contábeis pelos cooperados, facilitando a vinculação e transparência das informações contábeis, que reúne todos os campos, assim, ajustes foram sendo realizados.

*para fazer essa parte contábil, fazia tudo lá no NUPES na sala do professor Neuri<sup>48</sup>, e até que começou estruturar tudo e começa fazer tudo aqui dentro e mandar a parte burocrática para o escritório de contabilidade (Cooperada Mikaela).*

---

<sup>48</sup> O professor Neuri Elieser Senger é historiador, professor da Rede Pública Municipal. Entre 2005 e 2007 foi aluno da primeira Pós-Graduação em Economia Solidária do país ofertada pelo Núcleo UNEMAT/UNITRABALHO-NECOMT em parceria com a Prefeitura Municipal de Tangará da Serra-MT. Desde 2005 é voluntário no NECOMT/GDRS-IOCASS onde exerce o papel de formador em Economia Solidária. Entre 2010 e 2020 foi coordenador do Núcleo de Políticas para a Economia Solidária no município.

Importante mencionar que houve grande aprendizado em torno desse problema, visto que avançou entre as instituições e, sobretudo, entre as pessoas, chegando ao cotidiano dos Catadores/as.

*Eles iam até minha casa ou eu me dirigia até a cooperativa com meu computador e fazíamos todos os lançamentos do caixa e demais documentos. Além disso, também reuníamos com o contador Adevanilson para sanar dúvidas (Professor/Técnico Neuri).*

Atualmente, os/as Catadores/as da COOPERTAN organizam toda a documentação no escritório da cooperativa, posteriormente, essa documentação é encaminhada ao escritório de contabilidade para a escrituração contábil, que deve ser realizada mensalmente. Verifica-se que o processo atingiu um patamar organizativo documental eficiente, tendo em vista que, após o ano de 2016, a cooperativa passou a fazer uso de sistema gerencial de automação contábil, como afirmam os entrevistados:

*lá por 2009, 2010, 2012, não recordo bem, eles adquiriram um sistema comercial, e deixaram a planilha que havíamos [incubadora e cooperativa] construído manualmente [...], com o sistema, eles se libertaram, eles pegaram o feling, o jeito da coisa (Professor/Técnico Neuri).*

*no sistema encontro rapidamente informações que preciso, recibos, vendas e relatórios [...], fazemos todo o processo da documentação, lança receita e despesas tudo organizadinho e passa para o contador organizados os documentos contábeis (Cooperada Cleia).*

*os documentos vão para o escritório [de contabilidade] apenas para realizar escrituração. Hoje em dia, encaminhamos tudo organizado para o contador\_Adevanilson (Cooperada Mara).*

Dessa forma, isso evidencia que os Catadores/as se apropriaram dessas técnicas básicas, que são fundamentais para a gestão e para Autogestão. Ao analisarmos a **classe 2** (Governança), que é oriunda da **classe 5**, percebe-se o contexto da necessidade de possuir uma organização enquanto estrutura para o desenvolvimento e consolidação do empreendimento.

A consolidação de um empreendimento coletivo depende de vários fatores, mas a transparência é fundamental, porque sem transparência não há confiança, por conseguinte, sem confiança, não existe empreendimento que seja sólido e funcione. A COOPERTAN tem colocado as técnicas de administração e da contabilidade a serviço dos trabalhadores, a serviço da Autogestão para melhorar a governança da cooperativa. De acordo com Cornforth (2004), a governança no sentido democrático é o que difere as cooperativas solidárias das demais.

A perspectiva democrática sobre a governança sugere que o trabalho dos membros do conselho de administração – diretoria – deve representar os interesses dos sócios do



A Figura 21 reproduz a árvore de similitudes da **classe Governança** da COOPERTAN. Nela, identificamos as ramificações do vocábulo *conselho fiscal*, mais fortemente vinculado às palavras *Mara* e *diretoria*. Por sua vez, a palavra *Mara* possui ramificação com o vocábulo *dúvida*, esse fato ocorre porque os entrevistados reconheceram a cooperada Mara<sup>49</sup> como uma pessoa, uma sócia, fundamental no processo de organização administrativa da cooperativa, em especial no campo contábil, visto que ela é contadora:

*Então até que a Mara foi para lá, ela ajudou muito eles antes dela, a cooperativa era desorganizada a ponto de chegar uma época e eu dizer (Contador Adevanilson).*

*Até onde sei se há dúvida de ambas as partes o pessoal conversa, mas isso porque tem a Mara aqui que é a contadora (Cooperada Silvana).*

*A Mara tem uma força muito grande dentro da cooperativa até porque a cooperativa hoje a maioria é mulher, tem poucos homens, mas a maioria são mulheres (Cooperado Elvandro).*

A importância das mulheres dentro da COOPERTAN é muito forte. Toda a diretoria é composta por mulheres. Dos seis membros do conselho fiscal, apenas dois homens fazem parte, sendo um titular e um suplente. Apesar de não aparecer nas análises de similitude, evidencia-se a importância dessas mulheres na diretoria e na estrutura organizacional da cooperativa.

Segundo Oliveira (2015), a estrutura organizacional da cooperativa tem como soberana a assembleia geral composta por todos os sócios da cooperativa. O vocábulo *diretoria* está ligado à estrutura organizacional da cooperativa e, no caso investigado, está vinculado aos vocábulos *assembleia*, *diretoria*, *tesoureiro*, *administrativo*. Na assembleia geral, todas as deliberações estratégicas são decididas, indicando à diretoria as decisões a serem tomadas para o bom desenvolvimento do empreendimento.

*A prestação de contas é apresentada na assembleia, a produção, os gastos da cooperativa, as notas fiscais, o que recebemos. O conselho fiscal avalia e verifica a cada 60 dias junto com a administração, tesouraria e conselho fiscal (Cooperado Elvandro).*

*hoje é normal na COOPERTAN o conselho fiscal chegar e falar queremos ver o processo porque é fiscalizar normal (Professor/Técnico Neuri).*

---

<sup>49</sup> A Cooperada Maria das Dores, conhecida como Mara, é contadora e tomou contato com a COOPERTAN entre 2014 e 2015 quando foi bolsista CNPq do Programa IOCASS. Aos poucos foi se encantando com o trabalho associado, com a luta dos Catadores/as e após o término do contrato de bolsista com a universidade foi convidada a trabalhar na cooperativa de empregada. Mas ela recusou, optou por assumir a identidade de Catadora e se associar a cooperativa. Após mais de um ano trabalhando sem nenhum vínculo empregatício, e dialogando com os Catadores e o MNCR ela foi indicada numa Assembleia Geral. Sua indicação obteve unanimidade. Hoje ela é pedagoga, e representa a COOPERTAN em vários conselhos municipais. Também é secretária do Fórum Municipal de Economia Solidária e representante do Centro Oeste Brasileiro no Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES).

*a maioria está sempre presente, participam com força quando a diretoria chama para conversar, eles sempre atendem, pois sempre decidimos no coletivo exceto quando é algo que é de responsabilidade da diretoria (Cooperada Cleia).*

Evidencia-se aqui a importância do princípio da gestão democrática (CANÇADO, 2004) e (GAWLAK; RATZKE, 2013), que consiste na participação ativa do cooperado na gestão, ou seja, evidencia-se a Autogestão em uma *práxis*. Percebe-se que a estrutura presente na COOPERTAN configura uma estrutura organizacional pautada nas práticas da governança democrática (CORNFORTH, 2004; OLIVEIRA; GUIMARAES, 2021).

Essa categoria aponta, ainda, a *necessidade* de formação e *qualificação* para o conselho fiscal, que representa nesse item a estrutura de controle social e organizacional da cooperativa, segundo os entrevistados:

*mas nesse âmbito vejo também a necessidade de investimentos, tem que investir no contador, na estrutura de formação para o conselho\_fiscal (Contador Adevanilson).*

*acho sim uma necessidade ter essa qualificação, e eles tem que ser rápido a questão dessas formações principalmente do conselho fiscal [...] Eu acho um pouco fraco a questão da observação do conselho fiscal (Cooperado Elvandro).*

*Eles precisam ter o entendimento dos processos, das coisas no administrativo, os fundos, os documentos necessários. Saber mais ou menos o que é Contas a pagar, fazer os relatórios, [...] E importante considerar as dificuldades deles também. Tem jovens que tem facilidade, e tem alguns outros que não (Cooperada Mara).*

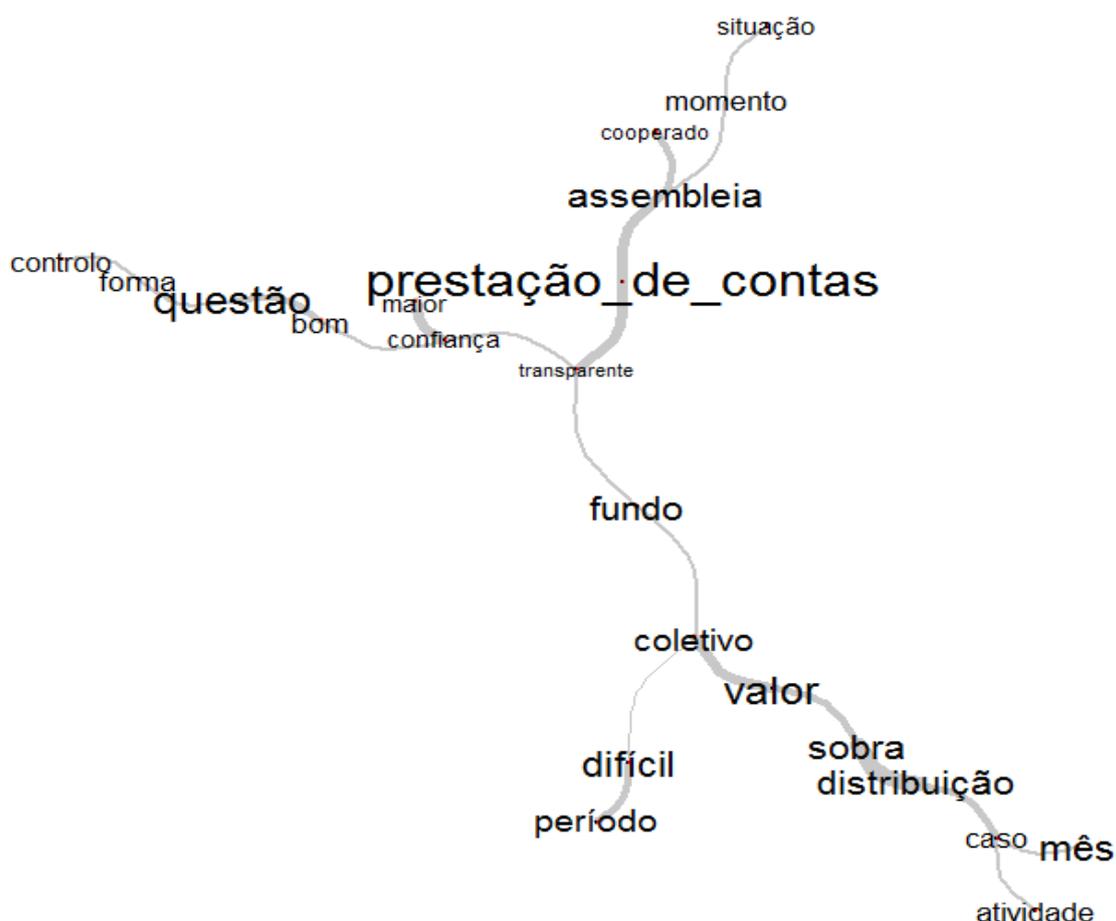
Por meio dessas falas, nota-se que os cooperados adquiriram certo conhecimento com relação aos processos contábeis, ainda, que reconhecem a necessidade de novos aprendizados, da continuidade dos processos de formação para o cooperativismo. Desse modo, dialogando com o 5º princípio do cooperativismo: Educação, formação e informação (BERTUL; CANÇADO; SOUZA, 2012) e (GAWLAK; RATZKE, 2013) para o cooperativismo, despertando a consciência dos trabalhadores para o exercício do trabalho coletivo.

*A questão do paradigma trabalho “empregado” ainda era muito forte na cabeça deles, alguns ainda não tem consciência Quem tem essa consciência? Quem são os mais antigos, que passaram pelas formações, que vieram do lixão, e estão há mais tempo no processo, eles dão mais valor, tem internalizado essa questão do cooperativismo (Professora/Técnica Ana Maria).*

O exercício da participação, da Autogestão, torna-se um processo pedagógico que leva ao empoderamento e à autonomia dos trabalhadores e da cooperativa, o que dialoga com o 4º princípio do cooperativismo: Autonomia e independência. Para GAWLAK; RATZKE, (2013, p. 24), “Esse princípio garante as condições que assegurem o controle democrático pelos seus membros e mantenham a autonomia da cooperativa”. Autonomia dos trabalhadores no

processo autogestionário do empreendimento e em relação aos órgãos externos do estado ou do mercado.

Figura 22 - Árvore de similitude da classe Cooperativismo Autogestionário



Fonte: Software Iramuteq, dados da pesquisa (2021)

Ao analisar a árvore de similitude da **classe Cooperativismo Autogestionário** (figura 22), pode-se observar, por meio dos vocábulos, um campo direcionado à caracterização da COOPERTAN enquanto cooperativa de Autogestão. A palavra central que ocorre é *prestação de contas* e remete à efetividade da *transparência* nos processos. Isso vai proporcionar *confiança* aos cooperados, pois nenhum empreendimento alcançará sustentabilidade sem transparência e sem relações de confiança entre seus sócios:

*Se não há a observação, o controle da contabilidade, que gera transparência, não tem confiança. Então, essa coisa da autogestão pressupõe a vigilância das pessoas participar do processo de decisão como um todo. Porque assim, tem como você pegar uma nota de prestação de serviço e colocar na prestação de conta, mas aí acontece*

*que vai encontrar uma diretoria que vai questionar que nota é essa? Então aí que vai empoderando, aliás, as pessoas vão percebendo e vão se empoderando. Vão aprendendo. Parece simples, mas difícil de fazer, porque tem que se sentar com os cooperados que não tem afinidade nenhuma com a contabilidade (Professora/Técnica Ana Maria).*

Para Dall’Agnol (2017), a prestação de contas precisa fazer parte da rotina do empreendimento, e os sócios precisam se apropriar de conhecimentos que lhes permitam compreender e controlar esse processo. No sentido mais amplo, a prestação de contas vai além da demonstração de resultados, atingindo efetividade, vai consolidar os laços de confiança entre os trabalhadores sócios.

*Então os cooperados/as foram aprendendo a ser transparentes e confiar uns nos outros por meio da prestação de contas, então a confiança era o maior problema no meu ponto de vista (Professora/Técnica Mayla).*

*A gente tem o controle do que entra e sai. Referente à utilização dos fundos<sup>50</sup> é para a gente mesmo, mas a gente sempre pega recibo e nota para deixar transparente. Porque o fundo também tem prestação de contas, eu considero bem transparente. (Cooperada Mara).*

Outro vocábulo que possui forte ligação é o vocábulo *coletivo*, tendo em vista que demonstra a apropriação dos princípios do trabalho associado pelos entrevistados. Nesse contexto, então, é possível confirmar o exercício da Autogestão no cotidiano da COOPERTAN. São os *cooperado/as* que decidem, gerenciam, “*questiona*” a forma como serão distribuídas as “*sobras*”, a metodologia de “*rateio*”. Tudo passa pela discussão coletiva, pelo diálogo, muitas vezes, esse diálogo é difícil e precisa ser mediado por alguém da incubadora.

*Eles são independentes já, a Mara liga apenas para tirar dúvidas, geralmente eles têm a solução, mas conversam comigo e o Sandro para ver a melhor **decisão** ser tomada as vezes [...]A **prestação de contas** era feita no papel pardo, e então eles iam anotando e discutindo, hoje em dia eles tem programa, e isso facilita bastante a prestação de contas, realizam nas assembleias, com data show (Técnico Neuri).*

*Se alguma **decisão** que as vezes a diretoria toma, e depois é **questionada** pelo coletivo, a gente **reuni** e **discute** sobre a decisão com o **coletivo** (Cooperada Mikaela).*

---

<sup>50</sup> A lei 5761/1975 prevê os fundos obrigatórios, conforme segue: “Fundo de Reserva, utilizado para o desenvolvimento da cooperativa e coberturas de perdas futuras. No mínimo 10% das sobras líquidas; ao FATES (Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social) - mínimo 5% das sobras líquidas, cuja finalidade é a prestação de assistência técnica, social e educacional aos associados, seus familiares e funcionários; a outros fundos, que poderão ser criados com a aprovação da assembleia geral (art. 28 – Lei 5.764) (GAWLAK; RATZKE, 2013, p. 67). A COOPERTAN criou o Fundo Rotativo Catadores Andando Junto Ambientalmente (CAJA), esse é um fundo diferente. Em 2020 o CAJA tinha mais de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) disponível para empréstimos diretos e sem juros para empréstimo pessoal aos seus sócios. Sobre Fundos Rotativos Solidários (FRS) ver Finanças Solidárias III CONAES.

*Fundo Rotativo Solidário CAJA, ele tem uma coordenação (coordenadora, financeira e conselho fiscal também). Separado da cooperativa. Uma conta bancária também separada, mas no nome da cooperativa. A gente tem o controle do que entra e sai. Referente a utilização dos fundos é para a gente mesmo, mas a gente sempre pega recibo e nota para deixar transparente. Porque o fundo também tem prestação de contas, eu considero bem transparente. A gente tem quase 100 mil reais nesse fundo, se o cooperado precisar de empréstimo ele pode pegar, e pagar sem juros ainda (Cooperada Mara).*

Com base nesses contextos, percebe-se que a COOPERTAN tem como protagonismo os princípios da ES atrelada às raízes do cooperativismo, não figurando assim uma Coopergatos, ou cooperativa empresarial em que os valores econômicos estão acima do desenvolvimento humano (SINGER, 2008). Assim, constituem uma organização transparente, autogestionária e sustentável.

Nas falas dos entrevistados, é perceptível a autonomia dos sujeitos e a satisfação em atuar em um empreendimento com valores sustentáveis, com a oportunidade de participar dos processos decisórios, pautados na coletividade, solidariedade e cooperação. Desse modo, a COOPERTAN representa uma manifestação concreta do processo de Autogestão, organização coletiva trabalho, que contribuiu e continua a contribuir com a transformação social não só dos cooperados, mas da sociedade na qual a cooperativa está inserida.

#### 4.2.2 Educação Popular: formação e apropriação do conhecimento

O primeiro ponto de análise da apropriação de conhecimentos contábeis pelos cooperados da COOPERTAN consiste em identificar como ocorreu o processo formativo dos cooperados. Na Classificação Hierárquica Descendente (CHD), identifica-se que as **classes 4 (demandas contábeis)** e **3 (formação/educação)** trazem em seus conteúdos vocábulos referentes ao processo de apropriação do conhecimento em relação à contabilidade na COOPERTAN, questões referentes à contabilidade para as cooperativas autogestionárias e como ocorreu o processo de identificação da contabilidade como uma ferramenta que pudesse auxiliar nessa tomada de decisão coletiva. Além disso, foi preciso superar os desafios na aplicabilidade da contabilidade, visto que as normas da contabilidade<sup>51</sup>, os marcos jurídicos no Brasil foram e são elaborados com base na lógica hegemônica da sociedade capitalista.

---

<sup>51</sup> Vide o resultado da entrevista com o Contador p. 115 “Não tinha trabalhado com nenhum tipo de cooperativa, deixei bem claro na época, não sabia nada, mas me dispus a conhecer, porque assim no começo eu não cobrava o serviço, tivemos dificuldades, mas fomos aprendendo (Adevanilson)”. Mesmo com formação me curso superior

Para a COOPERTAN, o campo contábil foi um dos itens que exigiu também dos cooperados formação para se ter o conhecimento básico. Dessa maneira, demandas foram surgindo, evidenciando para o EES um desafio, como já mencionado por Almeida (2006) em sua pesquisa.

Um dos pontos expostos pelos entrevistados foi que o contador da cooperativa estava “*acostumado*” a trabalhar com empresas que permeiam a linha da lucratividade, desenvolvendo assim *contabilidade tradicional*.

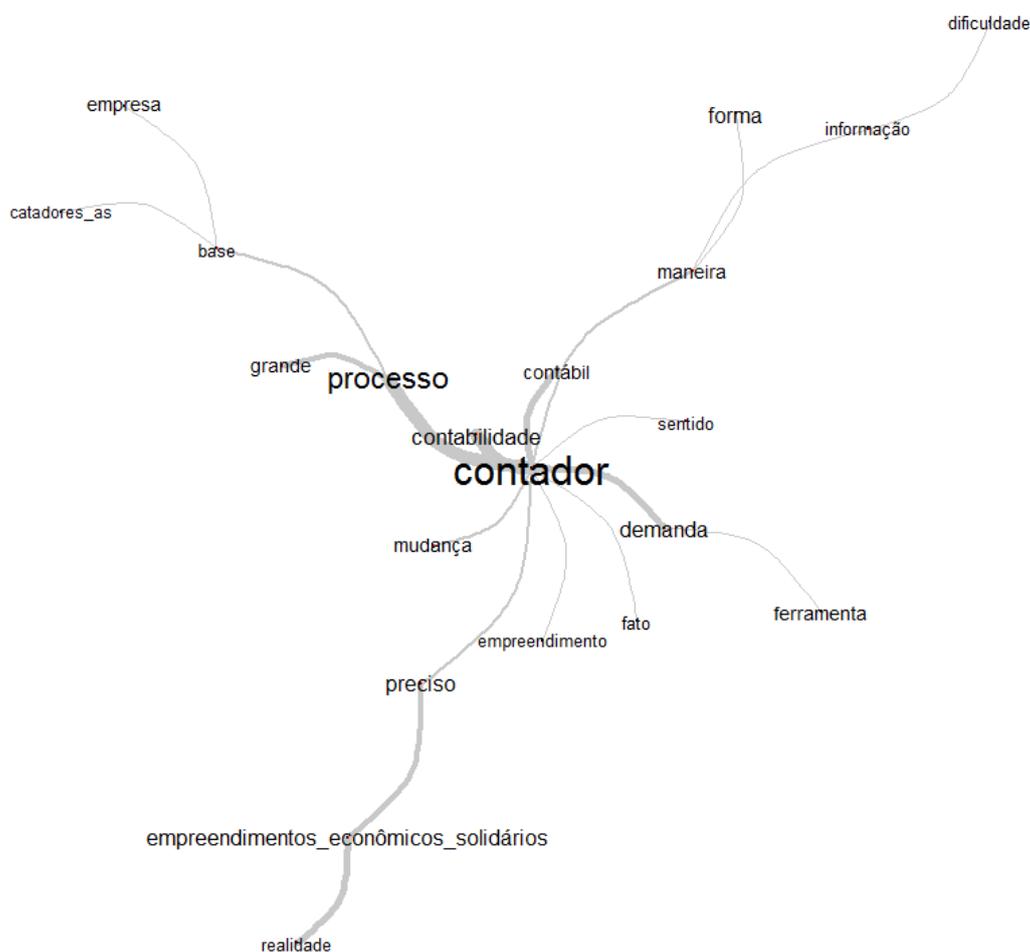
*nós tentamos mostrar para o contador que contabilidade tradicional não ia atender a demanda do empreendimento, que a cooperativa iria precisar de um processo realmente educativo, onde o contador teria que ir até o seu cliente, participar de repente de uma assembleia, ver como funcionava, quais eram as dores daquele público, daquele cliente, para ele tentar compreender como a contabilidade poderia resolver* (Professor/Técnico Mayla).

Essa questão mostrou a necessidade da troca de saberes entre o contador e os cooperados, tendo em vista a ideia de que ambos adquirissem conhecimento para melhor adaptação à realidade da COOPERTAN. Esse processo educativo aconteceu de forma associada, evidenciando o conceito da viabilidade científico tecnológica (ZART, 2014).

---

de uma universidade pública o contador não tinha conhecimentos, nunca tinha trabalhado com cooperativas, essa é uma realidade não só no Mato Grosso, mas no país.

Figura 23 - Árvore de similitude da classe Demandas contábeis



Fonte: Software Iramuteq, dados da pesquisa (2021)

Na árvore de similitude (Figura 23), da **classe Demandas contábeis**, a partir da expressão *Contador*, com maior destaque na classe, observa-se forte associação com a palavra *processo*. Esse vocábulo vem indicando o processo em três esferas, na visão dos entrevistados, sendo os processos contábeis relacionados ao contador, os processos administrativos relacionados à gestão da cooperativa, os processos educacionais ligados à formação do profissional contábil e dos sócios da COOPERTAN.

Essa realidade se confirma quando observadas as contextualizações das demandas contábeis para os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), seus limites relacionados ao marco regulatório para esses empreendimentos (PONTES, OSTERN, 2004; ALMEIDA, 2006; MARCONATO, 2020) e com relação à formação do profissional contábil.

*É uma situação de aridez, é árido, tem contador que não gosta de lidar com cooperativa porque tem que aprender de novo, além disso, interpretar o que*

*tem de legislação para aplicar no empreendimento, porque não tem nada específico. Por isso, eles [contadores/escritórios de contabilidade] preferem lidar com as empresas do capital (Professora/Técnica Ana Maria).*

Evidencia-se que a cooperativa possui um contador que realiza as suas atividades contábeis, mas que há um processo de contabilidade que tem como base as empresas de capital. Desse modo, esses processos contábeis precisam sofrer uma adequação sociotécnica para que atendam os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES).

*Os escritórios fazem a contabilidade da cooperativa como se fosse de uma empresa convencional na lógica do capital e aí que precisa de contador com expertise na área de autogestão (Professor/Técnico Neuri).*

*Os catadores possuem dificuldade de interpretar algumas informações parece que eles invertem as informações, é preciso cuidar com o que fala, a forma que fala (Cooperada Mara).*

Segundo Almeida (2006), um dos desafios do uso da contabilidade nos EES é fazer com que os associados compreendam e se apoderem do controle e passem a evidenciar as mutações patrimoniais das entidades por meio das técnicas contábeis.

Para tanto, o domínio básico no uso das técnicas tende a auxiliá-los para que possam ter informações técnicas confiáveis, fidedignas à realidade daquilo que está acontecendo na cooperativa. Assim, para que eles possam ter suporte técnico adequado para as tomadas de decisões que envolvem a contabilidade e a vida da cooperativa.

Souza *et al.* (2016) afirmam que o papel de expor a relevância da contabilidade para as cooperativas cabe aos contadores, porque estes compreendem e dominam os conceitos e o conteúdo da contabilidade. Dessa forma, colocando-se como *agentes sociais*, transmitindo informações que deixem de forma mais clara essa importância, gerando uma nova percepção nos cooperados em relação à contabilidade. Nas respostas dadas pelos entrevistados, há destaque para:

*O contador enquanto **agente social**, nós estamos dentro da **contabilidade** nós nos enquadrados dentro da ciência social e nós não temos uma **formação social do contador**, alguns currículos têm **contabilidade Social e Ambiental** alguns currículos têm **contabilidade de cooperativas**, mas nenhum deles mostra o **contador** como um **agente social**, que seria um agente social aquela pessoa que está disposta a causar uma mudança dentro de um ambiente onde tem uma demanda diferenciada sobre a **contabilidade**. [...] a **formação** está ligada também aos contadores, a **formação** ela não é suficiente para fazer com que o **contador** tenha essa expertise de conseguir atender as **demandas** tão específicas. [...] e as universidades através das incubadoras tem realizado um papel importantíssimo auxiliando os catadores nesse **processo***

*participativo na gestão dos Empreendimentos Econômicos Solidários (Técnica Mayla).*

No contexto das expressões analisadas, na classe “*formação*”, foi possível verificar que o processo formativo recebido pelos/as Catadores/as da COOPERTAN foi positivo, apresentou resultado significativo na pesquisa e na vida desses trabalhadores/as. Ainda, considerando a frequência das ocorrências dos segmentos textuais, percebe-se que eles se apropriaram, ao menos basicamente, de conhecimentos contábeis.

As pessoas que constituem os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) são trabalhadores/as, em sua maioria de baixa renda, pouco nível de escolaridade, pessoas que não possuem “*formação*” suficiente para compreender imediatamente as informações contábeis apresentadas a eles, ou seja, baixo grau de escolaridade é um aspecto que influencia negativamente (LUCONI; KARLING, 2011; ALMEIDA, 2011),

No caso dos Catadores/as de materiais recicláveis, percebe-se que alguns demonstram dificuldades em relação aos conhecimentos técnicos (BAPTISTA, 2017). Esse contexto é evidenciado também pela COOPERTAN:

*Não tivemos formação, tenho apenas um curso de técnico em segurança do trabalho, desde quando assumimos não tivemos nenhuma formação específica na parte contábil (Cooperada Cléia).*

*Até hoje não vi uma formação específica, tem assim uma contextualização dos conceitos que o professor Neuri faz assim, mas nada específico de administração ou contábil. Se bem que antes, muitos de nós não tinha muita escolaridade, aí complicava um pouco, agora muitos de nós já estudou um pouco, aí melhorou (Cooperada Silvana).*

*Mas nesse particular foi feita pouca formação, de pegar a diretoria e falar “olha vocês são administradores de um empreendimento, tem que funcionar dessa forma”, foram aprendendo no dia-dia mesmo (Professor/Técnico Neuri).*

*Na questão contábil não tivemos formação, tivemos formação do grupo, nós fizemos um curso de formação com professor Sandro, Neuri em 2007/2008, depois nós tivemos outras formações, mas essas formação que nós tivemos foi sobre cooperativismo (Cooperado Elvandro).*

“*Se bem que antes, muitos de nós não tinha muita escolaridade*”. Conforme indica a Figura 13, considerando os 54 cooperados 5,6% não são alfabetizados ou são analfabetos funcionais; e a maioria (57,4%) tem apenas o ensino fundamental incompleto. De acordo com

a pesquisa de Martins (2016)<sup>52</sup>, a cooperativa, o trabalho associado, e o apoio encontrado pela incubadora foi o que oportunizou os cooperados realizar formação para a gestão da cooperativa, para a ação política e para que os mesmos retomassem a educação formal, da alfabetização a cursos técnicos. Evidenciou-se que, atualmente, a COOPERTAN pelo FATES vem fornecendo apoio financeiro aos cooperados, alguns cursaram até o ensino superior.

Ainda, é possível verificar que, apesar dos cooperados não terem tido formação técnica específica em contabilidade, eles passaram por um processo de formação. Na árvore de similitude da **classe Formação**, os vocábulos “*Prof. Sandro*” e “*Prof. Neuri*” aparecem representando a universidade, sendo eles os principais formadores mencionados pelos entrevistados que tiveram significativa representatividade no corpus textual. Ainda, demonstram a importância da universidade – no caso da incubadora IOCASS – no processo formativo, a incubação da cooperativa e dos cooperados desde a “*época*” inicial da cooperativa. Destaca-se, assim, “*prof. Neuri*”, um importante ator na formação contábil.

*“Sempre digo que eu tenho um pensamento contábil antes e depois da COOPERTAN, do NECOMT trabalhar com a autogestão. [...] Quando entrei era meio complicado, porque a cooperativa não tinha nem computador para fazer essas partes contábil, fazia tudo lá no NUPES na sala do professor Neuri, e até que começou estruturar tudo e começa fazer tudo aqui dentro e mandar a parte burocrática para o escritório de contabilidade. Mas foi tudo engatinhando aos poucos até chegar como está hoje, que bem melhor por sinal”* (Cooperada Mikaela).

*não tivemos formação não que eu me lembre fomos fazendo e aprendendo adquirindo experiência tivemos apenas de cooperativismo associativismo que a incubadora fez com a UNEMAT* (Cooperada Silvana).

A incubadora IOCASS promoveu formações ligadas à administração e Autogestão, formações que surgiram da necessidade dos associados conseguirem se apropriar desses conhecimentos para que pudessem gerir a cooperativa. É importante salientar a integração institucional no processo de construção formativa dos associados da COOPERTAN.

*[...] esse processo de gestão envolvia tanto a universidade quanto alguns parceiros, como a prefeitura, algumas secretarias da cidade, os próprios clientes da cooperativa então foi um trabalho duro* (Técnica Mayla).

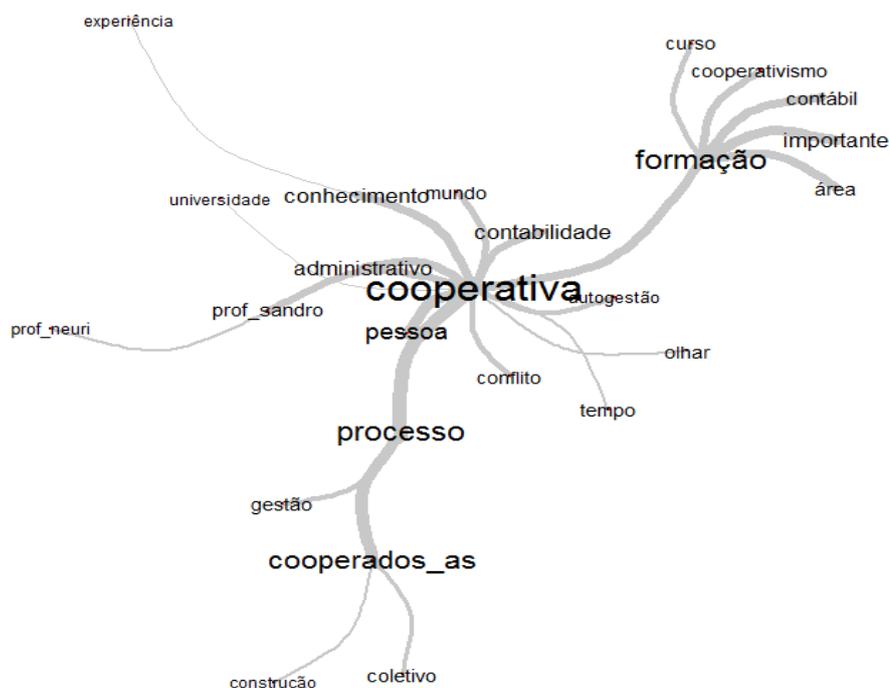
*Se a universidade e o poder público não estivessem juntos no processo [incubação] também, seria complicado. E é importante que cada entidade esteja em seu lugar. Em 2010, a incubadora deu uma afastada, e a cooperativa caiu em dívida. Ou seja, a importância do acompanhamento* (Técnico Neuri).

---

<sup>52</sup> MARTINS, Elei Chavier. Trabalho associado e suas dimensões educativas em uma cooperativa de Catadores/as de materiais recicláveis: o caso da COOPERTAN. Cáceres/MT: UNEMAT, 2016.

[...] as universidades através das incubadoras têm realizado um papel importantíssimo auxiliando os catadores nesse processo participativo na gestão dos empreendimentos econômicos solidários é de suma importância a formação na autogestão (Professora/Técnica Mayla).

Figura 24 - Árvore de similitude classe Formação



Fonte: Software Iramuteq, dados da pesquisa (2021)

Na árvore de similitude (Figura 24), da **classe Formação**, percebe-se maior destaque no vocábulo *cooperativa*. Desse modo, observa-se a associação desta com expressões como *processo*, *cooperados\_as* e *formação*. Verifica-se que há um elo bastante forte entre a “*cooperativa*” e a “*formação*”, assim como os “*cooperados*”. Esse contexto evidencia que o processo de formação dos Catadores/as da COOPERTAN ocorreu por meio da cooperativa, em um *processo* no qual os cooperados *construíram* coletivamente o conhecimento contábil, por meio das *experiências* vivenciadas no trabalho associado.

*então eu fui aprendendo muito a contabilidade nessa época para o conselho\_fiscal como conhecimento financeiro da cooperativa eu acho que os cursos de formação prático (Cooperado Elvandro).*

*ah foi fazendo aprendendo no dia a dia seria importante para a cooperativa formação na área de logística relação interpessoal engenharia de produção contabilidade e administrativo (Cooperada Mikaele).*

*não tivemos formação não que eu me lembre fomos fazendo e aprendendo adquirindo experiência tivemos apenas de cooperativismo associativismo que a incubadora fez com a UNEMAT (Cooperada Silvana).*

O vocábulo “*cooperativa*” figura como um dos principais elementos nos gráficos apresentados e, durante as entrevistas realizadas, o que representa no contexto dos entrevistados uma importância exponencial no sentido de apropriação do termo, no sentido de espaço de trabalho autogestionário, atingindo a máxima da ECOSOL: não existe patrão e nem empregado:

*Ninguém mande em mim! essa é a melhor parte. Se você faz sua parte ninguém chama sua atenção, aqui na cooperativa é autogestão né, então tem que ter responsabilidade, e a gente tem liberdade para falar (Cooperada Cleia).*

*A autogestão é importante lá no grupo, porque se passa ser como uma família. Há uma diferença em trabalhar em uma cooperativa e trabalhar de empregado. Por exemplo, eu aqui [vínculo externo a cooperativa] sou empregado, só faço meu trabalho e acabou, não tenho muita oportunidade discutir. Quando estou na cooperativa, a gente trabalha, discuti ideias, reúne o grupo para tomar decisão sobre alguma coisa. Todo mundo tem palavra para falar o que está pensando. Então a autogestão entre as pessoas dentro da cooperativa é muito boa, é um trabalho gostoso, quem vai lá trabalhar não quer sair, quer continuar (Cooperado Elvandro).*

Desse modo, corroborando a fala dos cooperados, em que o EES é um empreendimento no qual predomina o princípio da autogestão. Compreende-se nesse contexto a concepção dos cooperados ao utilizar frequentemente o termo “*trabalho*”, e não “*emprego*”, pautando, assim, nos valores do cooperativismo, na apropriação do sentido do trabalho fora da lógica mercadológica e capitalista (ZART, 2006; RODRIGUES, 2006). Vale ressaltar que essa apropriação foi construída coletivamente, através de processo de educação emancipatória (Freire, 1997). Diferentemente do emprego na empresa capitalista, evidencia-se que o trabalho associado na COOPERTAN, o trabalho autogestionário, é um processo que promove a realização das pessoas.

A partir da palavra *formação*, pode-se verificar que os entrevistados, quando questionados sobre a formação contábil, logo a relacionaram com a *contabilidade*, a qual eles consideram *importante* para o bom desenvolvimento da *cooperativa*, bem como pela boa ligação que possuem com o *contador* nesse processo. A formação, para eles, é o processo de aprendizagem que leva a se *organizar e aprender*. Esse processo de formação de apropriação do conhecimento está ligado também ao professor Sandro Sguarezi, coordenador da IOCASS, incubadora responsável pela formação da cooperativa desde o início de sua constituição, auxiliando os associados na caminhada autogestionária, como evidencia a cooperada:

*Quando o professor Sandro falou que esses processos [formação] iriam trazer transparência e diminuir os conflitos, os cooperados/as acreditaram nisso, nesse*

*momento eles acreditaram no processo [prestação de contas], é normal temos alguns conflitos, mas resolvemos o professor Sandro no ajudou resolver, no fim tudo se resolveu. (Cooperada Silvana)*

Assim, no corpus textual, nomes dos formadores que, representando a universidade, indicam o processo de incubação (COSTA; VAILANT; COSTA, 2006; PRONINC, 2017). São os principais formadores mencionados pelos técnicos entrevistados, que tiveram significativa representatividade no corpus textual, demonstrando a importância da universidade no processo formativo da cooperativa e dos cooperados desde a “*época*” inicial do empreendimento.

A gente para fechar a contabilidade da cooperativa fazíamos um trabalho junto com a domínio\_contabilidade e a própria prefeitura, através do NUPES Núcleo de economia solidária e a universidade da Unemat através da parceria e ajuda da professora\_ Ana Maria (Cooperado Elvandro).

Quando entrei era meio complicado, porque a cooperativa não tinha nem computador para fazer essas partes contábil, fazia tudo lá no NUPES na sala do professor Neuri, e até que começou estruturar tudo e começa fazer tudo aqui dentro e mandar a parte burocrática para o escritório de contabilidade (Cooperada Mikaele).

esse processo de gestão envolvia tanto a universidade quanto alguns parceiros como a prefeitura algumas secretarias da cidade os próprios clientes da cooperativa então foi um trabalho duro (Professora/Técnica Mayla).

Nesse cenário, considerando os “*princípios*” do cooperativismo e da Economia Solidária, os cooperados se “*organizaram*” e “*assumiram*” a administração da cooperativa, a fim de buscar seus objetivos, dentre eles, a geração de renda através do trabalho associado.

*Hoje em dia não fazemos nada que não emita e não paga nada sem ter notas fiscais e também não compra (Cooperada. Mara).*

Eu faço o recibo dos cooperados, eu tenho que mandar tudo em ordem para o contador. O que ele precisa ele me liga, e eu providencio aqui, porque eles não têm a capacidade de olhar lá. Eu identifico o que o operacional marcou, tipo, porque a gente não pode ter livro ponto, mas a gente tem, por que como vamos saber a frequência da pessoa? Então se ela sai tal hora a gente marca, se fez uma diária a mais a gente marca. A nota fiscal deixo tudo na pastinha em ordem de dia de vencimento é a minha forma de organizar para não esquecer (Cooperada Cleia).

Por meio da fala das cooperadas, confirma-se a teoria de Tiriba e Fisher (2007), em que a produção associada é a principal escola para autogestão, sendo a Educação Popular, nesse aspecto, uma ferramenta que auxilia os trabalhadores/as na obtenção de “*conhecimentos*” necessários para o desenvolvimento das práticas do trabalho associado. A apropriação desses conhecimentos evidencia uma construção de saberes (ZART, 2014; TIRIBA, 2007), pois se deram no fazer das atividades durante os processos produtivos, administrativos, de incubação.

Assim, ao se apropriar de tais conhecimentos, os membros asseguram o controle democrático e a autonomia da cooperativa.

*A teoria é diferente da prática, então assim eu busco o máximo munir o contador de forma organizada pra poder ter um controle financeiro e fazer uma prestação de contas. E assim eu preciso de ajuda pra melhorar aqui ainda (Cooperada Mara).*

*O mais importante na formação e capacitação técnica com os cooperados/as é a construção do conhecimento com os cooperados através de processos educacionais. [...] até que os cooperados construíssem uma consciência emancipatória, mas foi uma construção deles (Professora/Técnica Mayla).*

Por meio da análise de similitude da palavra “conhecimento”, é possível identificar a importância dessa apropriação por parte dos trabalhadores. Para os cooperados, o conhecimento adquirido em relação à contabilidade ocorreu através de um processo de formação, que vai além da cooperativa enquanto personalidade jurídica, visto que se direciona para as pessoas que a constituem, articulando trabalho e educação, corroborando a reconstrução de saberes daqueles indivíduos. Dessa forma, com a possibilidade de conscientizá-los sobre a atuação coletiva no empreendimento, concedendo autonomia e condições para que sejam sujeitos de suas histórias.

O vocábulo “conhecimento” se conecta também à necessidade de novas aprendizagens, mas com um olhar para a contabilidade, suas técnicas e suas ferramentas, que podem ser instrumentos para criar a transparência e fortalecer a autogestão dentro da cooperativa. Ainda, igualmente, colocar a contabilidade a serviço da Economia Solidária. Essa realidade dialoga, vai ao encontro do fundamento da pedagogia da produção associada, proposta por Tiriba (2007), em que, mediante a *práxis*, o sujeito constrói a realidade humano-social.

*[...] pegamos todos os papéis, documentos e começamos a organizar em planilhas do Excel e a montar o que tinha de entrada e saída de dinheiro a princípio, foi a partir disso que começamos a organizar a parte contábil. (Professora/Técnica Mayla)*

*[...] fui instruindo-os a fazer a juntada de documentos e se organizar na questão de documentos, porque no começo, eles pagavam de boca sabe, por exemplo, as vezes ia alguém lá na cooperativa realizar alguma manutenção, aí eles pagavam, porém não pagavam nenhuma nota/recibo ou algo do tipo. Como se o dinheiro fosse do bolso deles (Professor/Técnico Neuri)*

Não basta idealizar uma nova cultura do trabalho ou uma cultura popular baseada no trabalho participativo e solidário. Mais do que nunca, é preciso aprender a construí-la, materializá-la no dia a dia da produção, e isso perpassa processos de formação e Educação Popular que levem os trabalhadores a se apropriarem de conhecimentos que conduzam à sua emancipação, ao seu empoderamento.

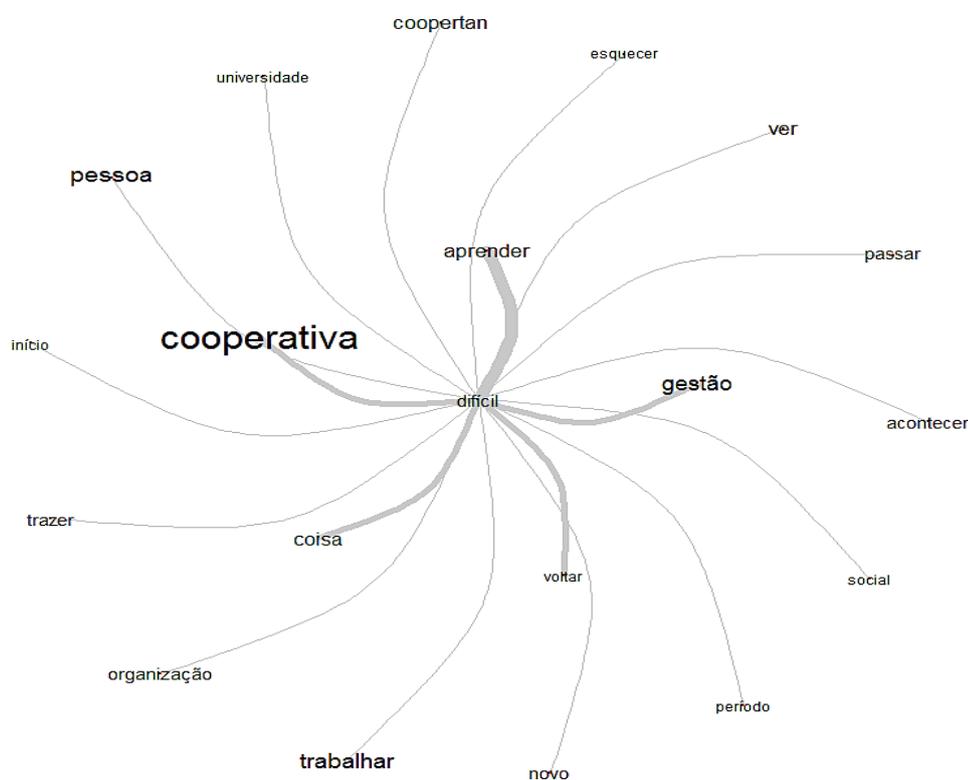
### 4.3 Resiliência: resistência e luta pela consolidação do processo de autogestão da pelos Catadores/as da COOPERTAN

Para análise dessa categoria analítica, as classes 1, 2 e 3 foram utilizadas, das quais destaca-se o vocábulo *difícil*. Para a COOPERTAN, o *processo* de consolidação do empreendimento e apropriação do conhecimento foi complicado, como se pode observar na fala da cooperada abaixo:

*Na época quando eu assumi a **gestão**, a **cooperativa** passava por um momento **difícil** quase fechando as portas e justamente por má administração contábil financeira. A **cooperativa** chegou a perder o contrato com a SAMAE, porque tinha pessoas que não tinham **conhecimento** e também estava agindo de má fé com os outros cooperados”* (Cooperada Silvana).

A fala da cooperada remete ao cenário conhecido em muitas organizações, no caso, quando não há autonomia e controle pelos cooperados em relação à administração do empreendimento. Outro viés na fala da cooperada está atrelado à confiança entre os cooperados, considerando que os movimentos sociais, especificamente os catadores de materiais recicláveis, já possuem uma trajetória sofrida, são trabalhadores invisibilizados, na maioria das vezes são desacreditados, estão desmotivados (BASTOS, 2005; SÁ, OLIVEIRA, 2019;). A partir da análise de similitude da palavra *difícil* (Figura 25), é possível identificar tal cenário.

Figura 25 - Análise de Similitude da palavra difícil



Fonte: *Software Iramuteq*, dados da pesquisa (2021)

A COOPERTAN possui uma trajetória de muitos percalços, o *difícil* refere-se às dificuldades encontradas pelo caminho. Dificuldades com os prejuízos no ano de 2013 com o incêndio que destruiu a sede da cooperativa, juntamente com materiais, máquinas e equipamentos. No período entre 2010 e 2012, com os problemas de má gestão, os quais, inevitavelmente, vieram a refletir na renda dos cooperados (MARTINS, 2016).

No entanto, os Catadores/as reagiram, permitiram-se fazer parte do processo, ocupando seus espaços de fala, buscando na dialogicidade a melhor solução, através da organização, da busca pelo saber por meio das práticas diárias, do trabalho coletivo. A universidade, na personalidade da incubadora, tem grande influência nesse campo:

*Os/as Cooperados/as passaram alguns meses sem distribuição de sobras. Ali pudemos observar a importância do **acompanhamento** da incubadora nesse **processo**. Sem **competições**. Porém ao modo que um precisa do outro, estavam ali. (Form. Neuri)*

*Uma parceria que nos ajudou muito foi o professor Sandro Sguarezi que é da Unemat. Ajudou demais nós na época, toda Assessoria feita pelo professor Sandro Sguarezi, junto com o NUPES, o professor Neuri que é da prefeitura. Então esse apoio do pessoal para a cooperativa não acabar foi essencial (Cooperado Elvandro).*

Para os/as Catadores/as, foi *difícil* aprender sobre a gestão, bem como lidar com as ferramentas e com a organização, como menciona o contador e os formadores:

*A cooperativa era desorganizada, a ponto de chegar uma época e eu dizer: olha não realizo mais serviço para vocês, pois já havia avisado a algum tempo, explicando que eles precisavam organizar os documentos, porque para eu poder fazer a escrituração eu necessito de documentos organizados, não qualquer tipo de documento (Contador Adevanilson).*

*Tinham uma desorganização no ambiente com relação aos materiais. Agora eles estão tendo que obrigatoriamente organizar os materiais, conforme a qualidade papelão, pet, etc. eles estão pagando mil reais de assessoria. Mas é incipiente, eles ainda vão perceber que isso vai melhorar, vai facilitar o trabalho, vão aproveitar (Técnico Neuri).*

*A cooperativa não conseguia fazer nem o fechamento de caixa, as coisas eram ainda um pouco desorganizadas. Prestação de contas, dava sempre resultados negativos (Contador Adevanilson).*

Do ponto de vista de Stahl e Shchneider (2013), muitos desses empreendimentos estariam condenados à falência. No entanto, eles sobrevivem às adversidades, alguns já há alguns anos. Para os autores, a provável explicação para esse fato está na existência de outros ganhos, não-financeiros, dos quais destacam o aumento da autoestima; o conhecimento adquirido no exercício do trabalho associado; a conscientização dos direitos sociais; a ampliação da visão de mundo; e o prazer derivado do trabalho em grupo.

*Porque querendo ou não, a gente é discriminado, às vezes recusam sentar-se perto. Então é uma luta, e a gente está vencendo (Cooperada Mara).*

O trabalho com os resíduos sólidos não é visto como categoria profissional para a maioria da sociedade (SÁ; OLIVEIRA, 2019), por conseguinte, aumenta o estigma sobre a profissão. Ao olhar a perspectiva dos catadores enquanto movimento social, a apropriação do conhecimento por meio da Educação Popular, nota-se que a capacidade de superação, de reagir positivamente a situações adversas e não desistir do processo indica um grupo resiliente, resistente, que buscou no trabalho associado *condições* para sobreviver diante da dominação opressora do capital.

*Sinto muito orgulho daqui, das pessoas, das conquistas de cada um, de ter condição de comprar um moto pra vim trabalhar, ter acesso as coisas (Cooperada Mara).*

*A cooperativa para mim é aprendizagem, conhecimento para mim além disso, uma maravilha por poder trabalhar em prol da natureza, do meio ambiente, a cidade se mantém mais limpa e organizada através da coleta (Cooperado Elvandro).*

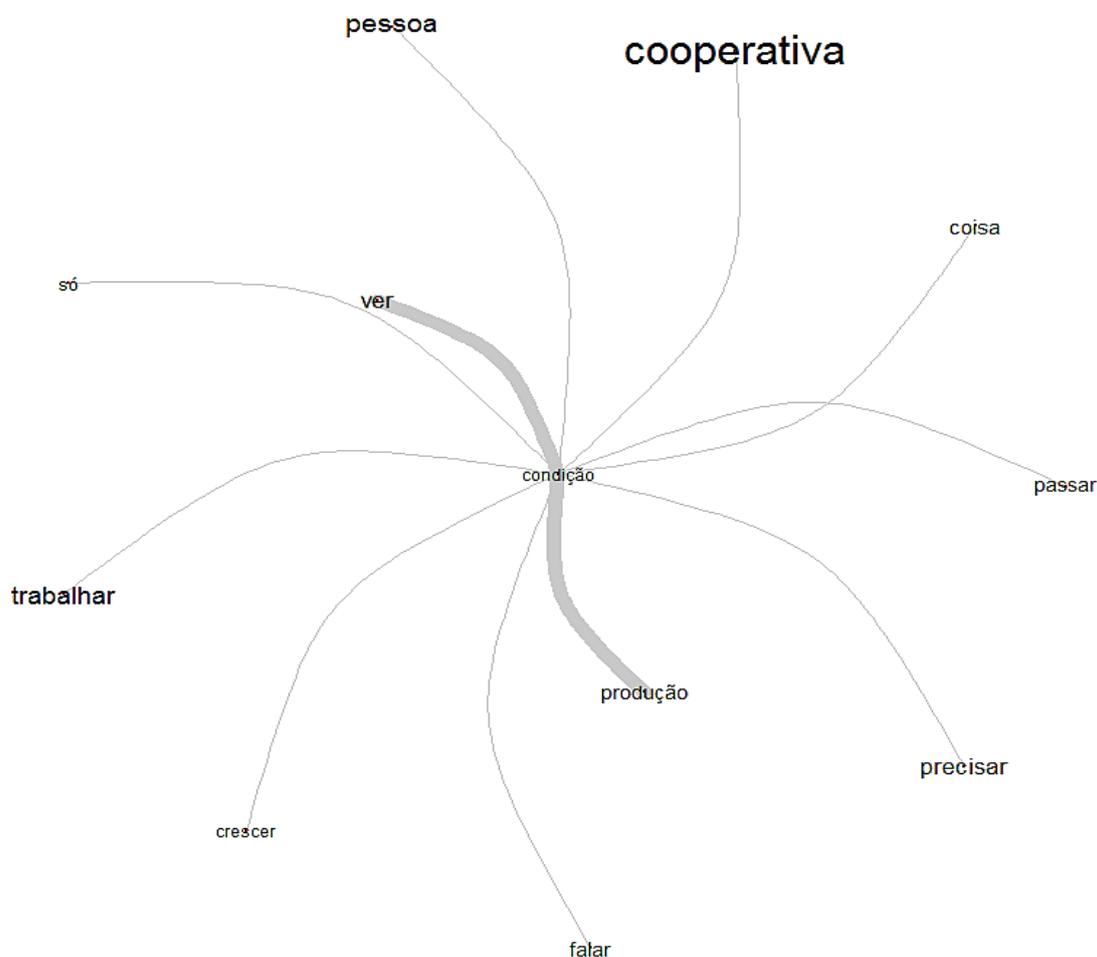
Quando os associados passam a aprender a *gestão*, a *organização* e a Autogestão, a participar da tomada de decisão, apesar de *difícil*, tudo começa a *trazer* um *novo* resultado. Quando eles percebem os resultados dessa participação, essa realidade se transforma, as coisas começam a *acontecer*, surge o protagonismo, amplia-se o *social*, a cidadania, alarga-se o conhecimento e aparece a dignidade do trabalho, a realização no trabalho, neste caso, no trabalho associado.

*A autogestão entre as pessoas dentro da cooperativa é muito boa, é um trabalho gostoso, quem vai lá trabalhar não quer sair, quer continuar. Você gosta, e a cada dia aumenta mais esse gostar do serviço, a felicidade de estar ali na cooperativa* (Cooperado Elvandro).

*Aprendi ser mais solidária, ter mais empatia com o próximo, trabalhar em equipe, eu sempre fui muito fechada, sozinha sabe. Mas aprendi ter essa visão do coletivo equipe, a cooperativa me trouxe essas coisas. Pois eu trabalhava em empresa privada* (Cooperada Mikaela).

Na análise de similitude da expressão *condição* (Figura 26), verifica-se que é uma raiz da expressão *cooperativa*. No contexto dos sujeitos, diz respeito às condições que a cooperativa proporcionou a essas pessoas durante o processo, tornando-as resilientes, como a questão da *produção* que possui uma ramificação muito forte com *condição*, sendo a força motriz, assim como a expressão *trabalhar*, por exemplo.

**Figura 26 - Análise de similitude palavra condição**



Fonte: *Software Iramuteq*, dados da pesquisa (2021)

Além disso, a expressão possui vínculo expressivo com o vocábulo *ver*, que, na perspectiva dos/as Catadores/as, representa a visualização deles como parte do coletivo, do desenvolvimento da cooperativa, dos processos organizativos, administrativos, da sociedade, sujeitos verdadeiramente empoderados e cientes de que ainda estão em processo de crescimento. No entanto, é essencial acompanhar o processo no modo coletivo, como afirma a cooperada:

*A cooperativa já está na fase de desabrochar. Mas isso tem que ser no coletivo, é uma engrenagem. Eu não faço nada sozinha (Cooperada Mara).*

A fala da cooperada - “*Eu não faço nada sozinha*” - reflete a consciência do coletivo, pois não fazemos nada sozinhos. É fundamental o outro, a solidariedade, assim, podemos

aprender muito com esta investigação, com a realidade e com a experiência da COOPERTAN.

Para expressar os limites e possibilidades encontrados no processo de formação referente à gestão contábil na COOPERTAN, apresenta-se o Quadro 10 - síntese, correlacionando as categorias analíticas teóricas.

**Quadro 11 - Síntese Limites e Possibilidades**

Classes analíticas	Possibilidades	Limites
Cooperativismo Autogestionário	Dificuldade com organização administrativa interna: movimentação de documentos; controles administrativos internos; controles de produção; controles financeiros, administrativos e contábeis; Limitações em relação aos conhecimentos técnicos científicos contábeis por parte dos Catadores/as; Ausência de marco regulatório contábil para as cooperativas autogestionárias; Falta de profissionais contadores capacitados para atuar no campo da autogestão.	Inclusão socioprodutiva (do lixão à cooperativa autogestionária); Ampliação da renda dos cooperados em 56%; Aumento de postos de trabalho em 145%; Formação técnica, política autogestionária; Estrutura organizativa autogestionária; Desenvolvimento econômico local; Intercooperação (rede); Qualidade de vida no trabalho (Bem Viver/Solidariedade); 54 trabalhadores/as. Não existe nenhum empregado e nenhum patrão.
Educação Popular	Baixo nível de escolaridade dos Catadores Falta da concepção de autogestão e educação popular na formação e aprimoramento de conhecimentos organizacionais administrativos do contador; Falta de investimentos em formação técnica para a otimização do uso de equipamentos, sistemas e tecnologias contábeis por parte dos Catadores/as; Necessidade de qualificação técnica contábil para a diretoria (conselho administrativo) e igualmente para o conselho fiscal.	Formação técnica e política via incubação e outras possibilidades. A Coopertan oportuniza acesso à educação formal com apoio do FATES; Produção de saberes e de conhecimento; Aprendizado por parte do contador em relação ao cooperativismo de autogestão; Construção de conhecimentos científicos (publicações, artigos, teses, dissertações, capítulos de livros, TCCs etc.); Construção inacabada da autonomia empoderamento dos Catadores/as; Desenvolvimento pessoal dos Catadores/as e organizacional e estrutural da cooperativa; Despertar da consciência dos trabalhadores para o trabalho coletivo/produção associada; Ações externas de educação popular ligadas ao MNCR, pela metodologia “Catador para Catador” na formação de outras associações e cooperativas.
Resiliência	Burocracia por parte das instituições; Teticismo na orientação profissional; Invisibilidade desses trabalhadores; Contradições entre o mundo do capital e o mundo do trabalho (o capitalismo tem uma capacidade enorme de se apropriar de conceitos e de práticas dos trabalhadores e colocar a seu serviço).	Protagonismo dos Catadores/as junto às instituições (uma rede de apoio liderada pela Incubadora da UNEMAT) e internamente na organização do trabalho associado com a partilha de saberes entre os próprios Catadores (as); Construção de relações de confiança (interna e externa); Construção de novas relações de trabalho e de produção visando superar a lógica hegemônica; Ampliação da visão de mundo; Autoestima; Cidadania; Bem viver; Satisfação e realização com o trabalho associado (recuperação da subjetividade do trabalho).

Frise-se que este quadro não é suficiente para mostrar as conquistas dos/as Catadores/as da COOPERTAN, nem mesmo esta dissertação. Sair do lixão, do aterro sanitário e construir uma experiência de autogestão não cabe em um texto. Pessoas invisibilizadas que, em sua maioria, não tinham escolaridade, ou tinham baixa escolaridade, assumirem, fazerem a gestão de uma cooperativa que é regida por legislações e normas, extremamente contraditórias ao trabalho associado, comprova um grande avanço pessoal e organizacional. Ainda, sair do lixão e trabalhar com sistemas de gestão complexos, que envolvem controles administrativos, contábeis e financeiros, sem dúvida, é uma grande conquista. Alguns estão cursando ensino superior, com apoio de suporte financeiro do FATES da cooperativa, realmente é uma transformação que modifica também quem pesquisa com eles.

Nesse viés, constata-se o que Dainez *et al.* (2018) destacam:

O desenvolvimento das forças produtivas a serviço da acumulação do capital, que determina as novas formas de organização do trabalho, não tem por objetivo a inclusão social de toda a população, a emancipação humana e nem o desenvolvimento de uma democracia radicalmente igualitária, onde todos poderiam usufruir dos frutos do avanço da produtividade do trabalho e decidir de que forma seria aplicado o excedente da produção. Pelo contrário, a dinâmica do sistema é ditada pelas necessidades do capital que precisa constantemente se expandir, o que impõe efeitos contraditórios entre as classes, marginalizando a parte da população que trabalha, os obrigando a conviver com as formas precarizadas de emprego, o desemprego estrutural e uma existência inautêntica e estranhada. Estas tendências, ao se objetivarem, aumentam a necessidade da ação coletiva dos trabalhadores, para tentar minimizar os prejuízos para a classe trabalhadora, ao mesmo tempo que a tornam mais difícil, pela fragmentação de classe e diversos mecanismos ideológicos, como a captura da subjetividade da classe trabalhadora (DAINEZ *et al.*, 2018, p. 84-85).

A COOPERTAN é uma experiência autogestionária histórica relevante, certamente, precisa ser mais bem estudada, porque nos ensina a superar limites, superar dificuldades e transcender à mesmice. A COOPERTAN, pelos/as seus/as sócios/as Catadores/as, mostra que o inédito viável freiriano é possível. Sair de um lixão, da catação de materiais recicláveis de um aterro controlado para formar uma cooperativa é uma ousadia. Garantir a existência dessa experiência de trabalho associado por quase 15 anos é protagonismo, é autonomia, é empoderamento, é cooperação, é solidariedade, é Autogestão, é ação econômica. Também, é Economia Solidária, é Educação Popular é Cooperativismo. É como este trabalho, uma provocação, uma ousadia, que requer aprofundamento e cuidado, mas que, mesmo inacabado, transforma-me, motiva-me e impulsiona-me a aprender mais.

Assim, essa tarefa inacabada é capaz de me transformar, motivando-me e impulsionando-me a resgatar a subjetividade do trabalho. E, igualmente, a subjetividade da classe trabalhadora, a autogestão não é solução para todos os problemas, mas comporta um ato

pedagógico fundamental para nós trabalhadores/as, um pouco do que aprendi com os sujeitos desta pesquisa: Os/As Catadores/as da COOPERTAN.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse percurso como mestranda do programa de Pós-Graduação em Educação, da UNEMAT/Cáceres, e como pesquisadora da Educação Popular, tive o privilégio de me aproximar da COOPERTAN e seus associados, em Tangará da Serra/MT. Nos momentos em que pude estar na presença dos associados, tive a oportunidade de conhecer as lutas e as dificuldades desses sujeitos no processo de consolidação do empreendimento.

Buscou-se, com este trabalho, analisar como ocorre a apropriação de conhecimentos contábeis por parte dos/as Trabalhadores/as sócios/as da COOPERTAN, no processo de Autogestão da cooperativa, pois o desenvolvimento da Economia Solidária exige dos Empreendimentos Econômicos Solidários que eles se apropriem de maneira correta das ferramentas, tecnologias sociais e informações que possam oferecer eficiência e sustentabilidade ao empreendimento. Para tanto, foi realizada uma pesquisa qualitativa, a partir de estudos sobre aspectos da Educação Popular, Economia Solidária e da Contabilidade, que resultou na geração das seguintes categorias de análise: *Cooperativismo Autogestionário*, *Educação Popular: formação e apropriação do conhecimento* e *Resiliência: resistência e luta pela consolidação do processo de autogestão pelos/as Catadores/as da COOPERTAN*.

No que se refere ao cooperativismo autogestionário, foi possível identificar que a burocracia por parte das instituições, a ausência de marcos regulatórios, bem como políticas que promovam os Empreendimentos de Economia Solidária, foram alguns dos limites identificados na pesquisa. Percebe-se que as dificuldades de organização administrativa interna, movimentação de documentos, controles administrativos internos, controles de produção, controles financeiros, administrativos e contábeis, limitações em relação aos conhecimentos técnicos científicos contábeis estão sendo superadas por parte dos/as Catadores/as, em detrimento do processo de apropriação de conhecimento por meio da Educação Popular.

Observou-se que a não familiaridade dos cooperados com a organização de processos e documentos contábeis e administrativos/financeiros atuou como um dos limites que impediram o uso da contabilidade como ferramenta para autogestão, para auxiliar na transparência, controle e fornecimento de informações para tomada de decisão, no início da administração da COOPERTAN.

Outro ponto a ser destacado como limite é ausência de investimentos em formação técnica para a otimização do uso de equipamentos, sistemas e tecnologias contábeis por parte dos/as Catadores/as.

Apesar do pouco nível de escolaridade, pessoas que não possuem “*formação*” suficiente para compreender imediatamente as informações contábeis apresentadas, a Educação Popular contribuiu para a formação da autogestão e empoderamento por parte dos/as Catadores/as. Desse modo, constatando-se que, no campo da Educação Popular, os espaços de trabalho coletivo tornam-se lugares potenciais para mediações pedagógicas e favoráveis para o ensino-aprendizagem mútuo e coletivo. O Trabalho Associado através da Educação Popular tem o intuito de inserir os trabalhadores como protagonistas do seu próprio aprendizado e sujeitos de sua emancipação, respaldando sua organização, sempre pautada no respeito aos diferentes níveis de saberes, suas limitações e, portanto, acessível a todos.

Durante a pesquisa, foi possível identificar que o processo de apropriação do conhecimento contábil ocorreu a partir do trabalho associado, das relações diárias e, principalmente, a partir das formações já ministradas no empreendimento, pela incubadora, no âmbito do cooperativismo e autogestão. Para eles, foi difícil aprender a fazer a gestão, foi difícil ter que voltar, às vezes, e refazer alguns processos. No entanto, nesses momentos, as pessoas que fazem parte da cooperativa deram assistência, assim, neste caso, a força do coletivo da COOPERTAN, bem como a universidade, através da incubadora, subsidiam e dão suporte aos cooperados, auxiliando-os na resolução de conflitos e na formação.

A participação desses trabalhadores no processo da gestão contábil ocorre no momento em que eles se apropriam do trabalho associado e se identificam como gestores do empreendimento. Os exercícios da participação e da Autogestão tornam-se processos pedagógicos que levam ao empoderamento e à autonomia dos trabalhadores e da cooperativa, dialogando com o 4º princípio do cooperativismo: Autonomia e independência. Com isso, considera-se a estrutura organizativa da COOPERTAN como autogestionária, pois ela reflete os princípios da Economia Solidária e do cooperativismo.

Verificou-se, ainda, que a partir da cooperativa e do processo de incubação, esses sujeitos conseguiram desenvolver-se como cidadãos, como seres humanos, reconhecendo seus direitos e seu lugar na sociedade, como participativos. No desenvolvimento da pesquisa, identificou-se que o cooperativismo autogestionário proporcionou à COOPERTAN a inclusão socioproductiva dos trabalhadores, aumentando os postos de trabalhos e a renda, promovendo o desenvolvimento local e a intercooperação da cooperativa com outras instituições.

A ausência da concepção de Autogestão e Educação Popular na formação e aprimoramento de conhecimentos organizacionais administrativos do contador foi um dos principais limites relacionados ao uso da contabilidade nas cooperativas de ES. No entanto, o fato de o contador prestar serviços contábeis à COOPERTAN resultou em uma relação de troca de saberes, pois ele teve que se apropriar de conhecimentos para atender a cooperativa.

A partir da Educação Popular, os processos contábeis e administrativos tornaram-se acessíveis e compreensíveis, o desenvolvimento e organização da cooperativa foram melhorando. Desse modo, o nível de transparência nos processos de gestão pode aumentar, resultando no fortalecimento do empreendimento e contribuindo para maior efetividade da autogestão. Considerando a realidade da COOPERTAN, apesar do avanço em relação ao conhecimento contábil, ainda é necessária a qualificação técnica contábil para a diretoria (conselho administrativo) e, igualmente, para o conselho fiscal.

No que se refere à produção de saberes e de conhecimento, foi possível verificar que a COOPERTAN vem sendo campo de estudos de diversas produções científicas, que abordam, em seu contexto, a cooperativa. Tais produções foram bases teóricas que contribuíram para analisar, compreender e aprender as questões que envolvem a Autogestão nos EES e o processo de apropriação do conhecimento contábil por parte de seus/as trabalhadores/as.

Quanto à invisibilidade desses trabalhadores, o estudo mostrou que, mesmo que a coleta seletiva operada pela COOPERTAN garanta a inclusão socioproductiva dos/as Catadores/as, minimizando a exclusão social, ainda há invisibilidade. Dessa forma, é necessária a promoção de atividades que envolvam a população, por meio de trabalhos educativos, na esfera ambiental, de forma que os municípios reconheçam os catadores como agentes ambientais.

Percebeu-se que a realidade social excludente, operada pela lógica hegemônica do capital, exige cada vez mais uma ação coletiva dos trabalhadores. Assim, embora se perceba que os trabalhadores da cooperativa, em sua maioria, não tenham desenvolvido consciência de classe, a COOPERTAN é uma experiência autogestionária histórica relevante, portanto precisa ser mais bem estudada, porque ensina a superar limites e dificuldades, bem como construir possibilidades e transcender à mesmice.

Este estudo não teve a intenção de romantizar o sofrimento que os associados tiveram nesse processo. Sem dúvidas, o processo de consolidação do empreendimento poderia ter sido mais leve, caso tivéssemos políticas públicas e marcos regulatórios efetivos capazes de auxiliar na promoção dos empreendimentos autogestionários. No entanto, é necessário reconhecer o

legado que a COOPERTAN trouxe em sua trajetória. Enquanto pesquisadora e contadora, considero a COOPERTAN uma motivação, pois é admirável contemplar um empreendimento com essa resiliência e resistência no enfrentamento das adversidades, sem desistir. Ainda, por se tratar de um grupo social excluído pela sociedade, tendo como um dos limites encontrados na pesquisa a invisibilidade, pois são sujeitos que vieram do Lixão e estavam em uma linha tênue da desigualdade social, vivendo com a discriminação. E que, apesar disso, hoje, são protagonistas, por conquistarem respeito da sociedade, despertarem a consciência dos trabalhadores para o trabalho coletivo/produção associada, tornando-se referência para demais empreendimentos, enfim, tudo isso é motivo de orgulho.

Constatou-se ainda que a organização do trabalho associado, a construção de relações de confiança (interna e externa), a ampliação da visão de mundo e o protagonismo dos/as Catadores/as, junto às instituições e, internamente, na organização do trabalho associado, provêm da caracterização que envolve a Economia Solidária. Em outros termos, é o gostar, o fazer por amor, o que, conseqüentemente, resulta na satisfação e realização com o trabalho associado, cidadania e o bem viver.

A COOPERTAN, pelos seus/as sócios/as Catadores/as, mostrou durante este estudo que o inédito viável freiriano é possível. Assim, sair da catação de materiais recicláveis do lixão, bem como do aterro controlado, para formar uma cooperativa, é uma ousadia. Ainda, garantir a existência dessa experiência de trabalho associado por quase 15 anos é protagonismo, autonomia, empoderamento, cooperação, solidariedade, Autogestão, ação econômica, Economia Solidária, enfim, é Educação Popular, é Cooperativismo. Sendo assim, é como este trabalho, esta pesquisa e seus achados: uma provocação à ousadia, que requer aprofundamento, cuidado e maior aprimoramento.

Essa tarefa inacabada transforma, motiva e impulsiona a resgatar a subjetividade do trabalho. E, igualmente, a subjetividade da classe trabalhadora - a autogestão - não é solução para todos os problemas, mas comporta um ato pedagógico fundamental para trabalhadores/as, igualmente, um pouco do que a pesquisadora apreende com os sujeitos, os/As Catadores/as da COOPERTAN.

Como produto, além da dissertação, na qualidade de pesquisadora e contadora, pretende-se realizar uma consultoria gerencial participativa, identificar os principais processos, problemas e gargalos e, posteriormente, desenvolver uma oficina de formação contábil para cada ponto específico.

Foi possível, ainda, perceber que há pouca ou quase nenhuma experiência no Brasil que possa ser reaplicada nas incubadoras, no que tange ao tratamento contábil das cooperativas autogestionárias incubadas. Dessa forma, destaca-se a necessidade da pesquisa nesse tema, uma vez que a contabilidade pode e deve ser utilizada nos EES como ferramenta de auxílio e suporte, fornecendo informações de cunho fiscal, econômico, financeiro e social, que sejam úteis nos processos de Autogestão.

## REFERÊNCIAS

AGYEMANG, Gloria; O'DWYER, Brendan; UNERMAN, Jeffrey. NGO accountability: Retrospective and prospective academic contributions. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, 2019.

ALCANTARA, Liliane Cristine Schelemer; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. **Bem Viver e Ecosossioeconomicas**. 1. ed. Cuiaba, EdUFMT, 2019.

ALCANTARA, Liliane Cristine Schlemer; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Bem Viver como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível? **Desenvolvimento e meio ambiente**, v. 40, 2017.

ALMEIDA, Edir Antonia de. **Contabilidade e autogestão - um estudo sobre a dimensão contábil nos processos de autogestão dos empreendimentos de Economia Solidária**. 2006. 136 f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) - Universidade de São Paulo/USP, São Paulo, 2006.

ANDALOUSSI, Khalid, **Pesquisa- ações: ciências, desenvolvimentos, democracia** Khalid El Andaloussi; traduzido por Michel Thiollent-São Carlos: Ed UFS Car, 2004.

ARRUDA, Marcos. Socioeconomia Solidária. *In: A outra economia*. Org.: Antonio David.– Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p.232.

AZERÊDO, Raoni Fernandes; CHRISTOFFOLI, P. I. Ensino em cooperativismo articulado a processos de incubação. reflexões sobre a experiência da UFFS Laranjeiras do Sul, PR. *In: I CONPES - Congresso de pesquisadores em economia solidária, 2015. I CONPES - CONGRESSO DE PESQUISADORES EM ECONOMIA SOLIDÁRIA: DESAFIOS GLOBAIS DO TRABALHO COM MEDIAÇÃO SOLIDÁRIA*, São Carlos, 2015.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Trad. Luíz Antero Reto, Augusto Pinheiro. 70. ed. São Paulo, 2016

BASTOS, Valeria Pereira. Construindo identidades: Catador-herói ou sobrevivente da perversa forma de catação? **Confluências| Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito**, v. 4, n. 1, p. 22-26, 2005.

BATISTA, Mariana Torres. **A relação entre accountability e fundraising na economia social. 2017**. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Instituto Universitário de Lisboa – Portugal. 2017.

BERTUOL, Rafael; CANÇADO, Airton Cardoso; SOUZA, Maria de Fátima Arruda. A prática dos princípios cooperativistas: um estudo de caso no Tocantins. *Rev. Amazônia, Organizações e Sustentabilidade*, v. 1, n. 2, p. 7-18, 2013.

BISCARO, Eli Teresinha. Demandas **Contábeis suscitadas para a gestão dos Empreendimentos da Economia Solidaria**. *In: I CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS CONTRA A POBREZA E A DESIGUALDADE*, 2010, Natal-RN

BRASIL. **Lei no 5.764, de 16 de dezembro de 1971**. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L5764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5764.htm). Acessado em: 09 maio 2019.

BRASIL. **Plano Nacional de Economia Solidária (2015-2019)**. Conselho Nacional de Economia Solidária, Brasília-DF, 2015

BÜTTENBENDER, Pedro Luís *et al.* O processo de implantação de modelo de gestão e governança em uma cooperativa de crédito: um estudo de caso. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas**, v. 8, n. 15, p. 01-30, 2021.

CAEIRO, Joaquim Manuel Croca. Economia social: conceitos, fundamentos e tipologia. **Revista katálysis**, v. 11, n. 1, p. 61-72, 2008. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-49802008000100006](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802008000100006). Acesso em: 10 nov. 2020.

CAMARGO, B. V; JUSTO, A.M. Tutorial para uso do software IRAMUTEQ. 2016. Disponível em: [http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/Tutorial\\_IRaMuTeQ\\_em\\_portugues\\_17.03.2016.pdf](http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/Tutorial_IRaMuTeQ_em_portugues_17.03.2016.pdf). Acesso em: 22 jan. 2021

CANÇADO, Airton Cardoso. Autogestão em cooperativas populares: os desafios da prática. 2007. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2004.

CANÇADO, Airton Cardoso; GONTIJO, Mário César Hamdan. Princípios cooperativistas: origem, evolução e influência na legislação brasileira. **Encontro de Investigadores Latino-Americano de Cooperativismo**, v. 3, 2005.

CAPELLARI, Marta Botti; DREI, Géssica Taís Cataneo. **Direito & Cooperativismo: discutindo a realidade brasileira**. Redes (St. Cruz Sul, Online), v. 25, p. 2302-2319, 2020.

CARRILLO, Alfonso Torres. La educación popular: trayectoria y actualidad. Bogotá: **Editorial EL Búho**, 2011.

CATTANI, Antonio David *et al.* **Dicionário internacional da outra economia**. 2009.

CFC, CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (Brasil). **NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE, ITG 2004**. 2017. Disponível em: <https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/ITG2004.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2021.

CHIARIELLO, Caio Luis; EID, Farid. A politecnia na formação para o trabalho associado em cooperativas populares. **Retratos de assentamentos**, v. 16, n. 2, 2013.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis. Rio de Janeiro. Vozes, 2006.

CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. **Dicionário da educação do campo: cooperação agrícola**. Organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio

Frigotto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012

CORAGGIO, José Luís. **Desarrollo humano, economía popular y educación**. Buenos Aires: Rei Argentina. Instituto de Estudios y Acción Social/ Aique Grupo Editor, 2000.

CORNFORTH, Chris. The governance of cooperatives and mutual associations: A paradox perspective. **Annals of public and cooperative economics**, v. 75, n. 1, p. 11-32, 2004.

COSTA, Ana Paula Borba. **Processo de incubação em economia solidária à luz de preceitos de autogestão**: experiências de estudantes de graduação da OASIS/UFRN. 2018. Dissertação de Mestrado. Brasil. 2018.

CRCRJ, CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO DE JANEIRO - (Rio de Janeiro). **Você conhece os diferentes tipos de regimes tributários do Brasil? tipos de regimes tributários do Brasil?** 2018. Disponível em: <http://www.crc.org.br/noticias/NoticiaIndividual/d9590feb-bfb5-4fd8-89a1-5571fa369978>. Acesso em: 21 fev. 2021.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: Métodos qualitativos, quantitativos e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CRÚZIO, Helnon de Oliveira. Por que as cooperativas agropecuárias e agroindustriais brasileiras estão falindo? **Revista de Administração de Empresas**, v. 39, n. 2, p. 18-26, 1999.

CULTI, Maria Nezilda. Economia solidária: incubadoras universitárias e processo educativo. **Rev Proposta**, v. 31, n. 111, p. 16-22.2007, 2007

CULTI, Maria Nezilda; KOYAMA, Mitti Ayako H.; TRINDADE, Marcelo. **Economia solidária no Brasil**: tipologia dos Empreendimentos Econômicos Solidários. São Paulo: Todos os Bichos, 2010.

DAINEZ, André Rodrigues Iusif *et al.* Organização do trabalho e o estranhamento: revisão dos paradigmas e delineamento dos novos desafios. **Revista Ciências do Trabalho**, nº 10 abril de 2018. p. 73-86.

DALL'AGNOL, Camila Fortuna *et al.* Transparência e Prestação de Contas na Mobilização de Recursos no Terceiro Setor: um estudo de casos múltiplos realizado no sul do Brasil. **Revista Universo Contábil**, v. 13, n. 2, p. 187-203, 2017.

DE SOUZA, Washington José *et al.* O constructo economia plural nos estudos relacionados com a economia solidária: revisão sistemática no período 2000-2016. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 54, n. 3, p. 317-327, 2018.

DICKEL, Dorly. **Manual de Contabilidade para as cooperativas agropecuárias**. Porto Alegre: Sescop/RS, 2011.

Documento final. Brasília: CNES/MTE, 2010. Disponível em:

Documento-base da II Conferência Nacional de Economia Solidaria. Brasília. Disponível

DOWBOR, Ladislau. **O capitalismo se desloca: novas arquiteturas sociais**. São Paulo: Edições Sesc, 2020. Disponível em: <https://dowbor.org/wp-content/uploads/2020/05/Dowbor-O-capitalismo-se-desloca-Edicoes-SescSP-2020.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2021.

EID, Farid. **Sobre concepção de incubadora universitária de empreendimentos de economia solidária da Unitrabalho e sobre metodologia de incubação**. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Brasil, 2003. Disponível em: [http://www.socioeco.org/bdf\\_fiche-outil-43\\_pt.html](http://www.socioeco.org/bdf_fiche-outil-43_pt.html). Acesso em: 05 de jan. 2021.

EID, Farid; CHIARIELLO, Caio Luis. Organização do trabalho e processo decisório em cooperativas populares e tradicionais: estudo de casos em duas cooperativas paranaenses. **Revista de Economia**, v. 35, n. 2, 2009.

FERREIRA, Palloma Rosa; DE SOUSA, Diego Neves. **Educação cooperativista. Cooperativismo & Desarrollo**, v. 27, n. 115, 2019.

FISCHER, Maria Clara Bueno; TIRIBA, Lia. **Saberes do trabalho associado**. CATTANI, A. David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luis Inácio, p. 293-298, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.

FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano S. **Que fazer: teoria e prática em educação popular**. Obra de Paulo Freire; Série Livros, 1999.

FRIGOTTO, G. **O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional**. In.: Metodologia da pesquisa educacional. Org. Ivani Catarina A. Fazenda. São Paulo: Cortez, 1991.

GADOTTI, Moacir. Educação popular, educação social, educação comunitária: conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum. **Revista Diálogos**, v. 18, n. 2, 2012.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação**. Cortez, 1983.

GAIGER, Luiz Inácio. A economia solidária e a revitalização do paradigma cooperativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 28, n. 82, p. 211-228, 2013

GAIGER, Luiz Inácio. **A outra economia**. In: ANTONIO DAVID CATTANI (Org.). Porto Alegre: Veraz Editora, p. 135, 2003.

GAIGER, Luiz Inácio. La lucha por el marco legal de la economía solidaria en Brasil: déficit republicano y ethos movimentalista. **Cultura Económica**, v. 37, n. 97, p. 65-88, 2019.

GAIGER, Luiz Inácio. O Mapeamento Nacional e o conhecimento da Economia Solidária. **Revista da ABET**, v. 12, n. 1, 2013.

GAIGER, Luiz Inácio; FERRARINI, Adriane; VERONESE, Marília. O conceito de empreendimento econômico solidário: por uma abordagem gradualista. **Revista Dados**, v. 61, n. 1, p. 137-169, 2018. Disponível em:

[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S001152582018000100137&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S001152582018000100137&script=sci_arttext). Acesso em: 28 nov. 2020.

GAWLAK, Albino; RATZKE, Fabiane Allage y. **Cooperativismo: primeiras lições**. 4. ed. rev. e atual. – Brasília: SESCOOP, 2013. 112 p. Disponível em: <https://sistemaocemg.coop.br/wp-content/uploads/2020/02/ocemg-publicacoes-cooperativismo-primeiras-licoes.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2020.

GEDIEL, José Antonio Peres; DE MELLO, Lawrence Estivalet. Paradoxos da autonomia precária: legislação cooperativista e trabalho. **Revista da Faculdade de Direito UFPR**, v. 61, n. 1, p. 193-218, 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GOMIDE, Denise Camargo. **O materialismo histórico-dialético como enfoque metodológico para a pesquisa sobre políticas educacionais**. Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP. Disponível em: [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/jornada/jornada11/artigos/2/artigo\\_simposio\\_2\\_45\\_dcgomide@gmail.com.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada11/artigos/2/artigo_simposio_2_45_dcgomide@gmail.com.pdf). Acesso em: 20 jul. 2019.

GONÇALVES, C. S. **Uma contribuição à estruturação dos procedimentos e demonstrações contábeis das cooperativas – aplicação em uma cooperativa de trabalho**. 2003. 180 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Departamento de Contabilidade e Atuária, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo.

GRANDO, Gerônimo *et al.* A contabilidade e seus efeitos nas cooperativas de trabalho. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas**, v. 6, n. 12, p. 133-152, 2019.

GUEVARA, Nicolás. **A educação popular no século XXI**. Educação popular na América Latina: diálogos e perspectivas. Pedro Pontual, Timothy Ireland (organizadores). Brasília: Edições MEC, 2006, p 213-218

HECK, Selvino. **História da educação popular**. Educação popular e economia solidária. Escola de Cidadania CAMP. Porto Alegre. Jul.2017. Disponível em: <http://camp.org.br/files/2017/11/Cartilha-Educa%C3%A7%C3%A3o-Popular-e-EcoSol-CFES-Sul.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2019.

HOLIDAY, Oscar Jára. **Ressignifiquemos as propostas e práticas de Educação Popular perante os desafios históricos contemporâneos**. In. Brasil. Educação popular na América Latina: desafios e perspectivas. Educação popular na América Latina: desafios e perspectivas. Brasília: UNESCO, MEC, CEAAL, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Cidades e estados**. Dados estatísticos. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mt/tangara-da-serra.html>. Acesso em: 15 nov. 2020.

Iudícibus, Sérgio. **Contabilidade gerencial: da teoria à prática**. Colaboração: Valdir Donizete Segato. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2020

JESUS, Paulo de. TIRIBA, Lia. **Cooperação**. In: A OUTRA ECONOMIA. Antonio David Cattani (Org.). Porto Alegre: Veraz Editora, p. 135, 2003.

KARLING, Maila Vieira. **Políticas de currículo para o curso de ciências contábeis: relações entre a proposta da UNEMAT e a proposta de currículo mundial**. Dissertação (Mestrado em Educação). Instituto de Educação. Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá: UFMT, 2013.

KRUPPA, Sonia; GONÇALVES, A.; MACDONALD, J. **Regime jurídico das cooperativas populares e empreendimentos em economia solidária** (Série Pensando o Direito, n. 46). Brasília: Ministério da Justiça, 2012.

LABALE, Alejandro. **A universidade como fator de articulação e adensamento entre a organização popular e políticas públicas**. In. Educação e sócio economia solidária. Orgs. ZART, Laudemir Luiz; DOS SANTOS, Josivaldo Constantino Cáceres-MT: Editora Unemat, 2006. Pag. 19-27.

LEAL, Kamila Soares; RODRIGUES, Marilsa de Sá. Economia Solidária: conceitos e princípios norteadores. **Humanidades & Inovação**, v. 5, n. 11, p. 209-219, 2018.

LECHAT, Noëlle MP; BARCELOS, Eronita da Silva. Autogestão: desafios políticos e metodológicos na incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários. **Revista katalysis**, v. 11, n. 1, p. 96-104, 2008.

LIMA, Ana Maria de. **Análise da transição do trabalho individual para o trabalho coletivo em cooperativas de reciclagem de resíduos: um estudo de caso da COOPERTAN de Tangará da Serra-MT**. 2010. 161 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Exatas e da Terra) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

LIMA, Andreza Cristiane Silva; CORREIA, José Jonas Alves; DOS SANTOS GALVÃO, Nadielli Maria. Análise bibliométrica da produção científica sobre contabilidade do terceiro setor nos últimos dez anos. **Revista de Estudos e Pesquisas Avançadas do Terceiro Setor**, v. 5, n. 2, p. 507-530, 2019.

LISBOA, Armando. **Terceiro setor**. In.: A OUTRA ECONOMIA. Antonio David Cattani (Org.). Porto Alegre: Veraz Editora, p. 135, 2003.

MACIEL, Ana Paula Blanke *et al.* Governança em cooperativas: aplicação em uma cooperativa agropecuária. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 22, n. 4, p. 600-619, 2018.

MALDOVAN, Johanna. Trabalho, associatividade e ação coletiva: o caso das cooperativas de recuperação urbana. **Trabalho e Sociedade: Pesquisas sobre Emprego, Cultura e Práticas Políticas em Sociedades Segmentadas**, n. 19, pág. 7, 2012.

MARCONATTO, Diego *et al.* The governance of solidarity economy organizations and their impact on community: a configurational approach. **International Review of Applied Economics**, v. 34, n. 5, p. 626-649, 2020.

MARION, José Carlos. **Contabilidade básica**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MARTINS, Elei Chavier. Trabalho associado e suas dimensões educativas em uma cooperativa de Catadores/as de materiais recicláveis: o caso da COOPERTAN. Cáceres/MT: UNEMAT, 2016.

MASSON, Gisele. Materialismo histórico e dialético: uma discussão sobre as categorias centrais. **Práxis Educativa**, v. 2, n. 2, p. 105-114, 2007.

MATSUDA, Patricia Mari; MAC LENNAN, Maria Laura Ferranty. Incubadoras de Cooperativas Populares e a Extensão Universitária: O Caso Incoop-UFSCar. **Revista Ibero Americana de Estratégia**, v. 18, n. 4, p. 630-650, 2019.

MORGADO, Flávio. **Confiança na comunicação de informações econômico-financeiras: o caso das empresas de autogestão**. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica). Universidade Católica de São Paulo – PUC, 2008. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/5123>. Acesso em: 12 nov. 2020.

MOTTA, Eugênia de S. M. B. A “**outra economia**”: um olhar etnográfico sobre a economia solidária. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004. 102 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, 2004.

NAHMÍAS, Marcela Tchimino. **Os desafios da educação popular frente à diversidade e à exclusão**. In: Educação Popular na América Latina: diálogos e perspectivas / Pedro Pontual, Timothy Ireland (organizadores). Brasília: Ministério da Educação, UNESCO, 2006.

NAKAGAWA, M.; RELVAS, T. R. S.; DIAS FILHO, J. M. *Accountability*: a razão de ser da Contabilidade. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, v. 1, n. 3, p. 83-100, 2007.

NASCIMENTO, C.; SANTOS, A. M. DOS. Paul Singer e a pedagogia da autogestão na economia solidária. **Revista Trabalho Necessário**, v. 17, n. 34, p. 153-170, 27 set. 2019.

NASCIMENTO, Letícia Maria Faleiro. **O ensino contábil para Empreendimentos Econômicos Solidários**: um estudo na Incubadora Social da Universidade Federal de Goiás. 2016. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto – USP, Ribeirão Preto, 2016. Disponível em: <http://doi:10.11606/D.96.2016.tde-12072016-105451>. Acesso em: 2020 dez. 20

NORTH, Peter *et al.* Generative Anger: From Social Enterprise to Antagonistic Economies. **Rethinking Marxism**, v. 32, n. 3, p. 330-347, 2020.

OLIVEIRA, Bruna de; GUIMARÃES, Lucas José. A prática da governança em cooperativas: é possível fortalecer? **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas**, v. 8, n. 15, p. 01-32, 2021.

OLIVEIRA, Denize Cristina de. Análise de conteúdo temático-categorial: uma proposta de sistematização. **Rev. enferm. UERJ**, p. 569-576, 2008.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Manual de gestão das cooperativas: uma abordagem prática**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

OLIVEIRA, Edson Marques. Incubadora de empreendimentos de economia solidária, territorialização e cooperação: elementos de uma educação sócio-dialógica. *In.*: CORDEIRO, A. M. Rochette; ALCOFORADO, Luís; FERREIRA, A. Gomes (Coords.) **Territórios, Comunidades Educadoras e Desenvolvimento Sustentável**, Coimbra: DG-FLUC. 2014.

OLIVEIRA, Rosângela; MACHADO, Ilma Ferreira. A socioeconomia solidaria, a justa trama da UNIVENS. *In.*: **Incubação em Economia Solidária: empreendimentos em redes e resistência camponesa/ Orgs.**: Laudemir Luiz Zart e Clovis Vailant. Cáceres-MT, Editora UNEMAT, 2014. Pg. 65-88.

PAEZANO, Eliane dos Santos Martinez. Contribuições da incubadora na formação e organização da economia solidária: reativação da farinheira na comunidade tradicional Distrito Do Favall no município de Nossa Senhora Do Livramento-MT. Org. **Fundamentos da Produção Social do Conhecimento**. Ed. UNEMAT, 2019.

PAGOTTO, Claudete. O trabalho em cooperativas: precarização e luta social. **Revista Lutas Sociais**, v. 23, n. 42, p. 69-82, 2019.

PALUDO, Conceição. **Dicionário da Educação do Campo**. Org. Roseli Salette Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012

PALUDO, Conceição. Educação popular como resistência e emancipação humana. **Cadernos CEDES**. Campinas, SP. v. 35, n. 96, maio/ago. 2015, p. 219-23, 2015.

PALUDO, Conceição. Educação Popular: dialogando com redes latinoamericanas (2000-2003). *In.*: PONTUAL, P.; IRELAND, T.(organizadores). **Educação Popular na América Latina: diálogos e perspectivas**. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, p. 41-61, 2006.

PEREIRA, Anna Carolinna Eduardo; MENDES, Davidson Passos; MORAES, Geraldo Fabiano de Souza. Do prescrito ao real: a imprevisibilidade e a importância do trabalho coletivo em um centro de usinagem de uma empresa metal-mecânica do interior do Estado de Minas Gerais. **Rev. Laboreal**, v. 13, n. 1, 2017.

PICON, César. **A educação popular caminhando para o futuro**. Educação Popular na América Latina: diálogos e perspectivas / Pedro Pontual, Timothy Ireland (organizadores). – Brasília, Ministério da Educação: UNESCO, 2006.

PINHEIRO, Daniel Calbino. **O Estado da Arte da Produção Científica em Economia Solidária**. Administração Pública e Gestão Social, v. 8, n. 2, 2016.

PINHO, Cássia Marcelle Dias; GONÇALVES, Tadeu Júnior de Castro; LIMA, Diogo Henrique Silva de. **As Práticas de Governança Corporativa em uma Cooperativa de Crédito**. XVII Congresso USP de iniciação científica em contabilidade. 2020. Disponível em:

<https://congressosp.fipecafi.org/anais/20UspInternational/ArtigosDownload/2321.pdf>  
Acesso em: 15 jan 2021.

PINHO, Diva Benevides. **O cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária**. Editora Saraiva, 2004.

PIRES, Aline Suelen; LIMA, Jacob Carlos. Fábricas recuperadas pelos trabalhadores: os dilemas da gestão coletiva do trabalho. **Caderno CRH**, v. 30, n. 79, p. 69-87, 2017.

PONTES, Osmar de Sá Jr. Francisco; OSTERNE, José Wanderley. **Orientação básica para organização de empreendimentos econômicos solidários de autogestão – EES Cooperativas**. Universidade Federal do Ceará – UFC – Fortaleza-CE - Janeiro de 2004

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade avançada**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

RODRIGUES, Nádia. **Educação Popular Integral: um quê de utopia**. In: Educação Popular na América Latina: diálogos e perspectivas. PONTUAL, P.; IRELAND, T.(organizadores). Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, p. 219-223, 2006.

ROSA, Geraldo Antonio da; SILVA, Daniela Quadros da. Educação popular na América Latina e questão social: da desigualdade à resistência. **Educação (UFSM)**, v. 42, n. 2, p. 319-332, 2017.

ROUDGARM, Pezhman *et al.* Qualitative research for environmental sciences: A review. **Journal of Food, Agriculture & Environment**, v. 9, n. 3&4, p. 871-879, 2011.

SÁ, Erika Marques de; DE OLIVEIRA, Suellen Mayara Péres. O movimento é das mulheres: memória e identidade das catadoras de materiais recicláveis em Foz do Iguaçu. **Revista Brasileira de Iniciação Científica**, v. 6, n. 4, p. 102-113, 2019.

SAAD FILHO, Alfredo; LEITE, Cristiane Kerches da Silva; ANDRADE, Daniel Pereira; FONSECA Francisco. Políticas públicas, neoliberalismo e democracia. **Cadernos de Gestão Pública e Cidadania**. FGV/CGPC, 2021. Disponível em [https://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/arquivos/cgpp\\_call\\_politicas\\_publicas\\_2020\\_portugues.pdf](https://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/arquivos/cgpp_call_politicas_publicas_2020_portugues.pdf). Acesso em: 10 fev. 2021.

SAMPIERI, R.H; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. **Metodologia de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SANTADE, Maria Suzett Biembengut. A metodologia de pesquisa: instrumentais e modos de abordagem. **Interciência & Sociedade**, v. 5, n. 2, p. 3-17, 2020.

SANTOS FILHO, João Evangelista dos. Educação popular, gestão democrática e economia solidária: contribuições na universidade do estado da Bahia (UNEB). **Revista Educação e Ciências Sociais**, (ISSN: 2595-9980), Salvador, v.2, n.3, 2019.

SCHARDONG, Ademar. **Governança corporativa nas sociedades cooperativas brasileiras**. 2020. Dissertação (Mestrado em Direito), Universidade Vale do Unissinos. Disponível em <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/9157>. Acesso em: 05 jan. 2021

SCHMITZ, Egidio F. **O homem e sua educação**: fundamentos de filosofia da educação. Sagra, 1984.

SCHNEIDER, José Odelso. A doutrina do cooperativismo: análise do alcance, do sentido e da atualidade dos seus valores, princípios e normas nos tempos atuais. **Cadernos Gestão Social**, v. 3, n. 2, p. 251-273, 2012.

SENGER, Neuri Eliezer; SGUAREZI, Sandro Benedito. Autogestão: histórico da organização coletiva do trabalho na COOPERTAN. **Revista Territórios e Fronteiras** v.3, n.2, 2010.

SESCOOP. **Fundamentos do cooperativismo**. Organizadores: Serviço Nacional de Aprendizagem de Cooperativismo e Organização das Cooperativas Brasileiras, coordenadora Giuliana Fardini. Brasília, DF: Sistema OCB – Série Cooperativismo, 2017.

SGUAREZI, S. B.; MELO, S. A. B. X.; SILVA, J. J.; FROEHLICH, A. G. Inovação social em uma cooperativa de Catadores/as em Tangará da Serra/MT. **Revista Ibero Americana de Ciências Ambientais**, v.9, n.4, p.268-284, 2018. DOI: <http://doi.org/10.6008/CBPC2179-6858.2018.004.0022>

SGUAREZI, Sandro B *et al.* Tecnologias Sociais em Organizações Autogestionárias e Economia Solidária: Um estudo de Caso na Coopertan. In: ZART, Laudemir L.; PAEZANO, Eliane dos S.M. MARTINEZ, Jucilene de O. (Orgs.). **Educação e Socioeconomia Solidária: Fundamentos da produção social do conhecimento**. Vol. 8 (2019). UNEMAT Editora: Cáceres-MT, 2019. 147 p. 245-268.

SGUAREZI, Sandro Benedito *et al.* Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários e a cultura da solidariedade: experiências de autogestão na Amfruvale. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 7, p. 42867-42885, 2020.

SGUAREZI, Sandro Benedito. **Autogestão e economia solidária**: limites e possibilidades Digital 2. ed. [e-book] – Cáceres: Unemat Editora, 2020.

SGUAREZI, Sandro Benedito; BORGES, Juliano Luis. Emprego e as transformações no mundo do trabalho. **Revista eletrônica de administração**, 2011.

SGUAREZI, Sandro Benedito; DUTTON, Aline Pereira; MARTINS, Elei Chavier. Educação popular e trabalho associado num programa de pós-graduação stricto sensu em educação-nível mestrado no interior do brasil: um diálogo necessário. **Revista da Faculdade de Educação**, v. 30, n. 2, p. 131-152, 2019.

SILVA, Suzana Melissa de Moura Mafra da. **Gestão social e organização comunitária no Programa Minha Casa, Minha Vida**: O caso no Residencial Ruy Pereira dos Santos. 2018. Dissertação de Mestrado. Brasil.

SINGER, Paul. **A Economia Solidária como ato pedagógico**. In.: Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos. Org. Sonia Krupa - Brasília - Inep, 2005.

SINGER, Paul. Economia solidária. **Estudos avançados**, v. 22, n. 62, p. 289-314, 2008.

SINGER, Paul. Economia Solidária. *In.*: **A outra economia**. Antonio David Cattani (Org.). Porto Alegre: Veraz Editora, p. 135, 2003.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. Editora Fundação Perseu Abramo. – 1ª ed. –São Paulo, 2002.

SOUSA, Daniela Neves de. Restructuring capital and labor: critical notes about solidarity economics. **Revista Katálysis**, v. 11, n. 1, p. 53-60, 2008.

SOUSA, Veridyane Alves de. **A economia solidária e a educação popular: relatos de experiências em uma associação no Distrito Federal**. Monografia (Licenciatura em Pedagogia), Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

SOUZA, Leonor Venson de; NASCIMENTO, Daniel Teotonio do; LEISMANN, Edison Luiz. **Nova abordagem no reconhecimento de receitas e despesas ambientais atendendo a legislação e evidenciando a sustentabilidade e imagem empresarial**. *In.*: Sustentabilidade e Responsabilidade Social. v. 3 José Henrique Porto Silveira (Org). Belo Horizonte: Poisson, 2017. (258p.)

STRAUSS, Anselm; CORBIN, Juliet. **Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento da teoria fundamentada**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

TIRIBA, Lia. Reprodução ampliada da vida: o que ela não é, parece ser e pode vir a ser. **Otra Economía**, v. 11, n. 20, p. 74-87, 2018.

TIRIBA, Lia; FISCHER, Maria Clara Bueno. Aprender e ensinar a autogestão: espaços/tempo do trabalho de produzir a vida associativamente. **Perspectiva**, v. 31, n. 2, p. 527-551, 2013.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: A pesquisa qualitativa em educação**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

VAILANT, Clovis; COSTA, Dilma Lourença da; COSTA, Rogério de Oliveira. A Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis e a Educação e Sócio-economia Solidária na Incubadora da UNEMAT. **Educação e Sócio-Economia Solidária. Interação Universidade - Movimentos Sociais. Série Sociedade Solidária**. Vol. 2 (2006). Org.: Laudemir Luiz Zart e Josivaldo Constantino dos Santos. Cáceres-MT: Editora Unemat, 2006.

VARGAS, Natalia Gallón; ZAPATA, Yuliana Gómez; TRIANA, María Alejandra Rodríguez. Contabilidad popular. Una alternativa socio-práxica para resignificar las prácticas contables en las organizaciones de economía solidaria de Colombia. **Contaduría Universidad de Antioquia**, n. 77, p. 37-79, 2020.

VASCONCELLOS, Marco Antonio S.; GARCIA, Manuel E. **Fundamentos de economia**. São Paulo: Saraiva, v. 2, 1998.

VERONESE, Luciane. SQUAREZI, Sandro Benedito. MARTINS, Elei Chavier. **Coopertan: Aspectos sociais, econômicos e a viabilidade do empreendimento**. *In.* Série Sociedade Solidária, v. 6. Orgs. Ed. CRV. 2011.

VILLANOVA, Nicolás. Excluído ou incluído? recuperadores de materiais recicláveis na América Latina. **Jornal mexicano de sociologia**, v. 74, n. 2, p. 245-274, 2012.

WANDERLEY, Luiz Eduardo Waldemarin; MARTINS, José de Souza. **Educar para transformar**: educação popular - igreja católica-política no movimento de educação de base (meb) - 1961-1965. 1982. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

XIMENES MELO, S. A. B *et al.* Políticas públicas: coleta seletiva de resíduos sólidos urbanos em Tangará da Serra/MT – Brasil. In. SGUAREZI, Sandro Benedito. Org. **Ambiente e Sociedade no Brasil Central: Diálogos Interdisciplinares e Desenvolvimento Regional**. São Leopoldo: Oikos; Cáceres: Editora UNEMAT, 2019. p. 86-103.  
<http://oikoseditora.com.br/new/obra/index/id/1013>.

YIN, Robert K. **Estudo de caso planejamento estratégico**. Trad. Daniel Grassi. 2. ed Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZART, Laudemir Luiz (Org.). **Educação e sócio economia Solidária**: paradigmas de conhecimento e de sociedade. Cáceres: UNEMAT, 2004. (Série Sociedade Solidária,1).

ZART, Laudemir Luiz. **Dimensões formativas para a construção de práticas sociais relativa ao cooperativismo solidário**. In. Educação e sócio economia solidária. Orgs. ZART, Laudemir Luiz; DOS SANTOS, Josivaldo Constantino Cáceres-MT: Editora Unemat, 2006.

ZART, Laudemir Luiz. **Socioeconomia solidária**. Caderno Pedagógico II. v. 2, n. 1, Cáceres: Editora UNEMAT, 2013.

ZART, Laudemir Luiz. A construção do processo de Cooperação e o trabalho associado no campo: incubação e organização de empreendimentos econômicos solidários. In: **Incubação em Economia Solidária**: empreendimentos em redes e resistência camponesa/ Orgs.: Laudemir Luiz Zart e Clovis Vailant. Cáceres-MT, Editora UNEMAT, 2014. Pg. 211-233.

# CONTABILIDADE COMO FERRAMENTA DE GESTÃO DEMOCRÁTICA E/NA CONSOLIDAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS ECONOMICOS SOLIDÁRIOS

Pesquisadora: Evelyn Oliveira Cardoso Santos

## APÊNDICE – A

### Questionário a ser aplicado no Empreendimento Econômico Solidário (EES)

#### I – Identificação do Empreendimento

1. Nome do Empreendimento: \_\_\_\_\_
2. Endereço: \_\_\_\_\_ N° \_\_\_\_\_
3. Bairro: \_\_\_\_\_ Cidade/UF: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_
4. Telefone:(\_\_\_\_)\_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_
5. Rede Social: \_\_\_\_\_ CNPJ: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_-\_\_\_\_
6. Data de Fundação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_
7. O EES está regular perante os órgãos de registro? ( ) sim ( ) não

#### II – Caracterização do Empreendimento

8. Qual a origem dos membros do grupo? (Múltiplas alternativas, marcar um X na opção selecionada)

- |                             |   |
|-----------------------------|---|
| ( ) ex Catadores/as de lixo | ( ) de outra                                  |
| ( ) ex Catadores/as avulsos | associação/cooperativa                        |
| ( ) desempregados           | ( ) outros, quais?                            |
| ( ) donas de casa           | <b>Quantidade atual de cooperados do EES:</b> |

9. Quantos participam da direção?

10. Qual o tempo de mandato contínuo da atual diretoria?

11. O empreendimento possui Estatuto Jurídico?

- ( ) sim ( ) não

12. O empreendimento possui Regimento Interno?

- ( ) sim ( ) não

13. Qual o tempo de existência do empreendimento?

14. Da criação do empreendimento, até fundação nos termos formais, com registro do estatuto CNPJ houve demora?

- ( ) sim, quanto tempo

( ) não

( ) um a seis meses

( ) um a dois anos

( ) seis meses a um ano

( ) estamos ainda em fase de formalização

15. Referente ao local onde são realizadas as atividades do empreendimento:

- ( ) Propriedade da cooperativa

**CONTABILIDADE COMO FERRAMENTA DE GESTÃO  
DEMOCRÁTICA E/NA CONSOLIDAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS  
ECONOMICOS SOLIDÁRIOS**

**Pesquisadora: Evelyn Oliveira Cardoso Santos**

- ( ) Concessão real de uso ( ) cedido por ente privado (empresa,  
( ) Comodato (empréstimo) ONG, igreja, etc.)  
( ) Cedido por ente público (Prefeitura, ( ) Outro. Qual?  
Estado, União, Autarquia, Fundação,  
etc.)

**III - Atividades de Formação e Assistência Técnica enfoque contábil**

**16. O EES possui parceria com entidades que proporcione formação?**

- ( ) sim ( ) não

**17. O EES já teve algum tipo de capacitação ou formação na área contábil?**

- ( ) sim ( x ) não

**18. Quais os objetos das atividades de formação (múltiplas alternativas, marcar um X na opção selecionada):**

- ( ) Custos e Formação de Preço ( ) Introdução a contabilidade  
( ) Legalização e/ou Formalização de Empreendimentos ( ) Autogestão com enfoque contábil  
( ) Educação Financeira ( ) Planejamento financeiro  
( ) Demonstrações Contábeis ( ) Tributação das Cooperativas  
( ) Análise de informações contábeis ( ) Outra(s), qual(is)? \_\_\_\_\_  
( ) Qualificação produtiva \_\_\_\_\_

**19. Quem promoveu a atividade?**

- ( ) Empresas ( ) Religiosas  
( ) ONG, ( ) Universidade, qual \_\_\_\_\_  
( ) Assistenciais e filantrópicas ( ) Outra. Qual? \_\_\_\_\_

**20. Em que os (as) integrantes do grupo necessitam de formação? (Múltiplas alternativas, marcar até 3 opções com X)**

- ( ) Planejamento coletivo das atividades ( ) Organização de papéis administrativos  
( ) Autogestão ( ) Análise de info.financeiras/contábeis  
( ) Legalização ou Formalização Jurídica do Empreendimento ( ) Outra(s), quais relação interpessoal,  
\_\_\_\_\_  
( ) Comunicação interna (socialização das informações para todos os associados)  
( ) Contabilidade

**CONTABILIDADE COMO FERRAMENTA DE GESTÃO DEMOCRÁTICA  
E/NA CONSOLIDAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS ECONOMICOS SOLIDÁRIOS**

**Pesquisadora: Evelyn Oliveira Cardoso Santos**

**IV - Caracterização econômica**

- 21. Principais materiais comercializados pelo empreendimento**
- ( ) Papel  
( ) Papelão ( ) Vidro  
( ) Alumínio ( ) Outros, quais \_\_\_\_\_  
( ) Plástico
- 22. Qual a média total em quilos de material coletado?**
- 23. Qual a receita líquida média mensal do empreendimento?**
- 24. Qual é o rendimento médio dos cooperados?**
- 25. Os cooperados possuem cobertura previdenciária regular?**
- ( ) sim ( ) não
- 26. Possui algum contrato com instituição pública? Qual esfera**
- ( ) Municipal  
( ) Estadual  
( ) Federal  
Qual: \_\_\_\_\_
- 27. Qual o valor total mensal gasto pelo grupo na remuneração/retirada com trabalhadores**
- 28. São assistidos por algum serviço de contabilidade?**
- ( ) Sim ( ) Não
- 29. O EES utiliza sistema de automação contábil:**
- ( ) Sim ( ) Não
- 30. Quais das ações abaixo os membros do EES têm dificuldade de realizar?  
(Múltiplas alternativas, marcar até 3 opções com X)**
- ( ) Planejamento coletivo das atividades  
( ) Prestação de Contas  
( ) Interpretação das informações contábeis para tomada de decisão  
( ) Comunicação interna  
( ) Socialização das informações para todos os/as associados/as)

**CONTABILIDADE COMO FERRAMENTA DE GESTÃO DEMOCRÁTICA  
E/NA CONSOLIDAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS ECONOMICOS SOLIDÁRIOS**

**Pesquisadora: Evelyn Oliveira Cardoso Santos**

- ( ) Renovação na direção/coordenação
- ( ) Formação
- ( ) Participação em eventos externos (cursos, seminários, conferências, etc.)
- ( ) Outros. Quais? \_\_\_\_\_

# CONTABILIDADE COMO FERRAMENTA DE GESTÃO DEMOCRÁTICA E/NA CONSOLIDAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS ECONOMICOS SOLIDÁRIOS

Pesquisadora: Evelyn Oliveira Cardoso Santos

## APÊNDICE – B

### Roteiro entrevista em profundidade Contador

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo/Função: \_\_\_\_\_ Tempo no EES: \_\_\_\_\_

1. Como se deu o processo de escolha da personalidade Jurídica da PJ do EES? Por que cooperativa e não associação?
2. Qual tributação se encaixa a Cooperativa (Simples, LP, LR) Lucro líquido? Por que essa opção?
3. É recolhida a contribuição previdenciária dos cooperados? Qual porcentagem? É recolhida dos cooperados diretamente integralmente?
4. Há alguma isenção de tributação para a atividade da cooperativa?
5. Quais são os serviços prestados para a cooperativa? Você realiza algum tipo de assessoramento com a cooperativa?
6. Quais são as dificuldades relativas à contabilidade para cooperativa?
7. Como são realizadas as demonstrações contábeis para a cooperativa considerando que ela parte de princípios autogestionários?
8. Em relação ao trabalho realizado pelos cooperados no repasse de informações, poderia me explicar como funciona, como se dá a relação. Quais informações eles repassam a vocês?
9. As informações são de qualidade?

# CONTABILIDADE COMO FERRAMENTA DE GESTÃO DEMOCRÁTICA E/NA CONSOLIDAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS ECONOMICOS SOLIDÁRIOS

Pesquisadora: Evelyn Oliveira Cardoso Santos

## APÊNDICE – C

### Roteiro entrevista em profundidade Cooperados

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo/Função: \_\_\_\_\_ Tempo no EES: \_\_\_\_\_

#### Formação

1. Como se deu o processo de formalização na questão "administrativa" da cooperativa?
2. Tiveram alguma formação/capacitação na área contábil com base na personalidade jurídica do EES? Se tiveram, como foi a experiência? Considera importante?
3. Conseguiram se apropriar das técnicas?
4. A direção do EES, sócios membros do Conselho Fiscal tiveram formação na área contábil?
  - 4.1 Considera importante essa qualificação? Como acha que deveria ser promovida tal capacitação?
5. Considera o método adotado na prestação de contas para os associados/cooperados suficiente p/ que compreendam as informações financeiras do EES?
6. Considera que a formação/capacitação em contabilidade os auxiliaria a compreender de tais informações favorecendo autonomia dos cooperados e uma gestão mais democrática?
7. Como você aprendeu a realizar essas atividades?
8. Que tipo de formação/capacitação técnica seria importante para os sócios e para os EES que venham auxiliá-los no crescimento e na gestão democrática e transparente?
9. Quais os principais tipos de aprendizados que a atuação na COOPERTAN lhe proporcionou?

#### Aspectos Contábeis/Transparência

10. Como se deu o processo de escolha da personalidade Jurídica (PJ) do EES? Por que cooperativa e não associação?
11. Quais são/foram as dificuldades encontradas na legalização/Formalização dos EES?
12. A cooperativa possui algum tipo de convênio com alguma instituição pública ou privada? Poderia me explicar o objetivo?

# **CONTABILIDADE COMO FERRAMENTA DE GESTÃO DEMOCRÁTICA E/NA CONSOLIDAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS ECONOMICOS SOLIDÁRIOS**

**Pesquisadora: Evelyn Oliveira Cardoso Santos**

13. Realizam anotação ou possuem sistema que gerencie/mensure o fluxo de vendas/serviço? Qual?
14. Como se dá o trabalho do conselho fiscal do empreendimento e a quanto tempo estão no cargo?
15. Como é realizada a prestação de contas para os cooperados do EES?
16. Quais são as formas de divulgação dos dados financeiros, e quais dados/materiais são divulgados?
17. O empreendimento conta com assistência técnica contábil? Se sim, é paga? Poderia me explicar o objetivo e os serviços realizados nessa assistência? Considera um item importante?
18. Até que etapa o EES realiza antes de passar para o escritório? Possui dificuldade na realização dessa etapa?
19. Como é o relacionamento do escritório prestador de serviços contábeis com o EES?
20. Como o EES realiza o monitoramento/cálculo das atividades desenvolvidas pelos cooperados, no sentido da repartição das sobras?

## **Autogestão**

21. Trabalhar de forma associada promoveu alguma mudança na sua forma de se relacionar e tratar as pessoas?
22. Como acontece o relacionamento entre as pessoas nas decisões? Foi sempre assim?
23. Como se dá o relacionamento dos cooperados com as lideranças na cooperativa?
24. Como se dá a participação dos associados/cooperados nos processos decisórios? Estão sempre presentes nas reuniões e assembleias?

# CONTABILIDADE COMO FERRAMENTA DE GESTÃO DEMOCRÁTICA E/NA CONSOLIDAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS ECONOMICOS SOLIDÁRIOS

Pesquisadora: Evelyn Oliveira Cardoso Santos

## APÊNDICE – D

### Roteiro entrevista em profundidade Formadores Incubadora

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo/Função: \_\_\_\_\_ Tempo no EES: \_\_\_\_\_

#### Formação

1. Como se deu o processo de formalização na questão "administrativa" da cooperativa?  
Como se deu a superação dos entraves burocráticos no processo de formalização da COOPERTAN?
2. Quais foram os principais entraves enfrentados no processo de criação da cooperativa?
3. Como se deu o processo de transição do lixão/aterro até a Cooperativa? Quais as principais dificuldades encontradas com a transição do trabalho individual dos Catadores para o trabalho associado?
4. Os Catadores tiveram alguma formação/capacitação na área contábil com base na personalidade jurídica do EES? Se tiveram, como foi a experiência? Considera importante?
5. Quais as técnicas usadas no processo de construção da prestação de contas coletiva da Cooperativa? Conseguiram se apropriar das técnicas?
6. A direção do EES, sócios membros do Conselho Fiscal tiveram formação na área contábil? Ou isso se deu no coletivo?
7. Com base em sua experiência empírica: O que foi realizado na época, em termos de formação?
8. Considera importante essa qualificação contábil no processo de formação do EES? Se sim, como acha que deveria ser promovida a capacitação contábil?
9. Considera o método adotado na prestação de contas para os associados/cooperados suficiente p/ que compreendam as informações financeiras do EES?
10. De que maneira a formação/capacitação em contabilidade pode auxiliar os/as Catadores/as a compreenderem as informações contábeis e financeiras, fortalecerem a autonomia dos cooperados para uma gestão mais democrática?
11. Qual a importância da contabilidade na construção de transparência do EES?

# **CONTABILIDADE COMO FERRAMENTA DE GESTÃO DEMOCRÁTICA E/NA CONSOLIDAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS ECONOMICOS SOLIDÁRIOS**

**Pesquisadora: Evelyn Oliveira Cardoso Santos**

12. Que tipo de formação/capacitação técnica você considera importante para os sócios para fortalecer a autogestão, a gestão democrática e a transparência?
13. Quais os principais tipos de aprendizados que a atuação no processo de incubação da COOPERTAN lhe proporcionou? Faria algo diferente?

## **Aspectos Contábeis/Transparência**

1. Como se deu o processo de escolha da personalidade Jurídica (PJ) do EES? Por que cooperativa e não associação?
1. A organização da cooperativa passou por algum tipo de convênio? Teve apoio de alguma instituição pública ou privada? Poderia me explicar o objetivo? Como se deu o apoio dessas instituições?
1. Inicialmente, como ocorreu a participação dos cooperados do EES no processo de prestação de contas?
1. Inicialmente, quais eram as formas de divulgação dos dados financeiros, e quais dados/materiais são divulgados?
1. Como se organizou a repartição das sobras/prejuízos entre os Cooperados/as?

## **Autogestão**

1. Quais as principais limitações de trabalhar com autogestão numa cooperativa de Catadores/as?
1. Quais as principais possibilidades de trabalhar com autogestão numa cooperativa de Catadores/as?
1. Trabalhar de forma associada promoveu alguma mudança na sua forma de se relacionar e tratar as pessoas?
1. Como ocorre a participação das pessoas nas decisões da Cooperativa? Foi sempre assim?
1. Como ocorria o relacionamento dos cooperados com as lideranças na cooperativa?
1. Como se dá a participação dos associados/cooperados nos processos decisórios? Estão sempre presentes nas reuniões e assembleias?